

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS  
MESTRADO EM ECONOMIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ECONOMIA RURAL  
CAMPUS II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

A IRRIGAÇÃO COMO UMA TENDÊNCIA MODERNIZANTE  
NA AGRICULTURA NORDESTINA. ESTUDO DE CASO :  
O PROJETO DE IRRIGAÇÃO BAIXO AÇU DO DNOCS  
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Sinedei de Moura Pereira

Dissertação apresentada para  
obtenção do grau de Mestre em  
Economia, sob a orientação do  
Dr. Nilson Araújo de Souza .

Campina Grande - PB

- 1983 -



P436i Pereira, Sinedei de Moura.  
A irrigação como uma tendência modernizante na agricultura nordestina. Estudo de caso : o projeto de irrigação Baixo Açu do DNOCS no Estado do Rio Grande do Norte / Sinedei de Moura Pereira. - Campina Grande, 1983. 130 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1983.  
"Orientação : Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza".  
Referências.

1. Irrigação - Açu - Rio Grande do Norte. 2. Baixo Açu - DNOCS. 3. Agricultura - Nordeste - Brasil. 4. Dissertação - Economia. I. Souza, Nilson Araújo de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 631.67(043)

ENTRE UM ATO E OUTRO

Ah! jura, Ah! jure, Ajuricaba.  
a jura, Ah! jure, Ah! jure cabra.

Jurar não tem nada a ver  
morrer não tem nada a dar  
viver tem é mais que ser  
o ato de se encontrar.

Amar não tem nada a ver  
com o fato de se pensar  
viver tem é mais que ser  
a trama de se buscar.

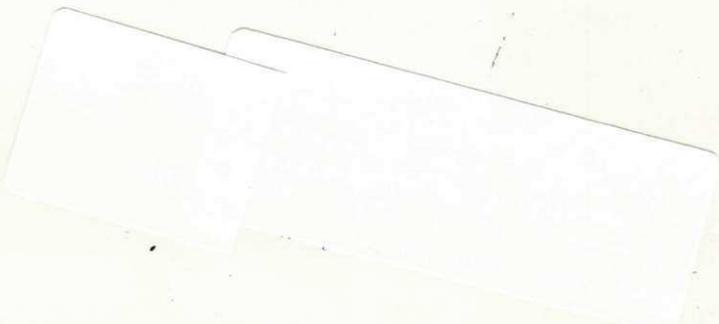
Falando outros caminhos  
andando outras viagens  
há placas de venda e troca  
de idéias de vida e morte.

Mas vendo o caminho certo  
do ato de uma procura  
liberto o andar latente  
e ganho minha jornada.

É nisto em que ver consiste  
à imagem do que se busca  
com amor num duplo sentido:  
de ter e de libertar.

Na luta é que se jura  
Na idéia se desenvolve  
na vida é que se entende  
no tempo é que se mostra.

(Sinedei Pereira/Jakson Agra)



A Francisco Alves Pereira, meu pai, que, além de sua amizade, me proporcionou todas as condições para que eu concluísse este trabalho.

A André e Naiana que, por serem novas formas de existir, me fizeram resistir às circunstâncias adversas.

A Vania, minha companheira, pelo incentivo cotidiano e, sobretudo, por ter com ela aprendido que na luta é que se jura.

E, aos trabalhadores do Vale do Açu que, nos marcos da sociedade atual, não têm voz nem vez.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho. Em particular, a Nilson Araújo de Souza, não apenas pela forma democrática de conduzir as discussões, mas, sobretudo, pelo efetivo acompanhamento neste trabalho. E também a Fernando Garcia pela orientação nos nossos primeiros passos e por nos ter despertado para o tema. Ainda a Antonio Alberto Cortez pelo envio do material jornalístico.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	3
1.1. Considerações Gerais	3
1.2. Delimitação do Objeto e Objetivos	5
1.3. O Enfoque da Irrigação na Agricultura Nordestina	6
CAPÍTULO 2	33
2.1. Marco Teórico-Methodológico	33
CAPÍTULO 3	52
3.1. Condições Históricas para a Emergência da Irrigação como uma Tendência Modernizante na Agricultura Nordestina	52
CAPÍTULO 4	71
4.1. A Irrigação como uma Tendência Modernizante para a Agricultura Nordestina	71
4.2. O Processo de Desenvolvimento do Programa de Irrigação na Agricultura Nordestina	74
4.3. A Irrigação e Acumulação	81
CAPÍTULO 5	89
5.1. A Inserção do Projeto Baixo Açú na Tendência Modernizante	89
5.1.2. Características da Região	89
5.1.3. Aspectos Gerais do Projeto Baixo Açú	91

5.2. O Processo de Intervenção do Estado na Região do Vale do Açu ou de como o Projeto Baixo Açu tem atendido às necessidades do capital	100
5.3. A Resistência ao Projeto Baixo Açu pelos Trabalhadores do Vale do Açu ou de como o Projeto propicia as condições para a emergência da Luta de Classes na Região	111
CONCLUSÃO	120
BIBLIOGRAFIA	126
ANEXOS	130

## INTRODUÇÃO

É um truísmo afirmar-se que a seca afeta o homem nordestino. Aliás, este fenômeno tem sido largamente estudado por cientistas sociais e, inclusive, abordado pela literatura brasileira, sobretudo, na 2a. fase do modernismo. E nessa fase da literatura brasileira, a seca tem sido a ênfase de alguns autores, os quais têm abordado temas como desagregação do homem à sua terra, miséria, fome, êxodo, exploração dos mais fracos pelo poder, etc. Quem não se lembra da família retirante que expressa as próprias "Vidas Secas" do Nordeste, na obra de Graciliano Ramos? E do pequeno retirante comparando todo o drama da família ao próprio inferno? Quem não percebeu a jóia literária de Rachel de Queiroz na sua comparação do Nordeste à Terra Santa e de ilhas d'água cercadas de terra e vida?<sup>1</sup> Entre tantos exemplos, bastaria citarmos um trecho do poema "Congresso no Polígono das Sêcas" do grande poeta João Cabral:

"- Nestes cemitérios gerais  
 os mortos não variam nada.  
 - É como se morrendo  
 nascessem de uma raça.

---

1. "Sim, só comparo o Nordeste à Terra Santa. Homens Magros, todos, ascéticos. A carne de bode, o queijo duro, o fruto de lava seca, o grão cozido n'água e sal. Um poço duro, uma lagoa é como um sol líquido, em torno do qual gravitam as plantas, os homens e os bichos. Pequenas ilhas d'água cercadas de terra por todos os lados e em redor dessas ilhas a vida se concentra.

O mais é a paz, o sol, o mormaço." ("Terra").

- Todos estes mortos parece que são irmãos, é o mesmo porte.
- Se não da mesma mãe, irmãos da mesma morte.
- E mais ainda: que irmãos gêmeos, do molde igual do mesmo ovário.
- Concebidos durante a mesma sêca-parto.
- Todos filhos da morte-mãe, ou mãe-morte, que é mais exato.
- De qualquer forma, todos, gêmeos, e morti-natos." (1967:84).

Entretanto, quais os caminhos para a solução da seca e dos problemas do Nordeste? Será que a irrigação é uma solução nesse sentido? E, se a irrigação é uma forma de conservação da fertilidade do solo e transformação da técnica agrícola utilizada desde os tempos da Civilização da Mesopotâmia, por que não foi empregada antes no Nordeste? Quais as condições históricas para a sua emergência no Nordeste? Será que a irrigação é uma tendência modernizante? O que é uma tendência modernizante? ? Quais as implicações da irrigação no Nordeste sob o ponto de vista dos trabalhadores rurais?

São, portanto, estas algumas das questões que, com todo empenho, procuramos entender e demonstrar no presente trabalho. E foi necessário muito esforço, pois, mesmo o nosso projeto tendo sido aprovado pelo CNPq via NENPPQ (na linha de pesquisa "Tendências Modernizantes"), os recursos para financiamento do nosso trabalho jamais nos foram concedidos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
Pós-Graduação em Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
Rua Aprísio Veloso, 882 - Tel. (083) 321-7222-R 355  
58.100 - Campina Grande - Paraíba

CAPÍTULO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pós-Graduação Para Assuntos do Interior  
Cco de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Rua Aprígio Veloso, 882 - Tel (033) 321 7222-11 355  
58.100 - Campina Grande - Paraíba

1.1. Considerações Gerais

Não resta a menor sombra de dúvida que a economia brasileira, hoje, se encontra mergulhada numa profunda crise. Mas, é também sabido que já houve um tempo de vacas gordas. E foi neste tempo, ou melhor, durante o período 68/73, denominado "milagre brasileiro", que se expressou o mais recente momento de pico do processo de acumulação no país.

Sem embargo, foi a partir do "boom" econômico (onde se manifestava na superação da taxa de crescimento de 9%<sup>1</sup> do PIB - Produto Interno Bruto) e de condições proporcionadas pelo fortalecimento do sistema repressivo, que o Estado brasileiro, impulsionado, ainda, pela ideologia "desenvolvimentista", formulou seus projetos - impacto do tipo: Transamazônica, Ferrovia do Aço, etc. De modo que é nessa fase da economia nacional que se evidencia, sobretudo, uma grande intervenção do Estado na economia, no sentido de propiciar condições para a produção e reprodução do capital, quer na indústria, quer na agricultura.

Dentre as várias formas de intervenção do Estado na agricultura, particularmente, a agricultura nordestina, uma foi a que consistiu na criação do Programa de Irrigação do Nordeste com base em Projetos de Irrigação sob o controle de duas insti-

1. "Quando o crescimento do produto bruto brasileiro superou pela terceira ou quarta vez a marca dos 9%, proclamou-se o "milagre brasileiro". (Singer, 1977:123).

tuções públicas: DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) - área do Polígono das Secas; e CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) - área da bacia do São Francisco. Este programa declarava, pretensamente, acima de tudo, modernizar o campo. É nesse sentido que o Estado apresenta claramente a irrigação no II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento):

"A implantação de um projeto de agricultura irrigada demonstra a constante ampliação da política econômica do governo através da planificação e do planejamento, tomando para si parte da responsabilidade de promover o desenvolvimento e a modernização dos setores ditos menos dinâmicos da economia.

Ao definir sua política agrícola para a região nordestina, o governo explicita objetivos de equacionamento dos problemas cruciais que caracterizam a região: má distribuição e baixa produtividade da terra, baixa renda do agricultor, desequilíbrios regionais, migrações internas, em síntese os problemas da miséria e da fome que tem marcado o campo como área latente de tensões sociais".<sup>2</sup>

E ainda:

"... o estabelecimento de projetos de irrigação, em áreas onde a agricultura tradicional encontra-se estagnada, exercerá um efeito demonstração positivo, devendo afetar o comportamento do agricultor tradicional. A transferência de tecnologia, e a difusão de conhecimentos técnicos mais avançados - propicia

---

2. Brasil, Secretaria de Planejamento da Presidência da República - (II PND, Brasília, 1975:149). (grifos nossos).

dos pelos contatos profissionais e sociais entre os agricultores tradicionais e os irrigantes - tenderão a aumentar a produtividade agrícola, e conseqüentemente, os níveis de renda nas vizinhanças dos projetos.

Estes projetos deverão, na verdade, constituir-se em pólos de desenvolvimento do meio rural, cuja significação deve ser convenientemente enfatizada", 3

Assim, a intervenção do Estado na agricultura nordestina sob a forma de Programa de Irrigação se apresenta como incentivadora da modernização no campo. Desse modo, a emergência de uma estratégia de irrigação para o Nordeste sob a égide do DNOCS e CODEVASF, durante a fase do "milagre" brasileiro, se constitui uma via modernizante para a agricultura Nordestina?

## 1.2. Delimitação do Objeto e Objetivos

Dentro deste quadro é que procuraremos desenvolver a nossa investigação sobre essa forma de intervenção do Estado na agricultura nordestina, que se manifesta sob a forma do Programa de Irrigação do Nordeste. Contudo, neste estudo, o universo de análise se centrará na intervenção do Estado no que tange ao Programa de Irrigação do DNOCS. Isto porque se pretende estudar um caso concreto, isto é, o Projeto de Irrigação do DNOCS Baixo Açú, localizado na região Vale do Açú, no Estado do Rio Grande do Norte.

53

3. Brasil - MINTER - GEIDA - Programa Plurianual de Irrigação .  
Vol 3. (Brasília, 1971: 18 Anexo 8). (grifos nossos).

Portanto, o nosso objetivo geral consiste no entendimento do papel da intervenção do Estado na agricultura nordestina sob a forma do Programa de Irrigação do Nordeste no processo de acumulação de capital no País. Por outro lado, o nosso objetivo específico consiste em compreender e demonstrar as implicações sócio-econômico-políticas da intervenção do Estado sob a forma do Projeto Baixo Açu na região do Vale do Açu.

### 1.3. O Enfoque da Irrigação na Agricultura Nordestina

No sentido de apresentar os aspectos metodológicos de nossa investigação, se faz necessário, como condição precípua, passar pela análise de alguns trabalhos que tratam da irrigação (e nunca é por demais enfatizar, que estamos nos referindo à irrigação na agricultura nordestina, tomando-se como base o Programa de Irrigação do DNOCS), com o objetivo de compreendermos como a mesma tem sido enfocada, e daí apontarmos as contribuições e debilidades de referidos trabalhos.

Alguns trabalhos têm procurado abordar a irrigação à luz de aspectos sócio-econômicos dos projetos irrigados. Dentre estes, podemos citar: "Estudo das Repercussões Sócio-Econômicas do Projeto Morada Nova" desenvolvido pelo ESPLAR (um escritório de consultoria), e "Estudo das Repercussões Sócio-Econômicas do Perímetro Irrigado de Sumé" desenvolvido pela FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba.

No estudo do ESPLAR, se afirma que a implantação do projeto irrigado de Morada Nova (CE) fez com que a produção agrícola passasse a um patamar superior ao que era produzido na região. Nesse trabalho se destaca ainda: um aumento da circulação de riqueza (comercialização, por conseguinte, maior arrecadação de ICM), desenvolvimento da infra-estrutura básica e de uma melhoria da qualidade de vida para a população inserida no projeto irrigado. Por outro lado, se aponta também para a existência de um vácuo entre o "Projeto Ideal" e o "Projeto Real". Isto porque o projeto desloca muito mais pessoas do que consegue absorver, bem como realiza de maneira bastante limitada os objetivos de criação de empregos permanentes em grande escala, aumento de produção e renda. Além do mais, o projeto não tem sido um pólo de irradiação de modernização na produção agrícola, na medida em que não conseguiu divulgar, ainda, para fora do Perímetro, uma moderna tecnologia, que, sobretudo, depende do uso de maquinaria sofisticada, insumos muito caros e intensa orientação técnica. Segundo o ESPLAR, dificilmente essa divulgação se fará, caso perdure a atual situação das populações periféricas, sem terra, sem renda e sem estímulo (há na região um temor permanente de novas expropriações).

As conclusões a que chega o estudo da FIPLAN sobre o Projeto Sumé são muito similares às do ESPLAR, divergindo quanto a "melhoria da qualidade de vida para a população inserida no projeto irrigado" <sup>4</sup> e, ainda, por não fazer nenhuma referên-

---

4. "De um modo geral, pode-se concluir que não foram constatadas modificações consideráveis quanto ao aspecto de qualidade de vida que pudessem ser atribuídas aos efeitos do Projeto de Irrigação, em sua área de influência". (FIPLAN, 1978:170).

cia à possibilidade de eliminação de empregos, em decorrência da implantação do Projeto. Contudo, nele se aponta para o surgimento de novas oportunidades de emprego gerados pelo Projeto Sumé (PB), em virtude da criação de novos estabelecimentos comerciais e de serviços. Por outro lado, se aponta ainda para um sentimento de instabilidade por parte do irrigante, na medida em que se constatou a inexistência de vínculo empregatício entre o DNOCS e este. Aponta, também, para o aumento da produtividade e da renda dos colonos.

No que tange ao significado do Projeto para a região, encontramos no estudo, a seguinte passagem:

"... presume-se que o papel do Projeto em Sumé venha a ser basicamente o de formador de pessoas provenientes do setor tradicional na iniciação e preparação para inserí-las no setor moderno". (FIPLAN, 1978:170).

A conclusão final do estudo é a que se segue:

"De tudo quanto se constatou, parece emergir, muito claramente, que o nível e a amplitude dos benefícios sociais gerados pelo Projeto não convencem a ponto de justificar os gastos públicos que se reconhece serem particularmente vultosos." (Ibid:170).

O que podemos verificar é que esses trabalhos, onde se analisa a irrigação à luz de seus aspectos sócio-econômicos, demonstram que os projetos irrigados pesquisados têm proporcionado um aumento de produtividade e da produção agrícola, muito embora (como no caso do Projeto Morada Nova), inferior aos níveis estimados pelo DNOCS. Além do mais, contestam a concepção de que a irrigação venha a se constituir um verdadeiro "Pólo de

Desenvolvimento", na medida em que, nesses projetos irrigados, não se conseguiu irradiar a moderna tecnologia, além das fronteiras dos perímetros. Um outro aspecto que levantam é com relação aos vultosos gastos do Estado para com a irrigação comparativamente aos parques benefícios sociais proporcionados.

Mesmo com uma metodologia de trabalho em que praticamente não se diferenciam, esses estudos apresentam ligeiras divergências entre si. Um dos pontos refere-se à melhoria da qualidade de vida para as pessoas inseridas nos projetos irrigados: enquanto o ESPLAR afirma que, no Projeto Morada Nova, houve uma melhora na qualidade de vida, a FIPLAN chega a uma conclusão contrária, no seu estudo sobre o Projeto Sumé. Outro ponto é no que tange à eliminação de empregos em decorrência da implantação dos Projetos. Para o ESPLAR, o Projeto deslocou muito mais pessoas do que absorveu. Desse modo, um grande contingente de trabalhadores rurais, por não serem selecionados, e assim, não se tornarem irrigantes (colonos) ou mesmo assalariados para o perímetro, ficaram totalmente à margem do Projeto. As alternativas que restaram a estes foram as periferias urbanas ou as caatingas. Sobre esta questão, nenhuma referência é encontrada no estudo da FIPLAN.

Ao que nos parece, esses trabalhos têm um grande mérito que é o de mostrar a irrigação como expressão de uma intervenção do Estado na agricultura, calcada numa concepção de desenvolvimento idealizada, que não condiz com a realidade onde os Projetos são implantados.

Não obstante, as explicações para as questões suscitadas se revelam insuficientes, quanto ao aspecto histórico, em decorrência do enfoque adotado. Isto porque este se prende ao questionamento dos próprios objetivos dos projetos irrigados, sem, contudo, conseguir sair do prisma oficial - DNOCS. Em outras palavras, diríamos que se questiona o Estado ao nível do seu próprio discurso. Por essa razão, tais trabalhos não conseguem explicar a fundo as causas dos problemas derivados dos projetos.

Outro trabalho que se centra no questionamento dos objetivos do programa de irrigação (PPI) é "Irrigação Contra a Seca: O Caso do Nordeste Brasileiro" de Antony Hall. Nele, o autor lança a hipótese da irrigação se constituir numa medida de combate a seca. Para isso, levanta vários aspectos, privilegiando, sobretudo, a geração de emprego.

Ao desenvolver pesquisas sobre os Projetos de Irrigação - Morada Nova (CE), Sumé (PB), e São Gonçalo (PB) - e tentando compreender o que denomina de "impacto da irrigação" na região onde os projetos foram implantados, Hall tece algumas considerações acerca das propostas expressas no PPI, como: geração de emprego, aumento da renda do colono, aumento da circulação de riqueza, melhoria da população beneficiada pela implantação do Projeto na área, etc

De acordo com Hall, dentre as propostas do PPI, a

geração de emprego <sup>5</sup> se constitui, provavelmente, no principal objetivo da irrigação no Nordeste, na medida em que se afirma, a nível de discurso, que se criariam condições para "fixar o homem a terra".

No entanto, em seu trabalho se aponta o contrário:

"... os atuais métodos de irrigação pouco contribuem para criar maior número de emprego para as populações sertanejas menos favorecidas. Além disso, tudo indica que a atual estratégia de irrigação realmente desloca maiores contingentes de mão-de-obra do que absorve contribuindo, assim, para tornar ainda mais críticos os problemas do desemprego rural." (Hall, 1978: 10).

Com relação à questão da renda, se indica que, nos projetos estudados, têm ocorrido uma diferenciação de renda entre os colonos, onde, somente uma pequena parcela é beneficiada:

"Uma tendência nítida aparece na maneira em que a renda é distribuída entre os colonos de irrigação. Apenas uma reduzida minoria de talvez 5% conta com as rendas substanciais projetadas pelos estudos de viabilidade. Do grupo que tem lucros, a maioria recebe menos de um salário mínimo, enquanto que a maioria dos colonos está endividada." (Ibid:21).

---

5. "... o plano PPI prevê a criação de um mínimo de 115.000 empregos diretos nos projetos de irrigação no Nordeste, antes de 1980, aproveitando um total de 350.000 pessoas, inclusive dependentes. Além disso 250.000 empregos seriam criados indiretamente, beneficiando outras 700.000 pessoas". (GEIDA, 1971:15).

Sob o aspecto da comercialização, Hall cita o Projeto de Irrigação de Sumé como exceção a regra. Os demais, no caso, Morada Nova e São Gonçalo, encontram-se com sérios problemas, principalmente, pela dependência dos Projetos em relação às fábricas.<sup>6</sup> Dessa forma, as fábricas procuram tirar algumas vantagens, mormente quando se trata de produtos perecíveis.

Segundo Hall, os problemas referentes ao processo de comercialização decorreram, em grande parte, da falta de coordenação eficiente do DNOCS nesse setor,<sup>7</sup>

Outro aspecto a que se refere o autor é quanto a desapropriação. Esta desapropriação implicou a colonização de áreas já colonizadas (no caso de Morada Nova e Sumé), na medida em que os projetos recaíram em vales úmidos, com populações bastante significativas, compostas, basicamente, por pequenos agricultores. Destarte, se deslocava muito mais pessoas do que conseguia absorver.

---

6. "Em 1973, as fábricas de beneficiamento que compravam os tomates dos projetos bruscamente cancelavam seus contratos. O desastre econômico conseguiu ser evitado através da assinatura de um contrato com outra fábrica, que, atualmente, beneficia 90% de safra." (Ibid:28).

7. "o estudo do PPI propôs uma série de centros, locais que poderiam se encarregar de coletar, classificar e comercializar os produtos agrícolas. Até agora nenhum desses centros foi instalado no âmbito regional quer local." (Ibid:29).

Quanto a emergência da irrigação em larga escala no Nordeste, é explicada pelo autor da seguinte forma: a irrigação, como uma estratégia de combate às secas do Nordeste, data do decênio de 1890, mas não foi levada a prática pelo DNOCS, antes da década de 1960. Salienta, entretanto, que o referido órgão havia irrigado várias centenas de hectares em propriedades particulares no decênio de 1930, sem, contudo, partir para o incentivo da irrigação em larga escala. Para ele, há duas explicações<sup>8</sup> para este fato: por um lado, o DNOCS se encontrava sob a direção de engenheiros civis, os quais privilegiavam alguns critérios em detrimento de outros; e de outro, sua grande vinculação a políticos locais, restringindo o acesso a um número maior de proprietários. De modo que essa forma exigiria a desapropriação, o que só ocorreu na década de 1970. Pois é justamente nessa década que o Estado surge com um plano para execução da irrigação em larga escala:

"... foi somente em 1971, contudo, que o primeiro plano sistemático de irrigação para o Nordeste e outras regiões do Brasil foi publicado; foi elaborado pelo Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) em associação com uma firma israelense de consultoria (TAHAL), o Programa Ply

---

8. "O DNOCS era acionado por engenheiros civis que avaliavam seu sucesso, em vez de recorrer a outros critérios. Em segundo lugar, o órgão está estreitamente ligado a políticos locais e não pretendia mais proprietários do que era absolutamente necessário." (Ibid:7).

riannual de Irrigação (PPI) - denominação dada ao aludido programa - foi financiado com verbas reservadas pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e prevê a irrigação de 195.000 hectares de terra no Nordeste de 1971 a 1980 com investimento total de 3.188,7 bilhões de cruzeiros a preços de 1971" (Ibid:7).

Todavia, Hall não consegue explicar realmente o porquê da irrigação em larga escala na agricultura nordestina ter sido iniciada na década de 1970. Isto porque ele não percebeu a irrigação enquanto processo, já que não coloca no centro de sua análise o processo de acumulação de capital no País. Por isso mesmo, sua análise é eminentemente técnica (como se a irrigação dependesse exclusivamente de engenheiros civis), e mesmo quando toca na questão política - coronelismo no Nordeste como entrave à irrigação em larga escala - não explica como esta questão se apresenta na atualidade.

A conclusão do autor é a de que a irrigação não tem fortalecido a economia rural, no sentido de combate a seca, já que tem sido voltada para locais onde as populações são as que correm menos riscos sob o impacto da seca, e principalmente, por não ter proporcionado empregos permanentes de forma significativa. Assinala ainda que os custos sociais decorrentes das técnicas de irrigação não têm sido levados em consideração. <sup>9</sup>

---

9. "... os elevados custos sociais das atuais técnicas de irrigação foram convenientemente esquecidos. O desenvolvimento da irrigação no Nordeste brasileiro fornece um exemplo claro de uma política tecnocrata que se apresenta amplamente divorciada do contexto sócio-econômico, dos problemas que está procurando solucionar." (Ibid:31).

No trabalho de Hall sobre a irrigação, se percebe que a análise é fundamentalmente derivada da coleta de um vasto material empírico acerca dos Projetos - Morada Nova, Sumé e São Gonçalo - em confronto com os objetivos do PPI. Neste sentido, esse trabalho (como havíamos mencionado) não foge à metodologia dos anteriormente expostos. É por esta razão que encontramos certos pontos de vista comuns. Por exemplo: que os projetos irrigados deslocam muito mais pessoas do que absorvem (e daí, o autor refutar sua hipótese da irrigação ser uma estratégia de combate a seca, na medida em que não consegue gerar empregos permanentes); que não têm aumentado a renda dos irrigantes (e inclusive demonstra, que somente uma pequena parcela de 5% é beneficiada); e que os custos sociais decorrentes das técnicas de irrigação são elevados.

No entanto, o autor levanta outros pontos como: a questão da "colonização" e da "dependência" dos Projetos. A primeira consistiu no fato de que os Projetos (Morada Nova e Sumé) implicaram uma recolonização, na medida em que as implantações se deram em áreas já colonizadas, ou seja, em Vales úmidos, onde habitavam populações de significativa densidade demográfica, compostas praticamente de pequenos agricultores. De forma que essas populações eram as que menos riscos corriam sob o impacto da seca. Já a segunda é devido a contratos, que são estabelecidos entre os projetos irrigados (via DNOCS) e as fábricas de beneficiamento (que acreditamos se tratar de agroindústrias). Convém ressaltar, que este conceito não é empregado no trabalho). Desse modo, os projetos irrigados ficam totalmente dependentes das "fábricas". Daí, cria-se a possibilidade de que elas

possam, inclusive, utilizar determinadas formas de pressão 10 (como o cancelamento de contratos), e assim, consigam tirar algumas vantagens.

De acordo com Hall, a não criação de "centros" (propostos no PPI) explica esses problemas que afetam à comercialização dos produtos agrícolas dos perímetros (com exceção do Projeto Sumé).

Podemos perceber que nesse trabalho se evidencia o emprego exarcebado do método empírico como forma de análise. De modo que fica-nos a impressão de que a realidade seja algo transparente. Em outras palavras, é como se os dados levantados pelo autor tivessem a capacidade de "per si" explicar a questão da irrigação. É por esse motivo que Hall, ao cair num empiricismo, não consegue demonstrar, de modo satisfatório, a emergência da irrigação em larga escala no Nordeste (a nosso ver, uma questão fundamental). Isto porque, como vimos, não se encontra na

---

10. Outra forma que passa despercebida pelo autor (provavelmente por ser recente), é o que tem ocorrido com o Projeto Sumé, onde a agroindústria "Peixe" tem utilizado o método de reduzir o fornecimento de caixas para embalagens dos tomates. Desse modo, como surge a perspectiva de perda de parte da produção dos irrigantes, esta atua como um "incentivo" à venda dos tomates a um preço mais baixo. Sobre este ponto ver ensaios de Betanzos "Que culpa tiene el tomate que está tranquilo en la mata..." Campina Grande, 1979 e "Estado e Agricultura: Estudo da Ação do DNOCS em Sumé - PB" Campina Grande, 1980.

análise do autor mais elementos, nem referencial teórico, que nos permita compreender quais as condições concretas que possibilitaram o surgimento da irrigação em larga escala no Nordeste na década de 1970, e em que medida eram distintas das décadas anteriores.

Portanto, podemos afirmar que a ausência de um marco teórico consistente se constitui na grande deficiência de seu trabalho. Talvez, seja isto que o autor não tenha conseguido vislumbrar que a irrigação em larga escala guarda muita relação com o capitalismo brasileiro e suas transformações. Em outras palavras, diríamos que o entendimento da irrigação em larga escala na agricultura do Nordeste, passa pelo entendimento das próprias necessidades do processo de acumulação de capital no País.

Já Jorge Coelho, em "Considerações em Torno do Programa de Agricultura Irrigada na zona Semi-árida do Nordeste", busca tecer algumas críticas sobre a política de irrigação do DNOCS, no sentido de alertar para certos entraves que ocorreram com o transcorrer do Programa. Para isso, levanta os seguintes aspectos: "Importância do Projeto para a Localidade", "O Problema da Salinização dos Solos", "Organização dos Agricultores", "Formação e Preparo das Equipes de Trabalho", "Seleção e Treinamento do Irrigante", "Crédito", "Saúde", "Educação" e "Habitação".

De acordo com Coelho, para que o programa de irrigação possa ter um bom desempenho, deveriam ser levados em consideração: a preocupação com a quantificação e utilização racional do pessoal (em vários níveis) vinculado ao programa, pleno

conhecimento da região contemplada pelos projetos de irrigação, aprimoramento das equipes que trabalham nos perímetros, preocupação com as mudanças estruturais em decorrência da implantação dos projetos. E no que toca à seleção da força de trabalho para os projetos irrigados, o autor aponta para: a) pré-seleção de candidatos potenciais, levando-se em conta o grau de alfabetização da família e não do chefe; b) realização antecipada dos exames de saúde, para desincentivar famílias com condições negativas; e c) recrutamento de candidatos dentre a mão-de-obra que se encontra em regime de trabalho assalariado temporário nos próprios projetos já em funcionamento.

Um dos grandes entraves para a irrigação em larga escala, segundo Coelho, consiste na salinização do solo, que deve ser removido, pois, ao ocorrer este fenômeno, o solo se tornará improdutivo. Desse modo, o autor aponta para o aprofundamento de estudos, onde sobressaíam dois aspectos: 1º) Manejo de solo; e 2º) Cultivo.

Ainda nesse trabalho, Coelho reivindica o acesso ao crédito para o irrigante, melhores condições de saúde (através de um acompanhamento efetivo do estado sanitário da população local) e educação.

Na verdade, o que Coelho demonstra é que os impactos sócio-econômicos para as comunidades abrangidas pelos projetos irrigados têm sido negligenciados pelo Programa de Irrigação do DNOCS (quer na elaboração, quer na execução do mesmo). Com certeza, é uma alusão do autor ao fato de que o atingimento de metas físicas tem se constituído no referencial de sucesso ou não

do referido programa. Fora isso não podemos encontrar maiores subsídios, principalmente, por se tratar apenas de uma breve incursão do autor sobre a irrigação na agricultura nordestina. 11

Outro estudo é o de William R. Cline, que é sob a ótica da relação custo-benefício dos projetos de irrigação na região semi-árida do Nordeste.

Segundo o autor, o custo médio de investimento nos projetos irrigados é estimado em US\$ 2.800 por hectare ou equivalente a US\$ 1.700 - excluindo: edifícios, maquinaria agrícola e casas para os trabalhadores. Desse modo, segundo ele, verifica-se que é um nível muito alto, se comparado a padrões internacionais. Por outro lado, esses projetos são do tipo capital intensivo (onde se empregaria 0,59 trabalhadores por hectare irrigado, resultando numa relação capital/trabalho de US\$ 4.800 , superior, portanto, a sete vezes a relação média capital/trabalho da agricultura brasileira). Por conseguinte, pouco contribuiriam para a absorção de mão-de-obra na agricultura nordestina. Portanto, o autor recomenda que a irrigação não seja considerada como a principal estratégia para o desenvolvimento da agricultura do Nordeste. 12

---

11. "A escassez de dados não permite uma análise em maior profundidade do assunto." (Coelho, 1974:79).

12. "... a despeito do substancial custo do investimento os esquemas de irrigação propostos produziram apenas um impacto marginal sobre a absorção de mão-de-obra agrícola. Portanto, eles devem ser considerados não como uma estratégia geral para o desenvolvimento rural do Nordeste, mas como um conjunto de projetos a serem julgados segundo seus méritos individuais, através de uma análise de custo-benefício." (Cline, 1972:259-260).

De seu estudo, o autor conclui que cerca de dois terços da área destinada à irrigação merece aprovação sob o prisma da análise de custo-benefício, porém, com uma taxa de desconto aceitável de 10% ao ano e imposição de restrições realistas de demanda ao se tratar de culturas individuais.

Para Cline, os projetos de irrigação deveriam ser considerados como um conjunto de oportunidades isoladas de investimentos socialmente lucrativos, sobretudo, por não terem condições de erradicar o problema da pobreza rural do Nordeste, na medida em que iriam fornecer emprego a apenas 70.000 trabalhadores, ou seja, menos de 2% da força de trabalho agrícola da região.

Portanto, sob a perspectiva de emprego, seria relevante que os projetos conservassem o grau de intensidade de trabalho que estava previsto pelo DNOCS para os atuais projetos, os quais foram calculados pelo autor, com base em pequenos estabelecimentos agrícolas. Isto porque haveria a possibilidade de que, com o término da construção das obras de irrigação, as áreas poderiam ser vendidas a grandes firmas vinculadas à produção agrícola. Desse modo, se evitaria encargos institucionais dos serviços de extensão e organização requeridos pela estrutura da pequena propriedade. Além disso, na medida em que houvesse propostas para outros projetos (na agricultura ou em outros setores), onde se produzisse um retorno social de 10%, porém, com taxas mais baixas de capital/trabalho, seria mais conveniente para o Estado alocar fundos de investimentos a esses outros projetos do que aplicá-los em projetos de irrigação. Destarte, afirma o autor:

"... a abordagem lógica seria reduzir a lista de projetos, escolhendo primeiramente os que apresentassem as taxas benefício-custo mais altas e aprovar o restante da lista se restassem fundos de investimentos após a alocação a projetos de uso mais intensivo de trabalhos e com taxas de retorno comparáveis". (Cline, 1972:272-3). 13

A nosso ver, a tese que Cline levanta é a de que a irrigação como a principal estratégia para o desenvolvimento rural do Nordeste se constitui num verdadeiro equívoco. Isto porque, segundo o autor, não obstante o substancial custo do investimento, este acarretará apenas num impacto marginal sobre a absorção de mão-de-obra agrícola, na medida em que os projetos irrigados são do tipo altamente capital/intensivos. Por conseguinte, se perpetuará o problema da pobreza do Nordeste.

Portanto, para Cline, ao invés de se pensar a irrigação como a principal estratégia para a agricultura nordestina, o lógico seria vê-la simplesmente como um conjunto de projetos que, com base na análise de custo-benefício, fossem julgados de acordo com seus méritos individuais.

---

13. Nesta passagem se encontra a seguinte nota explicativa do autor: "o subgrupo de projetos julgados vantajosos, com uma taxa de desconto de 15%, oferece uma primeira indicação de uma lista adequadamente reduzida. Além disso desde que os perfis temporais dos vários projetos sejam comparáveis é pequeno o perigo de que este método discrimine indevidamente em favor de projetos que proporcionem benefícios mais cedo."

Vale ressaltar, que na realidade, a análise acima só estaria plenamente correta desde que a irrigação tivesse por objetivo primordial a criação de emprego. Contudo, como veremos adiante, nos marcos do capitalismo tudo que se move é no sentido de atender às necessidades do capital, portanto, o objetivo não poderia ser outro que o de gerar lucro.

Cabe notar que, na análise de custo-benefício, não se incorporam os investimentos a fundo perdidos que são desembolsados pelo Estado (investimentos com a infra-estrutura necessária aos projetos que, diga-se de passagem, são bem vultosos), nem tampouco os custos sociais <sup>14</sup> (decorrentes de expulsões de populações nas áreas onde os projetos são implantados). Significa dizer que a análise de custo benefício dos projetos irrigados pretende expressar uma mera relação técnica, relegando o que não se encaixa nela (como os custos sociais) para outros campos, provavelmente, o da "sociologia".

Interessa aqui destacar que a Relação benefício/custo, por ser um indicador essencialmente microeconômico, não se presta à uma avaliação global da irrigação. Em outras palavras, diríamos que tal dificuldade se manifesta em virtude do enfoque se prender à ótica do capital individual e não do capital social. Significa dizer que tal análise não permite o movimento do capital em geral (análise mais geral), o que só é possível através do capital social global, isto é, do processo de acumula

---

14. É nesse sentido que Hall afirma que esses custos sociais foram "convenientemente esquecidos".

ção de capital. Vale acrescentar que a análise da Relação benefício/custo, para se detectar a viabilidade de projetos irrigados, se deve na verdade à imposições das agências internacionais de financiamentos.

Há no estudo da irrigação na agricultura nordestina dois trabalhos que se inserem no quadro de referência marxista: o de Mari' Stela Bezerra Bernardo - "Capitalismo e Relações de Produção no Campo. Os Projetos de Irrigação no Nordeste" - e outro de Idaleto Malvezzi Aued - "Nas Pegadas do Valor (Projetos Irrigados do Nordeste no Movimento Geral da Acumulação Capitalista no Brasil)".

No primeiro, a autora procura desenvolver seu estudo sob a perspectiva da intervenção do Estado na estrutura agrária e suas conseqüências nas formas de exploração agrícola na região nordestina. Convém salientar que toda a análise desse trabalho é feita praticamente a partir do estudo das relações de produção no Projeto de Irrigação de Curú-Paraipaba - CE.

Entretanto, a autora procura mostrar que o seu trabalho não se trata de um mero estudo de caso.

"Embora o núcleo de nossa proposta específica se atenha quase a um estudo interno do funcionamento de um projeto irrigado, não o entendemos, como questão isolada ou mesmo como problemática central, pois isso levaria à avaliação de desempenho, a questionamento de objetivos e, é claro, a relações de reformas que adequassem aquele a estes." (Bernardo, 1978:3).

Nesse trabalho, ela toma de empréstimo a tese do "Capitalismo Autoritário" de Otávio Guilherme Velho para explicar o surgimento do programa de irrigação na agricultura nordestina:

"Na moldura deste capitalismo autoritário, que não deix a espaço para a fiscalização da sociedade civil sobre seus atos, que o programa nacional de irrigação existe. Isto porque seu passo inicial é a desapropriação de terras, o que é feito de forma rápida, às vezes violenta, mantendo sob controle imediato os conflitos sociais esboçados (e que permanecem latentes) nas áreas escolhidas para fins de projetos." (1978:40).

Para Bernardo, o emprego da força de trabalho nos projetos de irrigação acarreta um processo de super-exploração que é a forma de reprodução da mão-de-obra familiar:

"... a participação efetiva do colono no processo de produção se dá através de sua força de trabalho. Ele é mão de obra e é o responsável pela super-exploração e reprodução da mão-de-obra familiar. De seu desempenho nesta tarefa depende sua permanência no PI" (Ibid: 90). Isto porque existe uma relação entre Estado e colono, na qual o primeiro se constitui no intermediário da apropriação da renda gerada pela super-exploração da unidade familiar, em benefício da empresa. Em outras palavras, mesmo a empresa não sendo a detentora dos meios de produção, tal relação proporciona uma exploração da força de trabalho, como se esta se encontrasse sob o domínio da empresa. Nesse sentido, esclarece a autora:

"Isto só é possível pela participação do Estado que embora não se aproprie do lucro diretamente, representa os interesses dos grupos dominantes, cria condições para que haja acumulação capitalista em termos otimizados (como ocorre em PI) e,

enquanto participante da classe dominante (grifo nosso) <sup>15</sup>, de  
 têm a propriedade da terra, expropriada do produtor autônomo. "  
 (Ibid:91-92).

De acordo com Bernardo, a irrigação acarreta um pro-  
 cesso de proletarização camponesa, no qual são recriadas algu-  
 mas características de outras relações de produção, que, por  
 sua vez, são mais propícias à acumulação. Esta conclusão a que  
 chega a autora é devido a sua analogia do tipo de exploração nos  
 projetos irrigados, com o que ocorre na parceria. Entretanto, sa-  
 lienta que a diferença encontrada entre o parceiro e o irrigan-  
 te é que este último não paga renda proporcional a produção.

Nesse trabalho, convém destacarmos dois pontos: 1) que  
 a irrigação levada adiante pelo DNOCS tem proporcionado um pro-  
 cesso de proletarização, recriando ainda algumas característi-  
 cas de outras relações de produção mais propícias à acumulação;  
 2) que o Estado sob a forma do DNOCS se constitui no agente que  
 intermedia a exploração do trabalho (irrigantes) pelo capital  
 (empresas).

Todavia, a emergência da irrigação na agricultura nor-  
 destina não se encontra delimitada historicamente no trabalho de  
 Bernardo. Isso porque a autora assume a ótica em que vê a irri-  
 gação no Nordeste apenas como produto do Estado autoritário im-  
 plantado pós-54. Nesse sentido, a irrigação seria simplesmente  
 mais um ato de força decorrente do amordaçamento da sociedade ci

---

15. Há aqui um ligeiro equívoco da autora, na medida em que o  
 Estado, como veremos, não faz parte da classe dominante, mas,  
 sim, expressa a classe dominante.

vil, já que esta se mostrava incapaz de vigiar os atos do aludido Estado. Então, por que se fazem projetos de irrigação? Que tipo de interesses representa esse Estado autoritário? Finalmente, que relação se estabelece entre o Estado autoritário e a irrigação na agricultura nordestina e que necessidades vem e ela cumprir? Estas interrogações, contudo, não conseguem ser respondidas pela autora. Isto porque em sua análise o enfoque considera somente o plano político, ofuscando o plano econômico, quase que abstraindo-o.

Já no segundo trabalho, o autor tenta mostrar uma "compatibilização dos Projetos Irrigados com o movimento geral da acumulação capitalista no Brasil". Para isso, fundamenta sua análise sobre a irrigação na Lei Geral da Acumulação Capitalista.<sup>16</sup> Portanto, norteando-se pela "Lei Geral" e pela criação de categorias como "urbano-fábrica", Aued tenta demonstrar que a irrigação é uma nova forma incentivadora da acumulação capitalista no Brasil:

"... o capital na agricultura, era composto fundamentalmente por sua parte variável.

Esta característica transforma a agricultura numa base material excelente para o capital constante ser ampliado e, também, para as "indústrias" produtoras de mercadorias que são transformadas em capital, ampliarem seu mercado.

---

16. "Assim, a lei geral da acumulação capitalista é caracterizada por dois polos diametralmente opostos: de um lado, o aumento extraordinário da riqueza, e, de outro, a profunda miséria dos trabalhadores." (Aued, 1980:6).

Note que esta potencialidade da agricultura coloca -a como setor em destaque do capitalismo brasileiro nas décadas de 70 e 80, pois, além de se constituir em consumidor efetivo de mercadorias dos ramos urbano/fabris, transforma-se numa fonte inesgotável de geração de mais-valia, pelo aumento significativo da produtividade do trabalho.

E é dentro desta perspectiva que os Projetos Irrigados - principalmente no Nordeste - definidos pelo governo federal após 1970 - se constituem em uma das alternativas encontradas para que a acumulação capitalista atinja novamente altas taxas." (Aued, 1980:44-45).

Quanto ao Estado, ele afirma que "... o Estado é atuado movido pela necessidade de reproduzir ampliadamente o capital.

Este processo é por nós compreendido como sendo uma ação modernizadora, pois busca-se com ele através da incorporação de novas formas de produção, aumentar a potencialidade de geração de mais-valia. A Região nordestina, pelas peculiaridades que apresenta, constitui-se numa fonte inesgotável para geração do sobre-valor, e por conseguinte para a ação do Estado." (1980:48).

Acrescenta ainda que "as novas indústrias no Nordeste e os Projetos Irrigados são duas faces do processo de reprodução ampliada do capital. São manifestações da ampliação do capital produtivo. A interconexão e interrelação entre ambos é que possibilita um desenvolvimento "seguro" para os capitais aí reproduzidos e criados." (1980: 71-72).

O autor chega à seguinte conclusão: "... os Projetos Irrigados são determinados pela Lei Geral da Acumulação Capita-

lista. São particularidades do processo de criação de grandes riquezas de um lado, e de miséria dos trabalhadores, de outro." (1980:79).

Podemos verificar que o trabalho desse autor apresenta um salto em relação aos demais supracitados: o de tentar compreender a irrigação inserida no processo de acumulação do País. Porém, a intenção do autor não se materializa no trabalho. Isto porque, em primeiro lugar, Aued não concebe no seu trabalho a irrigação sob uma perspectiva histórica. Significa dizer que ele não vincula a irrigação com as condições concretas do capitalismo no Brasil que a impulsionaram e que, na verdade, são a base da explicação tanto para o surgimento da irrigação no nordeste, quanto para o seu papel. Basta atentar-se para o fato de que dados empíricos pertinentes a Projetos Irrigados do DNOCS (e mesmo sobre o Projeto Irrigado de São Gonçalo, que é o estudo de caso do autor), como referências sobre a conjuntura do país, estão ausentes em sua análise. Em segundo lugar, a explicação do processo de acumulação no Brasil do autor norteia-se pela "Lei Geral" e pelos "Esquemas de Reprodução" de Marx. Desse modo, o autor não aborda o processo de acumulação através do conjunto de leis da produção capitalista, esquecendo-se, portanto, da lei fundamental para o aludido processo, isto é, da lei da tendência decrescente da taxa de lucro, a qual determina o movimento de capitais - fluxo e refluxo.

Portanto, para se falar de acumulação no concreto, isto é, numa formação econômico-social como a do Brasil, tem-se necessariamente que se levar em conta o processo de acumulação de capital no País, e no caso se estabelecer a relação com o

objeto de estudo - irrigação - para se entender como todo o processo se manifesta. Entretanto, este não foi o procedimento metodológico do autor.

Cabe acrescentar que o enfoque de Aued sobre o processo de acumulação capitalista fundamentado nos esquemas de reprodução carrega em seu bojo um grave engano. Pois, estes esquemas de reprodução, em última instância, objetivam somente mostrar as condições hipotéticas de equilíbrio geral no capitalismo (que não é sua condição normal, mas sobretudo, de desequilíbrio).

Marx, ao formular os esquemas de reprodução faz algumas abstrações - Estado e comércio exterior - , pois, o que ele pretendia era simplesmente mostrar que existe uma possibilidade de realização das mercadorias no modo de produção capitalista, ou seja, uma unidade entre o processo de produção e de circulação.

De forma que os esquemas de reprodução, preservando todas as circunstâncias formuladas por Marx, não se prestam ao entendimento do processo de acumulação no concreto, pois, como dissemos, tinham outros objetivos. Entretanto este aspecto não foi observado por Aued.

Convém salientar que, desde que se retire a noção de equilíbrio implícita nos esquemas de reprodução de Marx, e ao mesmo tempo se trabalhe com a categoria taxa de lucro, é plenamente viável este recurso metodológico, para o estudo do processo de acumulação de qualquer país capitalista. (Vide Souza, 1980: 123-139).

A análise desses trabalhos que acabamos de fazer, nos permite algumas conclusões: 1) com exceção de Bernardo e Aued, os demais autores têm focado a irrigação como algo particular, onde apresentam meras descrições de seus aspectos, portanto, ao nível da aparência do fenômeno. Desse modo, não conseguem desvendar a essência mesma do fenômeno da irrigação na medida em que não estabelecem uma relação entre os aspectos apontados e as próprias manifestações do capitalismo no Brasil. Em outras palavras, não estabelecem uma relação entre os aspectos apontados e as condições de valorização do capital no País. É por este motivo que mesmo constatando algumas repercussões econômico-sociais não conseguem desvendar suas razões, suas causas; 2) as análises de Bernardo e Aued também se mostram insatisfatórias para explicar a emergência da irrigação na agricultura nordestina: em primeiro lugar, porque Bernardo em que pese ter detectado um processo de exploração em sua análise, desvirtua-se, na medida em que centra sua explicação sobre os determinantes da irrigação a partir somente da superestrutura, ou seja, só percebe o plano político, ao invés de encarar a irrigação também sob a ótica da acumulação de capital e de como esta se expressa na realidade brasileira. Em segundo lugar, porque Aued ao tentar compreender a irrigação no processo de acumulação de capital no País, faz uma análise apenas dedutiva, na qual se guia pela "lei geral".

Assim, esse autor faz uma idealização da própria "Lei Geral", quando deveria materializá-la, quer dizer, teria que demonstrar como essa lei se manifesta na realidade. Essa dificul-

dade se lhe apresenta porque, como dissemos, ele deixa de lado o conjunto de leis da produção capitalista e, por conseguinte, a lei que rege o processo de acumulação, isto é, a lei da tendência decrescente da taxa de lucro.

Na verdade, esse procedimento metodológico do autor e que amiúde também se encontra em alguns trabalhos "marxistas", geralmente, desemboca numa distorção do método dialético materialista e histórico. A razão é que no intuito de fazerem trabalhos "teóricos", se tenta a todo custo justificar o arraigamento às "leis gerais". Desse modo, toda a explicação do fenômeno em estudo, assume uma forma mecanicista, já que as abordagens são meramente economicistas. Assim, perde-se a própria natureza do método materialista e histórico desenvolvido por Marx e Engels, na medida em que a perspectiva do proletariado subjacente ao método, aparece apenas como um dado, e daí também a luta de classes.

Vale acrescentar que há também trabalhos onde se percebe uma disjunção entre marco teórico e base empírica. Por fim, convém salientar que alguns "economicistas" refutam a priori toda tentativa de estudo de caso, pois, dessa forma não se conseguiria entender as "questões gerais", por serem segundo estes, "estudos específicos".

Após essas digressões, e seguindo analisando o autor em destaque, vale acrescentar que a não incorporação da conjuntura brasileira na análise desse autor revela que o mesmo não aborda a irrigação sob uma perspectiva histórica. No entanto, este foi o único autor que percebeu que só se podia estudar o Programa de Irrigação no Nordeste sob a ótica do processo de acumulação de capital.

Portanto, é no sentido de recuperar a dimensão histórica da irrigação no Nordeste que aqui se justifica a nossa investigação. E é com base no método marxista (que permite a passagem do abstrato ao concreto) que trataremos de pôr no centro de nossa análise, as condições de valorização do capital pertinentes à realidade brasileira, bem como o papel que tem jogado o Estado nesse processo. São, portanto, essas condições que nos proporcionarão entender a própria emergência da irrigação na agricultura nordestina, que se manifesta através do Programa de Irrigação do Nordeste. É dessa forma que se pretende compreender a relação entre o Projeto de Irrigação Baixo Açu do DNOCS e sua manifestação no Vale do Açu.

Assim, procuraremos no nosso trabalho, sustentar a tese de que a emergência da irrigação na agricultura nordestina se constitui uma tendência modernizante, na medida em que é a expressão da expansão do capital no campo.

## CAPÍTULO 2

2.1. Marco Teórico-Metodológico

A irrigação como uma tendência modernizante deve necessariamente ser entendida no marco da acumulação capitalista, bem como no entendimento do papel que cumpre o Estado no processo de acumulação de capital no País. Pois, só assim, poderemos desvendar sua essência e, portanto, compreendê-la historicamente.<sup>1</sup>

Iniciamos a análise com a categoria capital, que é a expressão da definição do modo de produção capitalista. Isto porque o capital implica a separação do trabalhador das condições objetivas do trabalho e na apropriação dos meios de produção e do produto do trabalho pelo capitalista. Nesse sentido, o capital é uma relação social de produção e dominação por expressar a subordinação do trabalho ao capital, e portanto, do trabalhador ao capitalista. Por outro lado, o capital assume múltiplas formas materiais: se apresenta como meios de produção e força de trabalho no processo de produção; e também se apresenta como dinheiro e mercadoria no processo de circulação. A concretização de todas as metamorfoses do capital, a qual consti-

---

1. Partimos do pressuposto que se trata de uma economia capitalista, produtora de mercadorias, portanto, regida pela Lei do Valor-trabalho.

tui seu ciclo, é a base de manutenção do sistema capitalista.

Agora, durante o processo produtivo, ou seja, no processo de produção de mercadorias, o capital se decompõe em duas partes: capital constante e capital variável. O capital constante é a parte do capital convertida em meios de produção. Esta parte do capital é dita constante, porque no processo de produção, permanece com a mesma magnitude de valor. Isso é assim porque os meios de produção, durante o processo produtivo, não geram valor, pois, têm apenas o seu valor transferido ao valor do produto final por intermédio do trabalho concreto. O capital variável é a parte do capital que se converte em força de trabalho, ou seja, remunera o trabalho ao transformar-se em salário. O capital variável "muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável." (Marx, O Capital:234-235). Assim, o capital é dito variável porque esta parte do capital retorna ao bolso do capitalista acrescida com a mais-valia.

Em seguida, nos deteremos rapidamente na questão da mais-valia, por ser uma categoria essencial em nosso estudo. Tentaremos explicá-la da seguinte forma: no sistema capitalista, portanto, sistema produtor de mercadorias, a única mercadoria de que dispõe o trabalhador é sua força de trabalho que a vende para sobreviver. Assim, o capitalista ao comprar no mercado a força de trabalho, a faz trabalhar em troca de salário (convém salientar, que a força de trabalho é a única mercadoria que é fon

te de valor, pois, o seu consumo é o próprio trabalho). Mas, no processo produtivo, a força de trabalho tem uma dupla capacidade: ela gera um valor que é igual ao seu custo de reprodução e ao mesmo tempo um sobre-valor.

Portanto, a jornada de trabalho do operário é constituída de duas partes: tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Na primeira, o trabalhador produz seu custo de reprodução, e este ao se materializar no produto é chamado de produto necessário. Na segunda, o trabalhador produz a mais-valia<sup>2</sup> - o mais trabalho produzido - que, ao se materializar no produto é denominado de produto excedente.

Mas, para o entendimento da acumulação capitalista, se faz necessário passar pelo entendimento de duas categorias essenciais: taxa de mais-valia e composição orgânica do capital.

A taxa de mais-valia (que expressa o grau de exploração da força de trabalho) mostra a relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, portanto a relação entre a mais-valia (p) e o capital variável (v). Há essencialmente duas formas de aumentar a extração de mais-valia que, aliás, se constituem nos métodos de acumular. Uma forma é chamada de mais-va-

---

2. "Conceber o valor como simples solidificação do tempo de trabalho, apenas como trabalho objetivado, é tão essencial para seu conhecimento, quanto para o da mais-valia, ver nela simples solidificação do tempo de trabalho excedente objetivado. Só a forma em que se extrai do produto imediato, do trabalhador, esse trabalho excedente distingue as diversas formações econômico-sociais, a sociedade da escravidão, por exemplo, da sociedade do trabalho assalariado." (Marx, O Capital: 242). (grifos nossos).

lia absoluta. Esta consiste no prolongamento da jornada de trabalho<sup>3</sup> ou no pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. Convém salientar que, nesse caso, existem condicionantes físicos (um mínimo de condições que reponha o desgaste de energias do trabalhador para que possa se manter vivo como detentor da força de trabalho), que obstaculam maior extração de mais-valia. Uma outra forma é chamada de mais-valia relativa.<sup>4</sup> Esta consiste no aumento da produtividade do trabalho, o que implica em reduzir o tempo de trabalho necessário.

---

3. "A produção de mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. (Marx, O Capital: 585).

"A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho ..." (Ibid: 585).

4. "... a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais." (Marx, O Capital: 585).



serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que êle paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta dêsse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional." (Marx, O Capital: 718-719) (grifos nossos).

Portanto, podemos observar que é inerente ao capitalismo uma tendência à acumulação de capital, já que a produção capitalista é ao mesmo tempo produção de mercadorias e reprodução de suas relações sociais. De modo que, assim como o capital é uma relação social entre capitalista e trabalhador, a acumulação de capital é a ampliação dessa relação, por ser a transformação da mais-valia em capital. Por conseguinte, a reprodução do capital é a ampliação do ciclo do capital e que, em última análise, se traduz na expansão do proletariado.

Todavia, para um dado capital individual se valorizar, isto é, acumular, é necessário que se valorize integralmente. Esta valorização do conjunto do capital se expressa na taxa de lucro. A taxa de lucro é dada pela relação entre a mais-valia (p) e o conjunto do capital adiantado, podendo ser demonstrada matematicamente, onde: p = mais-valia; c = capital constante; v = capital variável; p' = taxa de lucro; p/v = taxa de mais-valia; e c/v - composição orgânica do capital.

$$p' = \frac{p}{c + v} = \frac{p/v}{c/v + 1}$$

Assim, se  $p/v$  cresce mais rapidamente que  $c/v$ ,  $p'$  tende a aumentar. Por outro lado, se ocorre o inverso,  $p'$  tende a cair. Portanto, a taxa de lucro é função direta da taxa de mais-valia e inversa da composição orgânica do capital.

Mas, para se entender a acumulação capitalista em um país, se faz necessário se centrar, não na ótica do capital individual, e sim, na ótica do capital social. Isto porque, o somatório das partes não é igual ao todo. Isso é assim porque os capitais individuais num ramo de produção são distintos na medida em que apresentam distintas composições. Mas, o que importa em um ramo de produção é a composição do capital global, por expressar a média das composições individuais. Por conseguinte, o que importa para um país é sua composição de capital social por expressar a média geral de todas as composições médias da totalidade de seus ramos.

Outro elemento teórico fundamental consiste na taxa média de lucro. A taxa média de lucro é decorrente do nivelamento de diversas taxas de lucro, em virtude da concorrência que se estabelece entre os capitais. Isso é assim porque o próprio funcionamento do sistema capitalista proporciona uma tendência à uma nivelção das taxas de lucro, pois, os capitais tendem à se deslocar para ramos de produção (e portanto de mercados) que ofereçam maiores taxas de lucro.

A nivelção das taxas lucro pode se concretizar desde que não exista obstáculos à livre mobilidade do capital - concorrência livre. No entanto, na concorrência monopolista, a existência de monopólios - por exemplo, o monopólio da utilização do

progresso tecnológico de um capitalista num dado ramo de produção, ou mesmo de um ramo de produção em relação aos demais -  
- tendem à obstaculizar a livre mobilidade do capital. E isso permite ao capital monopolista a obtenção de um sobre-lucro frente aos demais capitais que não disponham de certas condições tecnológicas.

Contudo, o sobre-lucro é decorrente da nivelação das taxas de lucro, e tem sua base de explicação no desenvolvimento das forças produtivas, as quais expressam o grau de desenvolvimento da produtividade do trabalho numa sociedade. Para se compreender este ponto, deve-se partir do entendimento de que as mercadorias expressam valores sociais, os quais só se manifestam a posteriori no mercado. De forma que, sob a ótica do valor, o que importa não é o tempo de trabalho despendido para a produção de uma mercadoria em cada empresa de ramo de produção, mas, sobretudo, o tempo de trabalho socialmente necessário. Daí se inferir que, em um mesmo ramo de produção, na medida em que um capitalista, ao despendar seu capital ( $c + v$ ) para a produção de uma dada mercadoria e sendo esta produzida com mais tempo que o tempo de trabalho socialmente necessário (custos "sociais"), este capitalista terá custos maiores que os socialmente necessários, portanto, estará desperdiçando trabalho. Enquanto será favorecido um outro capitalista que, por dispor de melhores condições técnicas, estas permitem que a mesma mercadoria seja produzida em menor tempo que o tempo de trabalho socialmente necessá

rio, portanto, com custos inferiores aos custos "sociais".

Assim, enquanto uns capitalistas se enriquecem (neste caso, via aumento da produtividade do trabalho em relação ao ramo, e daí, obtenção de uma mais-valia extraordinária, que é a base do sobre-lucro), outros se arruinam ao expressarem a produção de seus valores sob a forma de mercadorias no mercado. É por esta razão que se explica a existência de diversas taxas de lucro em um mesmo ramo de produção.

Entretanto, os capitais que expressam baixa produtividade - baixa composição orgânica do capital - em relação ao ramo tendem à se modernizar, isto é, desenvolver suas condições tecnológicas no processo produtivo. Significa dizer, aumentar a composição orgânica do capital como uma condição necessária para permanecer na concorrência e participar do sobre-lucro. O resultado é o acirramento da concorrência entre os capitais em um mesmo ramo de produção, e daí, uma tendência ao nivelamento da taxa de lucro, a qual expressa o lucro médio desse ramo.

Do mesmo modo que o mercado cumpre com a função de penalizar todo desperdício de trabalho individual na produção de uma mercadoria, o nivelamento das taxas de lucro também tenderá à penalizar os ramos ( e agora, várias mercadorias) que tenham níveis de produtividade do trabalho abaixo da média da sociedade, ou seja, da produtividade do trabalho social. Só que, agora, ocorre uma penalização entre distintos ramos de produção. Isso é devido ao fato de que os distintos ramos de produção por apresentarem distintas composições orgânicas do capital, por sua vez, expressam-na em distintas massas de mais-valia e taxas de lucro, e portanto, em desníveis de produtividade do trabalho .

De forma que, no processo de concorrência, alguns ramos ( alta composição orgânica do capital) são beneficiados em detrimento de outros (baixa composição orgânica do capital). Desse modo, os ramos penalizados deixarão de atrair capitais, transferindo -os para os ramos de produção mais rentáveis. É esse movimento de capitais que, nas condições capitalistas, explica a tendência à uma nivelção da taxa de lucro entre os capitais empregados nos diversos ramos de produção, a qual se expressa na taxa geral de lucro.

Assim, vimos que, na concorrência, tanto o capitalista individual que opera em um ramo de produção, como os capitalistas que operam em diversos ramos, são forçados à se modernizarem, isto é, aumentarem o grau de mecanização que se expressa no aumento da composição orgânica do capital, pois, do contrário, poderão ser punidos através do mecanismo da nivelção da taxa de lucro. É por esta razão que acreditamos poder dizer que a tendência à acumulação no capitalismo é ao mesmo tempo uma tendência à modernização, ou seja, é a própria tendência ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

Tentaremos em seguida, demonstrar a relação entre modernização, ou seja, entre o desenvolvimento das forças produtivas e acumulação, e por conseguinte, suas leis básicas.

Sabemos que o desenvolvimento das forças produtivas, que é produto necessário do desenvolvimento capitalista, se manifesta sob a forma de tecnologia no processo produtivo, e anda de par com a elevação da composição orgânica do capital. Esta elevação se traduz no aumento proporcional da parte constante em maior grau do que a parte do capital variável. De modo que, sen

do a composição orgânica do capital uma unidade - técnica e de valor -, sob a ótica do valor, a elevação da composição orgânica do capital se traduz em menor quantidade de valor por unidade de produto, pois se incrementa a massa de meios de produção numa relação maior que a massa de força de trabalho, o que significa maior produtividade do trabalho. De modo que a consequência da elevação da composição orgânica do capital se traduz no aumento da produtividade do trabalho, que é a via de extração da mais-valia relativa, e por sua vez, se traduz numa maior exploração do trabalhador e no aumento da taxa de mais-valia. Desse modo, se intensifica a acumulação de capital.

Do exposto, se depreende que no capitalismo a tendência à modernização é uma tendência inerente à acumulação; e que a tendência à elevação da composição orgânica de capital e do aumento da produtividade do trabalho é ao mesmo tempo uma tendência à ampliação do exército industrial de reserva<sup>5</sup> e aumento da exploração do trabalhador. Este é o sentido da acumulação capitalista que é expressado na Lei Geral da Acumulação Capitalista, qual seja: que o processo de acumulação é um processo que consiste na unidade dialética da criação riqueza/miséria.

---

5. Há uma tendência à ampliação do exército industrial de reserva, na medida em que "Com a acumulação de capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação de capital. Esses dois fatores, na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente, modificam a composição técnica do capital, e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante." (Marx, O Capital:726) (grifos nossos).

Convém salientar que a intensificação da acumulação re vela outra lei do capitalismo, ou melhor, da acumulação capitalista, que é a lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Isso é assim porque a elevação da composição orgânica do capital tende à crescer muito mais rapidamente que a taxa de mais-valia, e daí, há uma tendência à queda da taxa de lucro. É por isto que, na fase de intensificação da acumulação capitalista, ocorre uma tendência à queda da taxa geral de lucro na economia. É nesta fase que se verifica uma maior incorporação do exército industrial de reserva (geralmente provocando uma subida nos salários dos trabalhadores que, por sua vez, tende à debilitar o ritmo da acumulação), como também uma grande expansão da produção e do capital social e que tudo isso nada mais é do que produto do processo de concentração e centralização do capital.

Entretanto, se faz necessário salientar que sob a ótica do capital social, o processo de concentração e centralização do capital representa também processos distintos: enquanto a concentração expressa uma expansão do capital social por meio do crescimento dos capitais individuais, a centralização expressa a concentração dos capitais já formados, o que implica em dizer que independe da magnitude do capital social. Mas, nesse caso, o que ocorre é uma expropriação entre os próprios capitais por intermédio do acirramento da concorrência e do mecanismo de crédito. De forma que o resultado do processo de concentração e centralização do capital é um novo aumento da composição orgânica do capital e da produtividade do trabalho social e, portanto, da tendência à queda da taxa geral de lucro na economia.

Sem embargo é na fase de intensa acumulação (momento de pico do processo de acumulação de capital), e acirramento da concorrência e por conseguinte, de queda da taxa geral de lucro na economia, que o capital como condição de permanecer se auto-valorizando requer a modernização, ou seja, requer a introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo.

Agora é também sabido que a queda da taxa geral de lucro se manifesta concretamente na crise da economia, que se expressa sob a forma de superprodução: superprodução de mercadorias por impossibilidade de venda das mesmas e, ao mesmo tempo, superprodução de capital por impossibilidade de realização da mais-valia, que é o fundamento da acumulação. Desse modo, a crise rompe com o processo cíclico do capital e, evidentemente, com a possibilidade de reprodução do capital.

A crise ao se expressar na queda da taxa de lucro, no declínio do mercado e na intensificação da competição entre os capitalistas de forma cada vez mais violenta - tudo isso é simplesmente expressão própria da deterioração das condições de valorização do capital e se manifesta nitidamente na baixa do ciclo econômico -, implica em que o capital também seja impelido a introduzir inovações tecnológicas no processo produtivo.

Podemos observar então que a lei da tendência decrescente da taxa de lucro evidencia as próprias contradições do capitalismo, as quais têm sua base na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e suas próprias relações de produção. Essa contradição faz com que a acumulação capitalista se manifeste como um processo cíclico, isto é, de ascensão e

queda da economia, cujo determinante é a taxa geral de lucro . Assim, é a lei da tendência decrescente da taxa geral de lucro que determina o movimento da acumulação em um país, e portanto, determina também seu ciclo econômico (ciclo industrial).

Todavia, o capitalismo é um modo de produção de natureza essencialmente contraditória. E é a partir de suas contradições que o capitalismo busca constantemente engendrar formas de ultrapassar sua contradição inerente (desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção) e, por conseguinte, burlar a lei da tendência decrescente da taxa de lucro.

Uma das formas de se tentar contrarrestar a queda tendencial da taxa geral de lucro consiste na intervenção do Estado na economia.

Antes de tudo, convém ressaltar que a natureza do Estado e seu papel histórico reside no fato de que o Estado é acima de tudo expressão do produto de contradições irreconciliáveis de classes. Isto porque, segundo Engels, "O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da idéia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a

mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado." (Engels, 1978:191).

Cabe ainda destacar que: "Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes." (Lênin, 1979: 10).

Portanto, na sociedade atual, o Estado é a própria expressão da classe burguesa<sup>6</sup>. De modo que a lógica do Estado é a própria lógica da acumulação, na medida em que o Estado busca intervir na economia como uma forma de favorecer o processo de acumulação de capital. Em outras palavras, o Estado burguês é a imbricação produto/reprodução do capital. Por conseguinte,  toda intervenção do Estado é sempre uma arma fundamental com que a classe capitalista busca contrarrestar a tendência decrescente da taxa geral de lucro na economia.

Quando a taxa de lucro cai, o Estado busca intervir na economia como uma forma de compensar a queda de referida taxa. Isso é assim porque o Estado além de ter as funções de legitimidade, repressão, tem também a função de acumulação. Em outras

---

6. No concreto, as formas de expressão dos interesses da classe burguesa se manifestam na política econômica do Estado através de vários mecanismos, como: taxa de câmbio, crédito e juros subsidiados, incentivos fiscais, investimento à fundo perdido, etc.

palavras, o Estado é impelido à intervir na economia quando cai a taxa de lucro, na medida em que expressa a consciência do capital social, ou seja, representa o conjunto do capital e não o capital individual (pois, este só percebe a realidade fracionada, já que a sua consciência é a consciência da valorização de seu capital, ou seja, de seu lucro). É por isso mesmo que o Estado por ter a função de acumulação (que nada mais é do que outra denominação da garantia ao processo de acumulação) passa à estimular as inversões na produção, ao cair a taxa de lucro.

Para garantir o processo de acumulação de capital, o Estado busca de toda forma favorecer o processo de desvalorização do capital constante e do capital variável.<sup>7</sup> E aqui se explica a razão de determinadas medidas de política econômica do Estado e mesmo sua intervenção em setores da economia, como, por exemplo, o incentivo à modernização (via inovações tecnológicas) na agricultura.

Finalmente, há uma questão que não podemos deixar de levantar: a relação entre agricultura e indústria no modo de produção capitalista. Sob o sistema capitalista, existe uma diferença entre a produção na indústria e a produção na agricultura, pelo fato de apresentarem distintas relações sociais no processo produtivo. Isso é assim porque "La naturaleza de la producción capitalista hace que se desarrolle la industria com más velocidad que la agricultura. Ello no se debe a la naturaleza de la tierra, sino al hecho de que, para ser explotada en

---

7. Sobre esse ponto ver Marx, O Capital, "As Contradições Internas da Lei", Livro 3, Capítulo XV.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
 Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
 Rua Aprígio Veloso 832 - T-4 (180) 321 7222-R 355  
 58.100 - Campina Grande - Paraíba

verdad de acuerdo con su naturaleza, la tierra exige distintas relaciones sociales". Un factor adicional es que, a consecuencia de la propiedad del suelo, los productos agrícolas no entran en la nivelación de la tasa de ganancia, siendo vendidos, por lo general, por encima de su precio de producción.<sup>8</sup> Ahora bien, de un lado la producción agrícola no se abarata al mismo ritmo de desarrollo de las fuerzas productivas industriales y, del otro, el valor de la fuerza de trabajo depende, en gran medida, de los productos agrícolas. (Souza, 1980:101).

Tudo isso posto, destacaremos as seguintes conclusões: 1º) que o capital expressa a definição do capitalismo, na medida em que constitui uma relação social de produção e dominação por expressar a subordinação do trabalho ao capital; 2º) que a produção de mais-valia consiste na lei absoluta do modo de produção capitalista; 3º) que a tendência à acumulação no capitalismo é ao mesmo tempo uma tendência à modernização, isto é, é a própria tendência ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade; 4º) que a tendência à modernização é uma tendência inerente à acumulação; e que a tendência à elevação da composição orgânica do capital e do aumento da produtividade do traba-

---

8. "... el precio de producción es la categoría valor transformada por la nivelación de la tasa de ganancia." (Souza, 1980:73)  
 O preço de custo (c + v) somado ao lucro médio, constitui o preço de produção individual de uma dada mercadoria.

lho é ao mesmo tempo uma tendência à ampliação do exército industrial de reserva e aumento da exploração do trabalhador; 5º) que a lei da tendência decrescente da taxa de lucro evidencia as próprias contradições do capitalismo, as quais têm sua base na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e suas próprias relações de produção. Assim, essa contradição faz com que a acumulação capitalista se manifeste como um processo cíclico, isto é, de ascensão e queda da economia, cujo determinante é a taxa geral de lucro; 6º) que tanto nas fases de pico como nas de baixa do ciclo econômico, o capital requer introduções tecnológicas no processo produtivo; 7º) que existe uma diferença entre a produção na indústria e a produção na agricultura, na medida em que apresentam distintas relações sociais de produção; 8º) que a natureza do Estado e seu papel histórico reside no fato de que ele é expressão do produto de contradições irreconciliáveis de classes. E que na sociedade atual, o Estado é a própria expressão da classe burguesa. Por conseguinte, toda intervenção do Estado é sempre uma arma fundamental com que a classe capitalista busca contrarrestar a tendência decrescente da taxa geral de lucro na economia. Por fim, que o Estado é impellido à intervir na economia na medida em que expressa a consciência do capital social global. Portanto, é no sentido de favorecer o processo de acumulação de capital que o Estado busca criar todas as condições para o processo de desvalorização do capital constante e do capital variável na economia.

Entretanto, para se entender o Programa de Irrigação do Nordeste, se faz necessário dizer que ele é acima de tudo produto de condições objetivas, ou seja, de condições históricas . A abstração destas conduz a própria abstração da essência mesma do fenômeno da irrigação. E são justamente essas condições históricas para a emergência da irrigação como uma tendência modernizante que trataremos de demonstrar no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 3

3.1. Condições Históricas para a Emergência da Irrigação como uma Tendência Modernizante na Agricultura Nordestina

Neste capítulo se pretende demonstrar que a irrigação promovida pelo Estado via Programa de Irrigação se constitui uma tendência modernizante para a agricultura nordestina, cuja explicação se encontra na necessidade de valorização do capital no País, durante a fase do "milagre" brasileiro. Nesse sentido, faremos algumas breves considerações sobre as condições que propiciaram o surgimento do "milagre", e de como este contexto requereu a modernização da agricultura no nordeste.

Como ponto de partida se faz necessário destacar que um marco fundamental para a compreensão da emergência do período do "milagre" consiste na instauração da ditadura militar no País. Isto porque, como é sabido, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil ocorrido a partir de meados da década de 1950 desembocou numa crise econômica e num impasse político em 1964. Na verdade, essa crise, que se delineia claramente nos primeiros anos da década de 1960, se deveu ao fato de que havia-se promovido no País um intenso processo de acumulação capitalista centrado nos monopólios (preponderantemente imperialistas), no desenvolvimento do setor III em detrimento dos demais setores, na superexploração do trabalho e na manutenção de uma agricultura "atrasada" (caracterizada pela predominância de relações não-capitalistas). De forma que todas essas contradições se aguçaram e se manifestaram politicamente e, por falta de lideran-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
Rua Aprígio Veloso, 882 - 321 (C83) 321 7222-R 355  
58.100 - Campina Grande - Paraíba

ças mais consistentes na política vigente do País, não foi possível a sociedade brasileira se opor ao golpe militar de 1964, por conseguinte, a própria instauração da ditadura.<sup>1</sup>

Não obstante o golpe militar ter sido uma expressão da dominação burguesa (nativa/estrangeira), esta não se consolidou imediatamente: 1º) porque não houve uma derrota completa dos vencidos, o que suscitava alguma resistência; 2º) porque a persistência da crise, ao deteriorar as condições de reprodução do capital, a debilitava.

No sentido de recuperar as condições para a reprodução do capital no país, o novo regime militar, em primeiro lugar, tratou de adotar medidas de política econômica que priorizava o combate à inflação. E como a inflação era de demanda, segundo a ótica do governo, dentre as medidas adotadas se encontravam: contenção salarial, restrição ao crédito - público e privado e alteração na política fiscal.

A alteração na política salarial, que implicou a contenção de salário da classe trabalhadora, foi uma consequência direta da derrota do proletariado. Isso porque o "golpe" possibilitou o cerceamento às liberdades democráticas no País e, por conseguinte, obstruiu toda e qualquer resistência por parte dos trabalhadores (via intervenção nos sindicatos e "outros métodos"), além de ter facilitado as condições para se manter uma maior rigidez sobre a legislação trabalhista. Daí é que se estabeleceu todas as franquias para a criação do F.G.T.S. (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que eliminava a estabilidade no emprego que, em outras palavras, significava maior rotatividade

---

1. Ver Souza, 1980, especialmente o capítulo 4.

no trabalho.

Mas, uma outra forma adotada pelo regime que também contribuiu para a manutenção da contenção salarial deveu-se à política de controle dos preços dos produtos agrícolas. Na realidade a contenção salarial não se tratava apenas de uma medida de combate à inflação. Essa política era uma forma de proporcionar uma elevação no grau de exploração da força de trabalho e, assim, recuperar as condições da valorização do capital e da elevação da taxa de lucro. Em outras palavras, o mecanismo da contenção salarial se prestava, principalmente, ao papel de atender às necessidades de expansão do capital a fim de retirar o País da crise em que se alojara.

Todavia, mesmo com essas medidas supracitadas adotadas pelo Estado, a taxa geral de lucro na economia seguia em baixa e se traduzia num reduzido nível de acumulação que, além do mais, gerava capacidade ociosa. Por tudo isso é que o regime se vê forçado ainda a conviver com mais três anos de crise.

Sem embargo, é a partir de 1968 que as medidas impostas passam a surtir efeito mais notório: a inflação declina, há elevação no nível de produção e de emprego que são nada mais do que expressão da elevação da taxa geral de lucro no País. É nesse ano realmente que inicia a fase de grande expansão econômica que a megalomania dos tecnocratas governamentais denominou de "milagre" brasileiro, e que corresponde ao recente ciclo de expansão da economia, expressada num acelerado processo de acumulação capitalista no Brasil.

Na verdade, esse ciclo econômico no Brasil se compõe, segundo Souza<sup>2</sup>, de três fases: 1ª) período de reanimação da economia - 1968 a 1970; 2ª) período de auge - 1971 a 1973; e 3ª) o período da crise propriamente dita, que se inicia a partir do segundo semestre de 1974.

A reanimação da economia brasileira deveu-se a uma série de fatores (internos e externos) que contrarrestaram a elevação da composição orgânica do capital, mantiveram elevada a taxa geral de lucro e, por conseguinte, contribuíram para expandir o ritmo da atividade econômica e acumulação. Dentre os fatores internos podemos citar: o arrocho salarial, bem como o controle dos preços dos produtos agrícolas via política de preços mínimos. Através desse mecanismo, se conseguia estabilizar a oferta dos produtos agrícolas com preços de mercado abaixo do valor, acarretando transferência de valor para a indústria, em virtude da agricultura de mercado interno ter características não-capitalistas. O resultado era a elevação da taxa de lucro na indústria, pois, se de um lado se mantinha baixo o salário real dos operários, é claro que dessa maneira propiciava a elevação da taxa de mais-valia; do outro, contribuía para a redução dos custos industriais para os capitalistas via matérias-primas baratas; a enorme capacidade ociosa proporcionada pela crise (1962 a 1967), que por sua vez, também reduzia os custos industriais, já que permitia a elevação da produção sem, contudo, e-

---

2. Toda a análise deste capítulo foi formulada a partir da tese doutoral "Crisis y luchas en Brasil - 1974/1979", defendida em agosto de 1980 na UNAM - México por Nilson Araújo de Souza.

levar no mesmo sentido os gastos em capital fixo e assim influenciava a taxa de lucro.

Além do mais, vários outros fatores também deram sua parcela no sentido de aumentar a velocidade de rotação do capital no País - o que implicava no acréscimo da taxa anual de mais-valia e, em última instância, na elevação da taxa geral de lucro. Nesse sentido podemos destacar: 1º) a adequação do sistema bancário brasileiro ao desenvolvimento capitalista ( reforma financeira e monetária de 1964/65) que permitia uma maior circulação interna do capital via política de incentivos e de crédito. Desse modo, o excedente econômico conseguia chegar mais rapidamente ao seu destino, isto é, aos "pontos de acumulação" ; 2º) a dinamização do mercado de capitais - através da implantação do sistema de correção monetária, regulamentação dos bancos de inversão e financeiras dedicadas ao financiamento do consumo, modernização das bolsas de valores, ampliação dos incentivos fiscais para setores prioritários e intensificação de lançamentos de obrigações do tesouro nacional.

Um outro fator que também contribuiu para a reanimação da economia consistiu na maior "integração" do mercado nacional proporcionada pela construção e pavimentação de estradas, além de contar com um grande impulso nos canais de comunicação (desenvolvimento nos sistemas de telegrafia, telefonia, correios, etc.). Desse modo, se possibilitava uma maior circulação do capital-mercadoria, o que implicava numa maior rotação do capital social global, e assim, o capital retornava mais rapidamente ao processo produtivo.

Quanto aos fatores externos, se faz necessário dizer que a reanimação da economia deveu-se também à uma conjuntura internacional favorável. Isso foi assim porque desde fins da década de 1960 (1967) o sistema imperialista se encontrava envolto com uma crise estrutural (e que perdura nos dias de hoje) o que acarretava crise cíclica em alguns dos países centrais, e cujo resultado era o aguçamento do conflito interimperialista. Desse modo, a fase cíclica recessiva favoreceu a economia brasileira, já que as contradições no seio de sistema imperialista provocou necessariamente o barateamento de bens de capital e tecnologia, como também de matérias-primas de alguns países centrais. Por essa via, evidentemente, também se reduzia os custos industriais e se elevava a taxa de lucro industrial.

Por outro lado, entre fins de 1968 e início de 1970, o sistema imperialista experimentou uma fase de expansão, implicando na mesma medida, em expansão do mercado mundial. Por sua vez, nesse período, a política governamental estava munida de uma série de mecanismos especiais para estimular as exportações brasileiras, principalmente, através do crédito e outros incentivos. Desse modo se intensificaram as exportações que também sob essa via acelerava a rotação do capital no País.

É bem verdade que a intensificação das exportações de produtos brasileiros (principalmente industriais) se deveram tanto à política de isenção de impostos, como à concessão de créditos à baixos juros que aliado à superexploração do trabalho, barateavam os produtos industriais. Além do mais, com a instauração completa da estabilidade política no País (já que, a partir de 1968 o regime conseguiu manter o disciplinamento da

luta de classes como muito bem afirma Souza e ao mesmo tempo acalmou os ânimos da burguesia nativa, pois, a política de exportação a favorecia), os capitalistas nativos se sentiram reanimados no que tange às suas inversões. Por outro lado, os capitais imperialistas também se sentiram atraídos neste momento de "empolgação nacional": 1º) pela reanimação da economia que se expressava na elevação da taxa geral de lucro; 2º) pela existência de capital excedente no centro em função da crise cíclica que se apresentava, principalmente, sob a forma de eurodólares. De forma que esses capitais retornam agressivamente à economia brasileira sob a forma, tanto de inversões diretas, como de empréstimos e financiamentos. A consequência direta da entrada desses capitais foi contribuir para a elevação do potencial e ritmo da acumulação da economia no País.

Portanto, a ação combinada de todos os fatores apontados, que se materializaram na economia brasileira, levaram à contrarrestar a elevação da composição orgânica do capital que, aliada à superexploração do trabalho, se traduziu na manutenção de uma elevada taxa geral de lucro que, em última instância, expressou um intenso processo de acumulação de capital e uma reanimação da economia do País a um nível muito elevado.

Não obstante alguns fatores que propiciaram a elevação da taxa geral de lucro transformarem-se em seus contrários, isto é, em depressores de mencionada taxa, a economia logrou se expandir a um ritmo muito mais acelerado que corresponde ao período de auge do ciclo (1971/1973), em função de vários outros que atuaram no sentido de dificultar uma tendência que é ineren

taxa geral de lucro na economia: o baixo crescimento da produção e produtividade do setor I, a manutenção do "atraso" da agricultura, o capital financeiro especulativo e a crescente dependência de meios de produção externos. Todos esses elementos, que são expressões das características do padrão de reprodução do capital em curso, passaram, como vimos, à acelerar a queda da taxa geral de lucro na economia brasileira.

Vejam agora, o elenco de fatores que atuaram no sentido de dificultar a queda da taxa geral de lucro na economia e proporcionaram condições para um ritmo de acumulação muito mais acelerado (auge do ciclo): 1º) a intensificação no aumento do grau de exploração do trabalho via arrocho salarial. Isto porque, como temos visto, o setor II de bens de consumo de massa (industrial e agrícola) caracterizava-se por uma baixa produtividade do trabalho e, dessa maneira, não contribuía para a elevação do grau de exploração do trabalho requerida pelo capital; 2º) a grande expansão do mercado para o setor III (bens de consumo sup<sup>er</sup>tuário). Isto porque, se de um lado esse setor era favorecido pela apropriação de mais-valia do setor II industrial, de outro obtinha benesses pelo processo de concentração de renda que expandia seu mercado, auxiliado ainda pela política do regime de financiamento ao consumo que, naturalmente, atendia as camadas de maiores rendas; 3º) o aceleramento da expansão do setor I. Tal fato se deu porque no período se reverteu a situação de baixos preços e taxa de lucro nesse setor (por razões vistas), o que atraiu capitais nativos - estimulados pelo barateamento da tecnologia estrangeira resultante da crise estrutural de fins da década de 1960 -, como também capitais estrangeiros, já que

a taxa de lucro nos centros imperialistas seguia em baixa. E como o setor III era dominado praticamente pelos monopólios norte-americanos (com exceção do ramo automobilístico que se verifica a presença dos alemães), o desenvolvimento desigual e combinado interimperialista levou a que capitais alemães e japoneses se dirigissem para o setor I; 4º) o grande aumento das exportações brasileiras que, em grande medida, contribuiu para intensificar a acumulação. Isso foi devido, em primeiro lugar, à conjuntura internacional favorável (auge do mercado externo durante o período 1972 a 1974) e, em segundo lugar, à estratégia de diversificação nas relações comerciais do Brasil - tanto no interior dos países imperialistas (com aumento da participação da Comunidade Econômica Européia - C.E.E. e Japão em detrimento dos países centrais norte-americanos), como também pelo aumento da participação do País em relação aos países dependentes e socialistas; e 5º) a falsificação dos índices de correção dos salários em 1973 pelo governo que propiciou a elevação da taxa de mais-valia e de lucro, já que esse procedimento promoveu a queda do salário real.<sup>3</sup>

Assim, vimos que os vários fatores apontados ao obstacularem a tendência à queda da taxa geral de lucro no País, proporcionaram um intenso processo de expansão econômica e de acumulação que, ao nível ideológico, fizeram emergir slogans ufanistas como: "Ninguém segura este País", "Brasil grande potência" - formulados pela Escola Superior de Guerra, e o próprio "milagre" brasileiro. Contudo, é bom frisar que esse "milagre"

---

3.-A estratégia do governo foi falsificar o índice inflacionário. "Esse índice foi fixado em 15,7%, quando na realidade tinha sido de 25%." (Souza, 1982:32).

não foi nada mais do que "... la profundización sin paralelo de la subordinación de la economía brasileña al yugo imperialista - bajo sus varias formas: inversión directa, endeudamiento, etc. - lo cual se compatibiliza con el desarrollo del aspecto expansionista del capitalismo brasileño. Todo esto sólo son expresiones del aumento de la subordinación del capital en Brasil a la reproducción del capital a nível mundial y, por ende, en el centro imperialista." (Souza, 1980:303).

Mas, é bem verdade que o processo de expansão econômica perdurou até o primeiro semestre de 1974. A partir desse ano, a economia brasileira entra em processo de crise e que corresponde ao fim do "milagre" e baixa do ciclo. Essa crise não é senão produto das contradições geradas pelo padrão de reprodução do capital no País. Isto foi assim porque o "padrão" desembocou no baixo desenvolvimento da produtividade do trabalho no setor II (industrial/agrícola), que implicou a inviabilização de uma maior extração de mais-valia relativa - e portanto, obstaculava também a intensificação da superexploração do trabalho requerida pelo processo de acumulação de capital no País. É por isso que nesse ano "fatídico" se reduziu o ritmo de crescimento do grau de exploração da força de trabalho e se manifestou diretamente na debilitação do ritmo da acumulação -, bem como na baixa produtividade do setor I. O resultado foi que a baixa produtividade do setor I e II não atendia mais às necessidades requeridas pela acumulação no País. Vale acrescentar, que nesse ano, ocorreu uma certa estabilidade no desenvolvimento da produtividade no conjunto da economia. Além do mais, o "padrão" acarretou as seguintes implicações: 1º) a elevação da taxa de juros

na economia, a qual deprimia a taxa de lucro industrial, pois , como vimos, o capital financeiro atuava em setores não vinculados à produção; 2º) a crescente dependência da entrada massiva de capital estrangeiro; e 3º) a crescente dependência da realização externa de todos os setores da economia. Portanto, a consequência de tudo isso se expressou numa grande elevação da composição orgânica do capital - principalmente, como efeito da elevação dos preços dos meios de produção internos e externos -, na queda da taxa de lucro e redução do ritmo da acumulação, e, por conseguinte, na criação das próprias condições para o rebentar da crise brasileira. É bem verdade que a queda da taxa de lucro que expressou o início do processo de crise brasileira de correu também da internacionalização dos efeitos da crise mundial, na medida em que a crise estrutural do sistema imperialista implicou a restrição do mercado mundial e, evidentemente, reduziu a possibilidade de exportação de produtos brasileiros. A despeito da formulação de uma política anticrise pelo regime , não se tem conseguido durante todos esses anos reverter essa situação, senão aprofundá-la cada vez mais.

Após essa breve síntese sobre o recente ciclo econômico brasileiro, demonstraremos, agora, as condições objetivas que levaram a irrigação a se constituir uma tendência modernizante na agricultura nordestina.

Temos visto que no auge do ciclo que se inicia a partir de 1971 apresentava-se no mercado internacional uma situação de grande demanda por produtos agrícolas que se refletia em alta dos preços dos mesmos. Por outro lado, o governo criara uma série de incentivos para desenvolver a exportação de determini

nados produtos. Realmente, de acordo com o padrão de reprodução do capital no País, se fazia necessário cada vez mais o aceleramento das exportações: 1ª) para viabilizar a política de importação de máquinas e equipamentos; 2ª) porque era uma forma de se obter divisas para o pagamento da dívida externa do País. Isso porque a dívida externa significava (e significa) uma transferência de valor produzido internamente para os países imperialistas que também, sob essa via, acarretava um efeito depressivo sobre a taxa geral de lucro.

Por outro lado, os preços dos produtos agrícolas tendiam internamente cada vez mais a subir, os quais, além de exercerem uma pressão inflacionária (contribuindo assim para o re-crudescimento da inflação no País), implicavam em aumento dos custos industriais (via aumento dos preços das matérias-primas, já que a ditadura nesse período inviabilizava qualquer mobilidade de pressão significativa por aumentos de salários da classe trabalhadora) e, em última análise, atuavam também como elemento depressivo da taxa de lucro industrial. É nesse sentido que se caracterizava o atraso da agricultura brasileira, particularmente, a nordestina. Uma agricultura que não se inseria no processo de nivelção da taxa média de lucro do País, e por isso mesmo, os capitais não se sentiam atraídos para esse setor. Contudo, o estágio de desenvolvimento capitalista a que havia chegado o País exigia uma transformação, uma modernização da agricultura brasileira no sentido de atender às necessidades do capital. De modo que uma forma por excelência seria a ampliação da oferta dos produtos agrícolas via aumento da produtividade do trabalho, pois, proporcionaria uma desvalorização interna do ca

pital constante e do capital variável. Foi por isso que o Estado, como representante do capital social global, no sentido de abrir campos de inversão para o capital e garantir o processo de acumulação de capital naquele momento, tratou de desenvolver uma política de irrigação na agricultura brasileira.

Assim, foi dentro desse panorama da agricultura brasileira, que uma das formas de se atender às necessidades de valorização do capital se expressou na intervenção do Estado na agricultura via Programa Nacional de Irrigação, concretizada na publicação do PPI (Programa Plurianual de Irrigação) no ano de 1971. De modo que nesse programa se visava em essência atender tanto a demanda do mercado externo, quanto do mercado interno.<sup>4</sup> e, portanto, resolver o "problema da agricultura no Brasil", ou mais precisamente, da acumulação no Brasil.

Portanto, essa forma de intervenção do Estado não só na agricultura nordestina, mas também em algumas regiões do País, foi no sentido precípuo de modernizá-la, isto é, no sentido do aumento da produtividade do trabalho. Isto porque o aumento da produtividade do trabalho - via inovação tecnológicas (biológicas, químicas e/ou mecânicas) - implica no barateamento dos produtos agrícolas (alimentos e matérias-primas industriais) e, por conseguinte, no barateamento do custo de reprodução da for-

---

4. "A irrigação no Brasil tem potencial para oferecer ao Governo Federal ampla margem de possibilidade e segurança para a implementação de uma política agrícola eficaz e consistente, se bem formulada, no sentido de atender a dois grandes e complexos universos - o mercado interno e o externo." (Gosende, 1980:19).

ça de trabalho e, ao mesmo tempo, no custo de elementos do capital constante. De modo que esses fatores ao favorecerem tanto o setor I, quanto o setor II, passariam à atuar como forças contrarrestantes da tendência decrescente da taxa geral de lucro na economia brasileira.

Assim, podemos concluir que a modernização da agricultura nordestina e de algumas regiões do País via Programa Nacional de Irrigação, que expressa a intervenção do Estado na agricultura, foi antes de tudo, uma forma de se tentar aumentar a produtividade do trabalho e ao mesmo tempo uma forma de contrarrestar a tendência decrescente da taxa geral de lucro na economia brasileira. Por conseguinte, foi a expressão da necessidade da própria expansão do capital no campo. Nesse sentido é que entendemos a irrigação como uma tendência modernizante.

Dissemos anteriormente, que ao irromper o processo de crise brasileira a partir do segundo semestre de 1974, o regime formulou uma política anticrise. Essa política formulada na gestão Geisel, foi sobretudo uma tentativa de responder à crise e se expressou na publicação do II PND.<sup>5</sup> Este "plano", em essência, visava o desenvolvimento interno do setor I (máquinas e equipamentos), bem como do setor II (industrial/agrícola). De modo que a única forma de alcançar tais objetivos, teria que ser necessariamente pela via modernizante, isto é, pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho nos citados setores, pois, como vimos, a baixa produtividade nesses setores era uma característica do padrão de reprodução do capital no País. De forma que, no que compete ao nosso estudo, percebe-se claramente a

---

5. Vide Souza, 1982.

tentativa do Estado no sentido de proporcionar um novo impulso ao desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira - vale frisar que a irrigação se constituía num dos grandes pilares do II PND. Em outras palavras, pretendia-se com esse "plano" criar uma série de medidas de política econômica, no intuito de incentivar à introdução de inovações tecnológicas nos referidos setores (e, para deixar bem claro, na agricultura) via aumento da produtividade, a fim de se tentar reverter a baixa do ciclo no País.

Não obstante essa tentativa esboçada no II PND, a economia brasileira não tem conseguido reverter a situação de crise iniciada em 1974. Ao contrário, tem-se verificado ao longo de todos esses anos uma tendência cada vez mais ao aprofundamento da mesma. Isto tem ocorrido porque, dado o padrão de reprodução do capital vigente no País, este além de dificultar o caminho da saída para a crise, inviabilizou totalmente tal "plano".

Na verdade, a razão do não avanço nas metas do II PND, se explica no fato de que a crise brasileira ao se expressar na queda da taxa de lucro, proporcionou uma luta fratricida na própria burguesia do País. De modo que, como não poderia deixar de ser de outra maneira, este conflito interburguês passou à se expressar no Estado brasileiro. E como sabemos que o Estado representa o conjunto do capital, em última análise, seu objetivo consiste na preservação do capital, isto é, da fração hegemônica do capital. E assim se passou internamente com a luta interburguesa. Ou seja, como o Estado brasileiro se encontra (e se encontra) capturado pela facção burguesa que repre-

sentava o setor III, que, por sua vez, se expressa no grande capital monopólico industrial (nativo associado ou estrangeiro); e como era justamente este setor, que vinha recebendo todos os incentivos governamentais, este desencadeou várias formas de pressão contra o governo e, desse modo, conseguiu obstaculizar toda a transferência de incentivos (leia-se recursos) necessários ao desenvolvimento dos demais setores e, por conseguinte, determinou a inviabilidade da recuperação das condições de valorização do capital no País.

Em suma, o malogro do II PND se explica a partir de que a luta interburguesa no País, encerrava em si mesma, uma grave contradição. Senão vejamos: de acordo com o II PND, a única alternativa de se tentar reverter a baixa do ciclo, recuperar a queda da taxa de lucro, atender às necessidades da grande burguesia e, ao mesmo tempo, preservar o conjunto do capital, teria que passar pelo sacrifício do próprio grande capital monopólico (nativo associado ou estrangeiro). E foi justamente aí, que a grande burguesia discordou veementemente de tal "plano" (mostrando, inclusive, que no jogo da correlação de forças, de que lado a "corda ruí"), pois, ela sabia muito bem, que na prática, isso significaria debilitar ainda mais sua taxa de lucro, já tão afetada pela voraz crise nacional.

Assim, a não concretização das metas expressas no II PND, como veremos adiante, se fizeram sentir no desenvolvimento do Programa de Irrigação do Nordeste.

Vimos, então, que o processo de acumulação de capital no País, durante o chamado "milagre brasileiro", exigiu a modernização da agricultura nordestina e de algumas outras regiões. E que a modernização via Programa Nacional de Irrigação, que expressou a intervenção do Estado na agricultura, foi antes de tudo, uma forma de se tentar aumentar a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, uma forma de tentar contrarrestar a tendência decrescente da taxa geral de lucro na economia brasileira. Por conseguinte, foi a expressão da necessidade da própria expansão do capital no campo.

Por outro lado, vimos também, que o Estado como forma de garantir o processo de acumulação e, ao mesmo tempo, abrir campos de inversão para o capital, procurou desenvolver medidas de política econômica, que viabilizassem totalmente o processo de modernização na agricultura através do incentivo à irrigação, tanto na fase de auge do ciclo - via PPI -, quanto na de baixa do ciclo - via II PND. Contudo, como dissemos anteriormente, o não avanço do II PND (produto da disputa interburguesa), por sua vez, teve sérias implicações no desenvolvimento do Programa de Irrigação do Nordeste.

## CAPÍTULO 4

### 4.1. A Irrigação como uma Tendência Modernizante para a Agricultura Nordestina.

Vimos no capítulo anterior que a irrigação promovida pelo Estado sob a forma de Programa Nacional de Irrigação<sup>1</sup> foi uma necessidade imperativa da própria expansão do capital no campo, que nada mais era do que uma via de se atender o processo de acumulação de capital no País. E que esse programa se notava no sentido de modernizar não só o Nordeste, mas também outras regiões brasileiras. De modo que essa tendência modernizante foi entregue à órgãos executores vinculados ao MINTER como CODEVASF, DNOCS, DNOS e SUDESUL que deveriam, sobretudo, proporcionar um amplo processo de modernização e, assim, alterar radi

---

1. "Para o estabelecimento de um programa de tal magnitude, fazia-se necessário coordenar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos órgãos federais, dentro de um esquema de trabalho comum, visando reunir e somar os esforços para o desenvolvimento da agricultura irrigada. Isto motivou o governo para a criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola - GEIDA, em fins de 1968, junto à Secretaria Geral do Ministério de Interior.

O primeiro trabalho realizado pelo GEIDA foi um "Diagnóstico Preliminar" e posteriormente "Plano Plurianual de Irrigação" fornecendo uma visão mais detalhada da problemática de irrigação não só no Nordeste, mas no Brasil." (Gosende, 1980:32).

calmente o estado em que se encontrava a agricultura do Nordeste, Norte de Minas Gerais e também Região Sul (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

Assim, coube ao DNOCS a atuação na Região Semi-Árida do Nordeste, a CODEVASF no Vale do São Francisco e, com relação à Região Sul, ao DNOS - (RS), Baixada Fluminense (RJ), Vale do Sapucaí (MG) - e SUDESUL (RS).

Na verdade, o grande eixo do Programa Nacional de Irrigação centrava-se (e centra-se) no Nordeste. Isto porque, de acordo com o aludido programa, as demais regiões se apresentavam com um reduzido número de projetos de irrigação<sup>2</sup>; e ainda pelo fato de que nas outras regiões (sul e centro-sul) a irrigação era levada avante principalmente pelo setor privado<sup>3</sup>, o que revelava uma pequena participação do Estado se comparado à re-

---

2. Basta se atentar para o fato de que apenas "dois estavam a cargo da SUDESUL. Chasqueiro e Jaquarã, localizados no Rio Grande do Sul, com cerca de 55.000 ha irrigados, e os outros dois a cargo do DNOS, Camaquã e Vale do Sapucaí, localizados, o primeiro no Rio Grande do Sul e o segundo em Minas Gerais." (Gosende, 1980:11).

3. Ver a respeito Pontes & Carneiro, "Causas e Efeitos do Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido,". 1979.

gião Nordestina.<sup>4</sup> Por essa razão é que a programação de irrigação para o Nordeste surgiu com 80 projetos dos quais 43 situados no Vale do São Francisco (CODEVASF) e 37 na zona semi-árida (DNOCS), cuja projeção consistia de 395 mil hectares.

Entretanto, convém ressaltar que, em virtude do procedimento metodológico expresso no capítulo 1, centraremos nossa análise, preferentemente, no que tange à irrigação na região Semi-Árida do Nordeste, a cargo do DNOCS.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS é um órgão que historicamente surge por volta de 1900, com a denominação de IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas. Logo mais, isto é, dez anos depois, se transformou em IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Este órgão tinha por objetivo primeiro a construção de obras hidráulicas, cuja finalidade era acumulação de água para fazer frente aos grandes problemas da região Nordestina decorrentes de secas periódicas. Além disso, seguiam-se outras "... atividades voltadas para o aproveitamento do manancial de algumas barragens com pequena irrigação, como foi o caso de São Gonçalo na Paraíba, Lima Campos no Ceará, etc., e outras que passaram a constituir o arcabouço da infra-estrutura física da região como estradas, eletrificação, saneamento e abastecimento de água nas comunidades rurais." (Gosende, 1980:20).

---

4. "Dentro das diretrizes do GEIDA, foram selecionados, para efeito de conclusão de estudos, implantação e operação, cerca de 53 projetos, sendo 39 na área de atuação do DNOCS, 12 na de SUVALE (CODEVASF) e 2 de responsabilidade do DNOS." (1980:32).

Em 1945 o IFPCS sofre uma reestruturação transformando-se em DNOCS, que implicou "... uma redução progressiva na grande diversidade de atuação do órgão, ao mesmo tempo em que se acelerava sua participação no tocante à construção de grandes barragens a exemplo de Araras, Engenheiro Avidos (Banabuiu), Orós e outros, e a perfuração de poços." (1980:20).

Mas, foi a partir de 1971 (quando da publicação do PPI), que a SUDENE passou-lhe a responsabilidade direta da implementação do Programa de Irrigação no Nordeste semi-árido que, como vimos, tratava-se de alterar o panorama da agricultura nordestina através da redentora modernização.

#### 4.2. O Processo de Desenvolvimento do Programa de Irrigação na Agricultura Nordestina.

Demonstraremos agora o desenvolvimento do Programa de Irrigação no sentido de atender às necessidades do processo de acumulação de capital no País.

O Programa de Irrigação do DNOCS consistiu de duas fases: 1ª) no aproveitamento de águas estocadas nos açudes construídos anteriormente pelo referido órgão. E foi nesta fase<sup>5</sup> onde o órgão selecionou áreas que revelavam um maior potencial hídrico; por outro lado, "deu ao estágio de partida dimensão espe

---

5. "O Programa de Integração Nacional (Lei 1.106, de 16/06/70 Dispondo sobre a política de Irrigação do Nordeste e criando fundo de investimento específico) institucionalizou a 1a. fase do Programa de Irrigação do Nordeste." (1979:625).

cial, a fim de difundir o modelo de irrigação em toda a área do Semi-Árido Nordestino, contemplando os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Norte de Minas Gerais. Quase 20.000 hectares de área irrigada é o resultado atingido até 1978/79. Cerca de 25 projetos foram implantados, entre estes projetos de pequeno porte - menores de 500 hectares - médios e grandes, estes últimos apenas com a primeira etapa de execução implementada..." (Pontes & Carneiro, 1979:625) (grifos nossos); 2º) na seleção de áreas e montagem dos projetos de irrigação, ou o que dá no mesmo, na implantação dos perímetros irrigados. Nesse sentido, o DNOCS tratou de dirigir seus estudos para as sub-regiões dos vales úmidos do Nordeste que, segundo ele, havia características climáticas e ecológicas pouco diferenciadas entre si. Daí os estudos apontaram para as seguintes áreas prioritárias: Vale do Baixo Parnaíba e Vale do Gurguéia (Piauí); Vale do Jaguaribe, Vale do Acaraú e Vale do Curú (Ceará); Vale do Piranhas-Açu (Paraíba); Vale do Piranhas-Açu, Vale do Apodí (Rio Grande do Norte); Vale do Moxotó (Pernambuco); e finalmente, Vale do Rio das Contas e Vale do Itapicuru (Bahia).

Segundo o DNOCS, "essas áreas representam 15% da superfície do Nordeste, detêm 13% de sua população e apresentam-se com baixo nível de renda e estrutura fundiária inadequada, caracterizada pela existência de latifúndios e minifúndios. As terras são subutilizadas e, mesmo assim, com baixa produtividade da mão-de-obra; por outro lado, acolhendo o subemprego e imersa em baixos padrões sócio-culturais. A densidade demográfica dessas áreas atinge 18 hab/km<sup>2</sup> (inferior à do NE (21 hab/km<sup>2</sup>); comparada ao Nordeste, a sua área cultivada representa 15%, a

produção agrícola, 17% e o rebanho bovino, apenas 15%. Estes dados contrastam flagrantemente com a sua potencialidade em recursos naturais, notadamente em solo e água." (1979:627).

Com base em seus estudos o DNOCS elaborou relatórios, culminando na preparação de "Planos Diretores", os quais deveriam cobrir cerca de 3,8 milhões de hectares, a nível de pesquisas realizadas. De modo que foram selecionados cerca de 760.000 hectares passíveis de transformação agropecuária. E com o emprego de tecnologia, deveria, a médio prazo, promover a "... implantação da irrigação em 328.000 hectares, incorporada aos 'perímetros irrigados'." (1979:627). Ainda segundo esses estudos, a intervenção do Estado sob a forma do DNOCS nessas áreas - o que representava menos de 1% do Semi-Árido Nordestino -, deveria promover a duplicação da produção agrícola da região e, ao mesmo tempo, proporcionar um incremento de 10% na produção bovina da citada área no Nordeste.<sup>6</sup>

Faz-se oportuno destacar que segundo o DNOCS, a política de irrigação no Nordeste norteia-se no sentido de alcançar os seguintes objetivos<sup>7</sup>:

- aumentar a contribuição da agricultura irrigada para a geração do produto agrícola regional;
- introduzir tecnologias que, embora importantes do ponto de vista econômico, não anulem as possibilidades de contribuição para o aumento da oferta de emprego;
- estimular e ampliar a integração agricultura irrigada/lavoura-seca/pecuária; .

---

6. 1979:627

7. 1979:628-629

- promover a diversificação da agricultura no âmbito dos perímetros irrigados, respeitando as peculiaridades ecológicas do trófico semi-árido;
- introduzir novos mecanismos de aproveitamento das terras salinizadas ou em processo de salinização, explorando culturas que apresentem maior tolerância à salinidade;
- realizar ensaios orientados para a execução de obras de infraestrutura hidráulica e a implantação de culturas que exijam menor intensidade de capital e absorvam mais mão-de-obra;
- intensificar as atividades de treinamento e capacitação de pessoal envolvido com a execução do Programa, em seus diferentes níveis;
- melhorar a capacitação de gestão dos perímetros, a qual não deverá ficar restrita aos procedimentos de suas gerências e cooperativas, mas também à agilização das decisões, em outras esferas administrativas;
- estabelecer um relacionamento eficaz entre Gerência e Colonos, pondo em destaque o fato de que eles, os colonos, são os principais agentes do sistema produtivo; e por fim, promover a integração efetiva da economia dos perímetros juntos aos mercados consumidores, inclusive em circuitos de exportação, bem como às agroindústrias.

Convém salientar, que segundo o DNOCS, "o projeto de irrigação constitui um 'núcleo' ou 'pólo' de desenvolvimento rural integrado, ocupando uma área bem maior do que aquela efetivamente irrigada. Quase sempre, um 'Projeto de Irrigação', no modelo empregado pelo DNOCS, dispõe de área de agricultura de sequeiro. O 'Perímetro irrigado', por si, inclui a superfície

irrigada do projeto, dividida em lotes de terras irrigadas destinadas aos colonos. No domínio do 'Perímetro Irrigado' encontra-se também a superfície onde se assentam praticamente todas as obras de transformação que compõem a infra-estrutura hidráulica, social, gerencial habitacional, viária, energética, comunitária, etc., constituindo-se o complexo de produção e de desenvolvimento rural integrado. Cada 'Perímetro Irrigado' representa uma área que chega ao dobro da 'Superfície Irrigada' de um Projeto, e este, em virtude da 'Área Seca' que incorpora tem dimensões diversas, em cada caso." (1979:625-626).

De acordo com a avaliação do referido órgão, as áreas transformadas em projetos de irrigação atingem "cerca de 38.500 hectares sob o domínio dos 'perímetros irrigados' existentes, em operação, aos quais se somam aproximadamente 34.600 hectares de 'Área Seca', totalizando, para os 25 projetos implantados ou em implantação, uma área superior a 71.000 hectares dominados, passíveis de aproveitamento com agricultura irrigada e de sequeiro, bem como pecuária semi-intensiva e piscicultura, em criatório intensivo." (1979:626).

Atualmente, o Programa Nacional de Irrigação - com base nos projetos já elaborados, cujas obras se programaram para término após essa década de 1980 - deverá irrigar mais de 300 mil ha, e assim, atingir a cifra de 460.000 ha, o que corresponderá a uma expansão de 55%, tomando-se como referência o exercício de 1977. Por outro lado, a participação do Estado na irrigação deveria atingir 16% até 1980, quando era de apenas 5% até 1976. Isso representaria um crescimento de 3,2 vezes; "e 35%

com os projetos em andamento, com término previsto para após 1980, representando uma expansão de 7 vezes em relação à situação até 1976." (1980:12).

Já o Programa de Irrigação do Nordeste "inclui 70 projetos que representa uma superfície a ser implantada de 259.849 ha e a ser operado de 225.024 ha, de acordo com o II PND." (1980:38).

Na realidade, o Programa de Irrigação no Nordeste até o ano de 1974, constava de 57.039 ha com projeto executivo, mas, segundo o andamento da implantação e operação durante 1975 e 1977, mostrou-se que dita superfície com projeto executivo não foi totalmente implantada e muito menos operada, até o ano de 1979. Significa dizer que a programação de implantar e operar mais de 200 mil hectares até 1979, foi algo muito irreal. Basta notar que a programação de instalação de colonos constituiu-se num verdadeiro atraso. E ainda no fato de que previa-se ao final do período do II PND, que estariam instalados 31.179 colonos, quando até 1977 só foram instalados 3.482, ou seja, 11,2% do previsto.<sup>8</sup>

Além do mais, até o último dia do ano de 1977, só foram implantados 28.185 ha, ou seja, 10,8% do planejado. E destes 28.185 ha, somente 18.511 ha encontrava-se em operação, ou seja, 8,2% do planejado.

Já no ano de 1978 existia contratado para implantação 23.461 ha, cuja disponibilidade de projeto executivo consistia de 91.940 ha que deveria atender a contratação de dada superfície.<sup>9</sup>

---

8. 1980:39.

9. 1980:38

Quanto aos recursos financeiros do Programa de Irrigação no Nordeste (DNOCS e CODEVASF) previstos para serem aplicados durante a vigência do II PND, constavam de Cr\$ 4.691.806 e Cr\$ 2.023.000, respectivamente, perfazendo um total de Cr\$ 6.714.981.806. No caso do DNOCS, os recursos financeiros se apresentaram do seguinte modo:<sup>10</sup>

	PARCIAL	ACUMULADO
Até 1974	472.550.602	
1975	509.688.806	982.239.408
1976	699.397.175	1.681.636.583
1977	752.234.406	2.433.870.989

Fonte: CODEVASF (EM Cr\$)

Durante o período de 1975 a 1977, o total de recursos financeiros gastos com o Programa de Irrigação do Nordeste foi da ordem de Cr\$ 3.398.478.074, ou seja, 50,6% do global previsto para o intervalo 1978 a 1979.

Convém ressaltar que, "enquanto os recursos financeiros atingiram 50,6%, a parte física só atingiu 10,8% de implantação<sup>11</sup>, 8,2% de operação, e projeto executivo 55,3% do total de hectares para serem implantados até 1979." (1980:39).

Portanto, esses dados já dão alguns indícios sobre a forma como tem atuado o Programa de Irrigação e, por conseguinte, o próprio processo de modernização na agricultura nordestina, particularmente na zona Semi-Árida.

10. 1980:44

11. A esse respeito é bom se dizer também que "até 1976, o Brasil contava com pouco mais de 800.000 ha irrigados, dos quais 95,2% diretamente pela iniciativa privada; 3,4% do Governo Federal e 1,4%, de Governos Estaduais." (Pontes & Carneiro:626).

#### 4.3. A Irrigação e Acumulação

Devemos agora ressaltar aqui alguns aspectos importantes sobre a irrigação na agricultura nordestina (vistos no capítulo 1), que, por sua vez, expressam a forma como esse "programa" - tanto na fase de expansão, quanto na de depressão da economia - tem atendido às necessidades do Processo de Acumulação de Capital no País: 1º) que a irrigação não tem proporcionado um incremento significativo quanto à produção e produtividade na agricultura nordestina. À propósito "com relação à produção, em que predominam as culturas tradicionais de algodão, arroz, banana, milho, além do tomate, totalizando cerca de 86% do valor, tem-se constatado razoável aumento de produtividade." (Rebouças, 1979:279). Além do mais, "prevê-se também uma transição gradativa dos cultivos tradicionais para os mais nobres." (1979:279). Essa "transição gradativa" significa em outras palavras, uma orientação no sentido do incentivo às culturas de exportação que, podemos supor, deverá agravar ainda mais a situação do mercado interno (regional/nacional); 2º) que considerando as pessoas envolvidas no processo de desapropriação e o número de colonos assentados, constatou-se, como vimos, que os projetos de irrigação não têm contribuído para o aumento de renda dos irrigantes (inclusive gerando um processo interno de diferenciação de renda entre eles, já que apenas uma pequena parcela de 5% em alguns projetos implantados era beneficiada); 3º) que a

por conseguinte, que não foi possível ao DNOCS concretizar o chamado "Pólo de Desenvolvimento" nas áreas onde os projetos foram implantados.

No entanto, o não avanço do Programa de Irrigação no Nordeste, portanto, do processo modernizante, tem sido explicado em função de alguns "pontos de estrangulamentos" 16, tais como: 1º) inexistência de um órgão coordenador a nível ministerial, com poder de decisão e devidamente implementado<sup>17</sup>; 2º) in completo sistema de coordenação, acompanhamento e controle do Programa de Irrigação por parte da SUDENE; 3º) falta de uma lei especial de irrigação que normalize e promova o desenvolvimento das irrigações e indique o sistema institucional encarregado da execução dessa lei; 4º) ineficiência na coordenação entre os diversos estágios e etapas dos projetos de irrigação; e 5º) problemas relacionados com as desapropriações que, geralmente, não coincidem com o início das obras, como também do mesmo modo, com relação ao assentamento dos colonos, onde se tem verificado uma defasagem entre o término da implantação e o início da operação.

---

16. 1980:39-40

17. Nesse sentido, Gosende faz uma reivindicação ao afirmar que "se deve, em forma imediata, constituir o órgão coordenador com poder de decisão a nível ministerial, como existia anteriormente o GEIDA, talvez seja conveniente adotar como primeira medida a reativação do mesmo, mas com uma estrutura mais definida quanto a pessoal, recursos e localização." (1980:40).

Na realidade, os fatores acima mencionados explicam, em parte, a não concretização de um amplo processo modernizante na agricultura nordestina, contudo, se faz necessário salientar, como vimos no capítulo anterior, que tem havido obstáculos muito mais profundos, que inviabilizaram (e inviabilizam) tal processo, os quais têm seu cerne na própria contradição interburguesa (e por conseguinte, na resistência do setor hegemônico que se expressa no grande capital monopólico industrial - nativo associado ou estrangeiro).

Portanto, percebe-se claramente que a inviabilidade de um amplo processo de modernização via Programa de Irrigação na agricultura nordestina se explica a partir do entendimento de que o malogro dos objetivos propostos no II PND para a agricultura do Nordeste foi nada mais do que decorrência de obstáculos postos pelo grande capital monopólico industrial que, em última análise, expressa a vigência do padrão de reprodução do capital no País.

Assim, pela análise supracitada, torna-se cristalino o entendimento dos reais empecilhos que inviabilizaram um amplo processo modernizante na agricultura nordestina, e, portanto, do não alcance das metas propostas para o Programa de Irrigação no II PND. Estas metas consistiam de 130.000 hectares<sup>18</sup>, quando na verdade, já em 1977 só havia irrigado cerca de 40.000ha (26.000 ha na área do DNOCS e 14.000 ha pela CODEVASF), dos quais 15.000 ha se encontravam em operação (9.000 ha na área do DNOCS

---

18. Rebouças, 1979:278.

P. 67 e 198

e 6.000 ha nos perímetros irrigados da CODEVASF); como também a carência de recursos para o referido programa. Sobre este último aspecto esclarece Gosende: "ao se afirmar que a irrigação não teve até 1976 a aceleração necessária, devido à falta de recursos, fato este que se observa ainda agora, mas nem por isso de menor importância, não se pretende discutir o total de recursos alocados pelo setor público às diversas áreas para o desenvolvimento regional, mas sim, ao fato de que esses recursos não se destinavam, nem exclusiva nem explicitamente, à irrigação, que surgiu, em inúmeros casos, como subproduto de outros programas." (1980:12) (grifos nossos).

Pelo que temos visto, podemos extrair as seguintes conclusões: 1º) que o grande eixo do Programa Nacional de Irrigação centra-se no Nordeste; 2º) que a irrigação na agricultura nordestina expressa a expansão do capital no campo<sup>19</sup> a qual se manifesta sob a forma de agroindústrias<sup>20</sup>; 3º) que a Intervenção do Estado sob a forma do DNOCS via Programa de Irrigação na da mais é que uma forma de atender às necessidades de valorização do grande capital monopólico industrial (nativo e/ou estrangeiro). E que portanto, o DNOCS atualmente espelha uma ampliação da classe dominante no Nordeste Semi-Árido, cuja fração hegemônica se constitui na grande burguesia industrial (nativa/estrangeira); 4º) que a irrigação no Nordeste não é sinônimo de

---

19. Outra forma é a via tecnológica, onde o capital monopólico industrial consegue vender e determinar preços de fertilizantes, inseticidas, tratores, etc. Sobre este ponto ver Graziano, "O Que é a Questão Agrária".

20. Ver anexos.

um amplo processo de modernização; 5º) que a orientação no sentido de que a irrigação na agricultura nordestina privilegie as culturas de exportação, deverá agravar ainda mais a situação do mercado interno, mormente, quando sabemos que o País se encontra em crise profunda; e 6º) que o II PND foi a tentativa do Estado no sentido de dar continuidade ao processo de modernização na agricultura nordestina e brasileira, e assim contribuir para a recuperação da taxa de lucro e reversão da baixa do ciclo econômico no País. Contudo, tal tentativa foi obstaculada pela contradição interburguesa, que não é mais do que produto do padrão de reprodução do capital vigente no Brasil. Por isso o Programa de Irrigação do Nordeste não tem atendido na velocidade necessária às necessidades requeridas pelo processo de acumulação de capital no País.

Em síntese, podemos afirmar que a irrigação na agricultura nordestina não tem se constituído num fator contrarrestante da taxa geral de lucro na economia brasileira. E que, na verdade, a irrigação ao contrário de ser um "Pólo" de desenvolvimento, tem expressado na agricultura do Nordeste (particularmente no Semi-Árido), um verdadeiro "Pólo", no qual se irradia um grande processo de proletarização e de piora das condições de vida dos trabalhadores rurais, onde os projetos de irrigação têm sido implantados.

## CAPÍTULO 5

### 5.1. A Inserção do Projeto Baixo Açu na Tendência Modernizante

Neste capítulo, procuraremos demonstrar a intervenção do Estado sob a forma do Projeto Baixo Açu e suas implicações sócio-econômico-políticas na região do Vale do Açu.

É bom que se diga de antemão, que o Projeto Baixo Açu se insere na tendência modernizante já na fase de baixa do ciclo. Isto porque foi somente em 1975, com a publicação de um decreto (característica por excelência do regime autoritário) para desapropriação de terras na região, no sentido de atender às necessidades do projeto, que se inicia concretamente a manifestação do processo de intervenção no Vale do Açu.

Antes porém, teceremos duas considerações fundamentais: uma sobre a região e a outra sobre o projeto.

#### 5.1.2. Características da Região

O Baixo-Açu é uma extensa região situada no Estado do Rio Grande do Norte, localizada na micro-região Salineira Norte-rio-grandense. Conta com uma área de 91.140 hectares de terra altamente agricultável, agregando nada menos que sete municípios, cuja população global constava de 89.900 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 1970.

A divisão político-administrativa da área compreende os seguintes municípios: Açu, Carnaubais, Ipanguaçu, Pendências,

São Rafael e Alto do Rodrigues.

A economia dessa região centra-se fundamentalmente na atividade agropecuária<sup>1</sup>, onde existe uma diversificação de culturas de primeira necessidade. Destaca-se sobretudo, a produção de feijão, milho, algodão herbáceo e arbóreo e banana.

Já a pecuária se desenvolve de forma compensatória, havendo uma significativa população de ovinos, caprinos, suínos, sobressaindo, principalmente, a bovina. Acrescente-se ainda duas significativas atividades extrativas: mineral, através da exploração de scheelita mármore, monazita e ferro; e vegetal - carnaúba.<sup>2</sup>

Segundo o Diário de Natal de 13.04.79, na pesquisa encomendada pelo DNOCS e realizada pela Serete SA, a região apresentava o seguinte quadro fundiário: proprietários, oitenta e três (83); arrendatários, nove (9); parceiros, cento e trinta (130); morador, trinta e nove (39); e administrador, seis (6).

---

1. O aspecto agrícola é ressaltado num estudo encomendado pelo DNOCS, no qual mostrava-se a situação da região no ano de 1972: "Observa-se que a agricultura é a principal atividade; todavia, mais da quarta parte da mão-de-obra é sazonal." (DNOCS -Serete- "Dados Básicos sobre o Projeto Baixo Açu", 1973:264).

2. "A extratividade de carnaúba é uma atividade relevante na região, que produziu, em 1970, mais da quarta parte do total do País. Tal atividade fornece ocupação à mão-de-obra agrícola, ociosa no período de entre-safra." (1973:42).

Essas são as características (ligeiramente aqui esboçadas) da região que foi selecionada para ser implantado um dos maiores projetos de irrigação do Nordeste brasileiro.

### 5.1.3. Aspectos Gerais do Projeto Baixo Açu

Na realidade, o Projeto Baixo Açu tem uma longa história. Isto porque o processo de implantação do citado projeto, consta de pesquisas realizadas pelo IFPCS desde 1937, no sentido de localizar uma área para a implantação de uma barragem no Vale do Açu. Por outro lado, também já havia sido constatado pelo Dr. Roderic Craudal, em 1910, a viabilidade de 50.000 ha para fins irrigáveis nessa região.<sup>3</sup>

Entretanto, já no estudo do IFPCS, a área agricultável estimada era em torno de 34.000 ha, embora passível de inundações. Por essa razão, é que o DNOCS tentou encontrar uma solução técnica e economicamente viável para o Baixo Vale. Esta solução, segundo o referido órgão, veio após a conclusão do "Estudo de Viabilidades". Tal "estudo foi executado pela Serete, tendo sido iniciado em 1971 e concluído em 1973. Mas, já em 1968 o GEIDA havia inserido o Vale do Açu no Programa de Irrigação do Nordeste. Por isso mesmo é que o Projeto Baixo Açu foi incluído dentre os 56 projetos programados na relação do PPI.

No entanto, segundo o DNOCS, "os estudos iniciais com vistas ao aproveitamento hidroagrícola das terras do Baixo Açu

---

3. O Vale, Ano II, Número 7, Janeiro de 1980.

datam da década de 1940/50; quando o eng<sup>o</sup> agrônomo F.E. de Souza Mello, do DNOCS, procedeu a um reconhecimento agrológico da área. É nessa época, provavelmente, que o DNOCS realizou os primeiros estudos para a construção de um açude no rio Açu, no local denominado Oiticica, a uns 70 km a montante da área do projeto Baixo Açu.

Em 1962 o USBR enviou quatro de seus técnicos ao Brasil para elaborar um estudo geral da bacia do rio Piranhas, cujo título foi "Piranhas River Basin Study - Northeast Brazil", apresentado à SUDENE e ao DNOCS em março de 1963, abordava-se em poucas páginas, o projeto Baixo Açu, cujo potencial de solos era estimado em 27.000 ha. As recomendações do USBR eram de realizar estudos hidrológicos, pedológicos, de controle de enchentes, agrônômicos, etc." (1973:8).

A partir de 1968, a firma HidroService iniciou estudos na bacia, primeiramente, para a SUDENE, depois para o DNOCS. Estes foram divididos em dois grupos: a) Estudos ao nível de reconhecimento (no âmbito da bacia como um todo), o qual abrangia solo, clima, águas superficiais, etc.; e b) Estudos mais detalhados de áreas específicas, situadas em partes mais altas da bacia.

É bom frisar, que segundo o DNOCS "a HidroService fez somente estudos preliminares, ao nível de reconhecimento, os quais permitiram apontar um eixo alternativo para o barramento do rio Açu, denominado Oiticica II, situado à montante da ponte da BR-304, levantamento de solos, a nível de reconhecimento, apontou a existência de 22.900 ha brutos irrigáveis ..." (1973:9)

### Área e Localização

A bacia do rio Piranhas, que toma o nome de Açu no seu curso inferior, na realidade, cobre uma área total de cerca de 44.000 Km<sup>2</sup>, nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Por sua vez, o projeto irrigado Baixo Açu, com uma área bruta de 34.000 ha, localiza-se no baixo vale, entre as cidades de Açu e Pendências, distantes 33 km uma da outra em linha reta.

Convém salientar que o acesso à área é feito pela rodovia federal 304, asfaltada, que liga Natal a Fortaleza, e passa a 2 km da cidade de Açu.

### Aspectos Físicos da Área

A fisiografia da área do projeto, segundo o DNDCS, está compreendida em três níveis:

- a) Várzea inundável (vazante), que corresponde ao leito do rio, sendo atingida pelas águas na estação chuvosa;
- b) Terraços aluviais, que situam-se acima das várzeas, sendo atingidos por enchentes excepcionais; e
- c) Tabuleiros, que são relativamente planos, não sendo jamais atingidos por enchentes.

Entretanto, devemos destacar que o montante de 34.000 ha de solos da região do Vale do Açu, estão assim divididos: 55% de várzeas e 45% de tabuleiros. E, para efeito do projeto, a região foi dividida em duas bacias: a) bacia de inundação, com uma área de 67.036 ha; e b) bacia de irrigação, com

uma área de 91.440,84 hectares. E, segundo o DNOCS, a área líquida irrigável do projeto consistirá de 21.788 ha, sendo 15.169 ha de solos aluviais, e de 6.619 ha de solos arenosos.

### Fontes Hídricas

As fontes hídricas para as necessidades do projeto consistirão de uma barragem, com capacidade útil de  $2.100 \times 10^6 \text{ m}^3$ , a ser construída no rio Açu, poucos quilômetros à montante da área irrigável, e da perfuração de 94 poços de 50 l/s.

### A Barragem

Como dissemos, o projeto constará de um reservatório denominado Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, cuja capacidade aproximada é de 2,4 bilhões de  $\text{m}^3$ . Essa barragem se situa no local denominado Sítio Quixeré, bem próximo da cidade de Açu. Suas obras foram iniciadas em julho de 1979. Sua conclusão foi prevista para um prazo de 36 meses. Ela possui uma extensão de 4.260 m de comprimento, e um dique auxiliar (barragem auxiliar) de 1.680 m.

Para se ter uma idéia, essa barragem será em volume d'água bem maior que o açude de Drós (CE), como também superior duas vezes à Baía da Guanabara.

De acordo com o DNOCS, inicialmente serão irrigados apenas sete hectares (ano base de 1979), à margem direita do rio

Açu. Em seguida, será implantada a segunda fase dentro de mais quatro anos, compreendendo o trecho Açu/Pendências; e, a terceira, possivelmente dentro de mais seis anos.

#### Produção, Emprego e Renda

Segundo o DNOCS, num ano de plena produção<sup>4</sup>, o projeto deverá produzir mais de 300.000 t de produção agrícolas - principalmente, frutas e hortaliças -, mais de 33 milhões de litros de leite, e perto de 14.000 cabeças de gado, sendo 60% novilhos para abate e 40% matrizes para reprodução, com um valor total de 165 milhões de cruzeiros.<sup>5</sup>

No caso do emprego, o projeto estima a criação de 10.000 empregos diretos, que, segundo o DNOCS, beneficiarão ainda umas 50.000 pessoas.

Quanto à renda, afirma o DNOCS que no estágio de plena produção, "os irrigantes teriam uma renda líquida familiar em torno de 48 a 50 salários mínimos regionais Cr\$ 8.750,00 a Cr\$ 9.120,00 (sempre em moeda de meados de 1972); valores dessa ordem só são atingidos, atualmente, por proprietários de mais de 50 ha.

---

4. De acordo com o DNOCS, no ano de 1984, o projeto estará totalmente implementado e em regime de plena produção.

5. No estudo do DNOCS, todos os valores (e os que se seguem) têm por base a moeda de meados de 1972, quando o cruzeiro valia 16,95 centavos de dólar americano.

- fase de treinamento em seu lote, a fim de se familiarizar com técnicas agrícolas; 3º) Tutela - estágio probatório já na fase de produção; e 4) Confirmação - fase de demonstração de que o irrigante possui atributos.

Faz-se necessário aqui destacar, que, segundo o DNOCS, "... se a mão-de-obra agrícola do projeto fosse constituída, unicamente, de pessoas que já têm residência nos municípios do vale, isto implicaria num aproveitamento total de mão-de-obra potencial, o que parece pouco provável, face aos atuais padrões culturais e educacionais da área.

Isto leva à conclusão, outrossim de que o recrutamento de candidatos a irrigantes deverá ser feito num âmbito mais amplo do que o próprio vale do Açu, pelo menos nos estágios mais adiantados de implementação do projeto. Deve-se salientar que esse fato não constitui, de modo algum, uma limitação, de vez que existem enormes potenciais de mão-de-obra agrícola desempregada e subempregada, no Nordeste."7 (1973:276).

Entretanto, cabe ressaltar, que, segundo o DNOCS, "quando o projeto estiver totalmente implementado deverá abranger uma área líquida de 22.000 ha, dividida em pequenas unidades familiares, a serem exploradas pelo irrigante, membros de sua família, e trabalhadores assalariados." (1973:274).

---

7. Além de entrar em contradição com o requisito "b", por outro lado, revela claramente que o projeto conta com a contribuição do exército de reserva do Nordeste.

### Cooperativa

Neste projeto (como em todos do Programa de Irrigação) está previsto também a criação de uma cooperativa para assistir aos irrigantes e distribuir a produção, tanto no Estado do Rio Grande do Norte, como em outras regiões. Essa cooperativa, evidentemente, funcionará sob a coordenação do DNOCS, no sentido de orientar os colonos que, "necessariamente", estarão vinculados a ela.

É oportuno se dizer que as cooperativas dos projetos irrigados em todo o Nordeste, além de estabelecerem contratos com agroindústrias, são as agentes diretas de intermediação junto aos bancos, no processo de empréstimos aos irrigantes. Mas, a cooperativa só liberará os recursos (parcial ou total), dependendo do laudo técnico do DNOCS, que é a forma de analisar a situação do lote do colono.

#### 5.2. O Processo de Intervenção do Estado na Região do Vale do Açu ou de como o Projeto Baixo Açu tem atendido às necessidades do capital.

O processo de intervenção do Estado sob a forma do DNOCS no Vale do Açu se expressa no próprio processo de desapropriação para implantação do projeto na região. Isto porque, até o corrente ano (1983), o processo de implantação desse pro-

jeto se encontra em fase rudimentar.<sup>8</sup> Portanto, tentaremos demonstrar que todo o processo de intervenção, foi, sobretudo, uma forma do Estado abrir espaço para o capital nessa região.

O ponto de partida do processo se manifesta através do Decreto nº 76.046 de 29 de julho de 1975. Esse decreto - baixado de cima para baixo, como é norma do regime - declarava ser de "utilidade pública e interesse social", para fins de desapropriação pelo DNDCS, uma área de terra com 158.476,84 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis hectares e oitenta e quatro ares), aproximadamente, dos quais 67.036 ha (sessenta e sete mil e trinta e seis hectares) seriam destinados a bacia de inundação, ou seja, para a construção da barragem. De modo que os municípios atingidos seriam: Jucurutú, Janduís, Paraú, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu e Açu. Por outro lado, os 91.440,84 (noventa e um mil quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) seriam destinados a bacia de irrigação que, por sua vez, abrangeria os seguintes municípios: Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto do Rodrigues e Pendências. No entanto, não se especificava o que seria feito de aproximadamente 70.000 (setenta mil hectares) restantes, na medida em que, a previsão do aproveitamento para a irrigação pelo projeto era de apenas 22 mil hectares.

---

8. De acordo com o DNDCS, o processo de implantação de um projeto irrigado vai desde as obras de infraestrutura (construção da barragem, eletrificação, abertura de estradas vicinais, irrigação, etc.) até o assentamento do irrigante. No entanto, no estágio atual do projeto, não existe nenhuma área irrigada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
 Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
 Rua Aprício Veloso 822 - 1700-170 - 355  
 58 100 - Campina Grande - Paraíba

A publicação desse decreto implicou, de imediato, a restrição de crédito agrícola na região, pelo Banco do Brasil. O resultado foi que esse fato serviu para obstacular o desenvolvimento natural da atividade agrícola. Nesse sentido, afirma Aranha: "a agricultura entrou em colápsio e as instalações não puderam ser construídas. Em consequência, a insegurança com relação à posse da terra aumentou." (Aranha, 1980:108). De modo que a estagnação da agricultura foi só o primeiro passo.

Entretanto, sob a forma do Projeto Baixo Açu, o capital requeria alterações muito mais profundas na região.<sup>9</sup> Isto porque para a implantação do projeto se requer: 1º) o desaparecimento por completo do município de São Rafael, parte do de Jucurutú e pequenos povoados às margens do rio Açu, que serão submergidos pelas águas da barragem; 2º) a erradicação dos carnaubais da região.<sup>10</sup>

---

9. Estas informações foram reveladas somente em janeiro de 1977 pelo DNOCS, quando se realizou o I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu, promovido por três entidades - Secretaria do Bem Estar, Prefeitura Municipal de Açu e Instituto Padre Ibiapina.

10. Os carnaubais dessa região produzem em torno de 1 milhão e 200 Kg de cêra, proporcionando emprego para 60% da população do Vale, durante seis meses do ano. Além do mais, poderá acarretar graves repercussões ecológicas, pois, a erradicação implicará a destruição de uma floresta nativa que cobre 50% da região do Vale do Açu - baixo Jaguaribe, Acaraú e Parnaíba -, sendo que estes carnaubais são considerados os mais densos do Rio Grande do Norte.

A extinção de São Rafael terá ainda as seguintes implicações: 1º) perda de quase totalidade das jazidas de scheelita mármore, monazita e ferro existentes em seu território; 2º) eliminação de um artesanato que tem a palha de carnaúba como matéria-prima, o qual emprega uma faixa significativa da força de trabalho feminina, que busca nessa atividade um aumento da renda familiar; 3º) extinção de cerca de 1.000 estabelecimentos agrícolas; e 4º) remoção compulsiva de pelo menos 15.000 pessoas e, ao mesmo tempo, imprecisão quanto ao destino das mesmas.<sup>11</sup> Além disso tudo, haverá o risco de que as maiores fontes de piscicultura da região - Lagoa do Piató e Ponta Grande - poderão secar com a construção da barragem. Isto porque a Lagoa do Piató está localizada em área abaixo da construção da barragem. E dessa lagoa vive uma população de 3.000 pescadores, cujas famílias produzem redes, fios e outros artefatos de pesca. Por outro lado, no período de secas, a lagoa oferece férteis vazantes que aí produzem melancias, melões, gerimuns, algodão, trigo e demais cereais. Já a Lagoa de Ponta Grande, localizada à margem direita do rio Açu, no município de Ipanguaçu, depende de sua piscicultura e agricultura cerca de 500 famílias.

---

11. Durante a primeira etapa de nossa pesquisa, realizada através da disciplina "Prática de Campo", no primeiro trimestre de 1980, sob a orientação do prof. Fernando Garcia, constatamos que havia uma controvérsia quanto ao local que seria transferido a população de São Rafael, entre os próprios técnicos do DNOCS. Vários técnicos afirmavam que seria construída uma cidade homôni-

Esse foi o quadro apresentado pelo Projeto Baixo Açu, que ao revelar naquele momento (1977), a tendência da intervenção do DNOCS e, portanto, a tendência do capital na região provocou estarrecimento e preocupação na população do Vale do Açu.

Em seguida, tentaremos demonstrar que todo esse processo de intervenção sob a égide do DNOCS na região foi nada mais do que uma forma de atender às necessidades do capital, a qual se expressa em todo o processo de desapropriação.

---

ma a 5 km da anterior. Enquanto outros afirmavam que seria construída num local denominado Bela Vista. Contudo, técnicos da sede do DNOCS em Fortaleza, afirmavam que a população seria transferida para um local denominado Serra do Mel. Este local na verdade quer dizer o inverso do nome proposto. Isto porque na Serra do Mel existe um projeto de colonização do INCRA (Sistema de Agrovila, cujo objetivo é desenvolver a produção do cajú), que foi idealizado para resolver o problema dos trabalhadores expulsos pela mecanização das salinas de Areia Branca. Contudo, os trabalhadores das salinas não foram para o citado local, devido à inexistência de condições de infraestrutura: falta de água, luz, transporte, assistência técnica, etc. Atualmente, não podemos afirmar com precisão o real destino da população de São Rafael. Mas, em virtude de alguns fatores que serão vistos adiante, achamos pouco provável a construção de uma nova São Rafael.

Não obstante o DNOCS tenha elaborado uma tabela<sup>12</sup> para as desapropriações necessárias ao projeto, no ano de 1975, as indenizações só tiveram início em agosto de 1979.

Agora, segundo o DNOCS, até o ano de 1980, a área desapropriada contava com 7 mil e 500 hectares de terras efetivamente pagas, alcançando um número aproximado de 400 (quatrocentos) proprietários, entre proprietários de terras e benfeitorias,<sup>13</sup> cujo valor total era de Cr\$ 36.020.000,00 (trinta e seis milhões e vinte mil cruzeiros). E, como a primeira etapa de im-

---

12. A tabela do DNOCS consistia de três categorias: a) terras de primeira - indenizadas ao preço de Cr\$ 6.000,00/ha; b) terras de segunda ("produz pouco ou quase nada") - indenizadas ao preço de Cr\$ 1.500,00/ha; e c) terras de terceira ("praticamente terras do tabuleiro improdutivo") - indenizadas ao preço de Cr\$ 600,00/ha.

13. No caso das benfeitorias, é de suma importância destacar que, como a discussão sobre as indenizações se dava somente entre o DNOCS e o proprietário da terra, o trabalhador da região, geralmente, recebia uma baixa indenização. Pois, por ser alijado do processo de discussão, os proprietários utilizavam o pretexto de que a responsabilidade toda era do DNOCS, daí não pagavam os "lucros cessantes", que era um direito líquido e certo assegurado pelo Estatuto da Terra.

plantação do projeto consistia na construção da barragem, as indenizações iniciaram a partir da bacia de inundação, no sentido de São Rafael. De modo que o alvo a ser atingido eram as áreas rurais dos municípios de Ipanguaçu, Açu e São Rafael. Isto porque o DNOCS desenvolverá ainda o programa para as indenizações das áreas urbanas.

Contudo, nesse processo de intervenção temos que ressaltar aqui dois aspectos, que, sobretudo, revelam a preservação dos interesses da oligarquia local pelo DNOCS: 1º) a mudança da área a ser desapropriada para irrigação. Isto devido à pressão dos grandes proprietários (proprietários de várzeas, pois, segundo os depoimentos ouvidos, esta área era o "filé" da região). Desse modo, o DNOCS optou por irrigar os mesmos 22 mil hectares em terras de tabuleiros, pois, assim, o referido órgão não "criava problemas sociais"; e 2º) o tratamento diferenciado no processo de desapropriação na região. Isto porque, quando os grandes proprietários eram desapropriados, suas propriedades eram bem indenizadas pelo DNOCS.

Sobre esse aspecto diferenciado, veremos o outro lado da moeda através do caso do Sítio Quixeré. Nesse local predominava a pequena produção, cujo destaque era a presença de parceiros e arrendatários, os quais foram desalojados para a construção da barragem do projeto. Desse modo, esse fato expressou todo um processo de eliminação de relações de produção pelo capital. E aqui ilustraremos com alguns depoimentos de pessoas dessa localidade, que já se encontravam à época de nossa pesquisa, na periferia de Açu:

"Vai completar um ano que estamos por aqui. Quando a gente vivia lá, as terrinhas da gente, eram da gente. Criava no que era da gente. Criava um porco, uma ovelha, uma vaca e aí a gente vivia numa vida melhor do que aqui. A casa nós interamo. Recebemos uma mincharia, Cr\$ 119.000,00. Só a casa eu não dava por Cr\$ 100.000,00. Porque a casa era grande. Era toda acimentada, com um armazém pegado, currais, faxina, toda de alpendre. Hoje, não tem quem faça, nem com Cr\$ 200.000,00, né? Gastei só aqui para mais de Cr\$ 100.000,00.

A minha propriedade era péquena. Nossas terras era tudo tira. Quinze para um canto, quinze para outro. Mas tinha quatro partes. Eu sei que tenho a vida sacrificada, e com doze filhos prá criá, a gente vive aperrado."

"Faz um ano que saímo de Quixeré. Lá eu plantava: feijão, milho e algodão. Criava gado, ovelha e galinha, às vezes porco. Galinha a gente criava muito. Gado eu tive uns quinze. A última vez tive cinco.

Quando eu soube da notícia (desapropriação), tratei de vender logo tudo. Hoje, estou me sentindo perdido aqui na rua, sem ganho, sem coisa nenhuma. E ainda mais, o dinheiro da terra que a gente tinha direito, enrolou tudo, nem dinheiro, nem madeira, nem nada. Por exemplo, uma casa dessa que valia uns Cr\$ 50.000,00 lá, e aí pagaram Cr\$ 13.000,00. Mas com Cr\$ 13.800,00 não dá para eu comprar nem o chão aqui, se for comprar. Esta casa a mulher já tinha comprado, antes da gente vir morar aqui. Ela vendeu umas galinhas, uns negócios e aí comprou.

No Quixeré a gente tinha uma casa grande, com uma sala grande, duas salas, um quarto, uma cozinha, um banheiro pegado com a casa. E tinha um armazém pegado com a casa.

O dinheiro que saiu foi só 13 mil e 800. Era prá mais de 50 milhão. Estou pensando fazer uma banca prá ver se dá prá fazer alguma coisa. Lá a gente criava. Aqui nem um pinto ninguém pode criar. A gente é de viver no mundo como?

Este ano (1980), eu não plantei uma cova. Se der prá eu escapar caçando por aí, bem... Porque plantar nas terras dos outros, agora que estou velho, eu não vou. Quando eu era moço, eu nunca peguei terras dos outros. O governo devia dar era uma outra casa com um terreninho igual a que a gente tinha. Ou dinheiro para eu comprar outra onde eu quisesse."

"Fazia uns 30 anos ou mais que eu morava lá. Acredito que 40 anos. A terra era da minha mãe. Antes dela morrer, a terra não tinha escritura. Era como uma posse. Então ela me deu. Depois, o homem veio aqui para a gente dar os nomes e eu expliquei tudinho a ele na época de fazer essa barragem. Houve uma reunião, aí eu contei tudo. E ele disse que a minha condição era ruim. Ele disse que ia fazer usucapião, que é como pode sair. Aí disseram que não valia a pena dar esse trabalho. Vendes-se a terra e fosse embora. É isso mesmo. Deixar a firma (DNOCS) chegar e comer a terra todinha prá fazer essa barragem. E isso só está rolando assim por causa dos padres.

Lá pelo menos eu tinha uns pés de oiticica, carnaúba. Agora não tenho mais nada. A casinha acabou-se na época da indenização. Ainda tivesse, eu tinha recebido, mas já havia caído.

Agora, se eu tivesse escritura tinha sido diferente . Com usucapião era diferente. E eu só posso pagar a escritura , quando sair o dinheiro. E eu já fui lá não sei quantas vez e não recebo. Eles dizem que falta o juiz fazer não sei o quê.<sup>14</sup> E ainda o pessoal me disse que eu ia receber Cr\$ 3.900,00, mas eu acho que não é só isso. Falta uns poucos prá receber, por causa dessa estória de usucapião. Aí ficam nessa enrolação. Recebe hoje, recebe amanhã e assim vai. Agora estão dizendo que só recebe mês quente. Aí dizem que toda enrolação é só o DNOCS. Eu não acredito nada. Uma firma rica como é essa. E se não pagam a gente, como é que vai fazer essa barragem? Não cabe na minha cabeça e nem na cabeça de ninguém. DNOCS é por conta do governo. Sei lá como é! Agora entre um e outro eu não sei. Agora eu acho que tudo só pode ser por eles."

"Faz uns três mês e poucos dias que saí de Quixeré . Tenho quatro filhos. Trabalhava na agricultura de terça, de meia, plantava. Morava no que era meu. Trabalhava numa parte de terra do meu avô, outra parte de meia com um proprietário de lá. Plantava: algodão, milho, melancia, feijão, gerimum. Tudo isso era de meia. Ainda hoje, ficou raiz de algodão.

---

14. No ano de 1980, todos os processos em tramitação de usucapião na Comarca de Açu, estavam sustados. Além disso havia um grande índice de desistência por partes dos requerentes. Isto por duas razões: 1º) pela morosidade no andamento dos processos; e 2º) pela não possibilidade de pagamento dos custos processuais pelos requerentes.

Fui indenizado. Na primeira chamada eu entrei na lista. Recebi Cr\$ 21.300,00 e uns quebrados. Eu tinha duas casas. O que me pagaram não deu prá comprar essa. Possuía uma vacazinha, que era o leite das crianças. E aí tive que vender prá interar o dinheiro de comprar essa. As duas casas, a vaca e agora fiquei todo abandonado. Sem terra para trabalhar, sem vaca para comer o leite. Agora só tenho um rancho para morar. Essa casinha foi Cr\$ 35.000,00. Recebi Cr\$ 21.300,00, em junho do ano passado (1979).

Tenho irmão, tenho pai. O velho meu pai tinha 20 braças de terra, mesmo no local final da parede. Foi desapropriado por Cr\$ 41.000,00 e a casa por Cr\$ 9.000,00. E aí foi e comprou uma casinha por Cr\$ 57.500,00. Como é que pode, né? Uma propriedade e uma casa não deu para comprar uma casa só. Um homem velho de 63 anos ficou abandonado, sem ter com que viver. Homem de 63 anos não é mais homem de procurar terra para trabalhar, porque não tem quem dê. Fica aí o velho morando numa casinha, abandonado. E eu ainda tenho um irmão que está lá. Não saiu porque não pôde sair. Está lá na barragem em Quixeré. Ele só sai quando disserem: vamos, vamos, senão a água cobre.

Agora eu estou parado. Minha profissão é agricultura. Eu não encontrei terra prá trabalhar e as firmas (Construtora Gu tierrez) estão completas. Não botam ninguém. Eu estou sem destino. Até aqui não tenho destino de nada desse mundo. Eu tô assim como um inseto debaixo de uma pedra. Ainda bem que quando eu saí de lá, eu trouxe alguma coisa: feijão, milho e algum negócio ainda tem. Agora eu não sei como vou viver não. O negócio está muito sério."

Diante do exposto, fica claro como água cristalina que, mesmo o Projeto Baixo Açu estando ainda em implantação na região do Vale do Açu, seu processo tem expressado: 1º) estagnação da agricultura na região; 2º) uma tendência à eliminação física do município de São Rafael, parte do município de Jucuru-tú e, pequenos povoados às margens do rio Açu, derivando daí implicações sócio-econômicas e ecológicas; e 3º) extinção de relações de produção não-capitalistas e mesmo capitalistas. De modo que essa intervenção sob a forma do Projeto Baixo Açu, em última análise, tem expressado um processo de proletarização - por conseguinte, ampliando o exército industrial de reserva - e de piora das condições de vida dos trabalhadores da região. Tudo isso tem sido, sobretudo, uma forma do Estado (sob a forma do DNOCS) abrir espaço para o capital na região.

Podemos afirmar portanto, que em última análise, essa intervenção tem significado todo um processo de acumulação primitiva na região do Vale do Açu, isto é, um processo de dissociação do trabalhador de seus meios de produção.

### 5.3. A Resistência ao Projeto Baixo Açu pelos Trabalhadores do Vale do Açu ou de como o Projeto propicia as condições para a emergência da luta de Classes na Região.

Assim como o capital expressa a contradição entre o capitalista e o trabalhador, na sociedade atual, a manifestação política dessa contradição se expressa na própria luta de classes. E é justamente sobre essa manifestação política dos trabalhadores do Vale do Açu, que, em seguida, tentaremos demonstrar.

Na verdade, o primeiro "round" da luta de classes no Vale do Açu foi ganho pelos grandes proprietários rurais, pois, como vimos, não permitiram que o DNOCS desapropriasse suas terras, acarretando, portanto, uma alteração na área a ser irrigada pelo projeto. Por outro lado, durante um certo espaço de tempo (1975 a 1979), os trabalhadores não fizeram nenhuma mobilização significativa na região. Podemos supor que isto foi devido à falta de informações sobre as implicações do projeto na região. Contudo, após a manifestação de seus primeiros efeitos é que os trabalhadores iniciam todo um processo de resistência à implantação do Projeto Baixo Açu.

A estratégia adotada pelos trabalhadores inicialmente, foi montada no sentido de sensibilizar o governo para o problema do Projeto Baixo Açu, através de envio de notas e documentos aos representantes governamentais e divulgando-os na imprensa.

Assim, saía no dia 4 de março de 1979, um artigo elaborado pela FETARN (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte) na imprensa, cujo título era o seguinte: "Barragem do Açu. Trabalhadores Rurais apelam a GEISEL." 15 Nesse artigo, a FETARN mostrava alguns motivos que preocupavam os trabalhadores da região: a) o fato de que os pequenos produtores da área estarem enfrentando dificuldades com a adoção de medidas restritivas ao crédito; b) o destino de 91 mil hectares do projeto; c) a situação do mercado de trabalho na região, pois

---

15. Jornal O POTI - 04.03.79

estava prevista a absorção de 40 mil trabalhadores, enquanto a disponibilidade era de pouco mais de 10 mil; e d) o resultado em fracassos com experiências semelhantes no Ceará e Paraíba.

No mês seguinte, saía o documento do povo de Açu, publicado com o seguinte título: "Açu pede ao Governo lugar digno e justo para o homem." <sup>16</sup> Esse documento, que foi entregue ao Ministro do Interior da época, Rangel Reis, reivindicava, principalmente, um melhor posicionamento para o homem. Pois, assim, se teria um melhor crescimento e uma promoção mais coerente em todos os movimentos da evolução do projeto. Além disso, defendia que a população em momento algum fosse marginalizada pelo processo, como estava sendo feito pelos técnicos do DNOCS e que fosse posto em destaque os objetivos de fixação do homem à terra, eliminando-se, assim, os altos índices do êxodo rural.

Já em maio, a FETARN - que representava 104 sindicatos, com mais de 160.000 trabalhadores sindicalizados - enviava uma carta ao general-presidente Figueiredo (e também aos Ministros de Estado e à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura -CONTAG), na qual reafirmava suas preocupações para com os trabalhadores da região, diante da inversibilidade da barragem, na medida em que os trabalhadores sindicalizados, em sua totalidade, eram trabalhadores sem terra ou minifundistas. Por isso, levantava as seguintes interrogações: 1º) onde os trabalhadores seriam alojados?; 2º) quais seriam os critérios de seleção do DNOCS?; 3º) qual seria a relação jurídica entre o irrigante e o DNOCS?; e 4º) qual a garantia que o DNOCS ofereceria em relação à permanência do parceiro, do arrendatário e ou-

---

16. Diário de Natal 13.04.79

tros ocupantes do projeto?

Vale acrescentar, que nessa carta a FETARN criticava ainda o tratamento diferenciado em relação aos trabalhadores, e o descaso para com o trabalhador sem terra: "Na prática o que se verifica é a preocupação mercantilista que visa o preço da terra, em favor de quem já é proprietário. O trabalhador continua sem destino, não foi demonstrado até o momento nenhum plano concreto que fosse atingir o problema do trabalhador sem terra."

Além do mais, mostrava de imediato, quem se beneficiaria com o projeto, ao mesmo tempo que, em consequência do projeto, a FETARN vislumbrava a tendência à proletarização dos trabalhadores da região: "A construção da Barragem certamente resolverá o problema de um número reduzido, admitindo-se 'A PRIORI' o princípio do êxito total do empreendimento. Os proprietários receberão suas indenizações, passarão a viver em outro local, enquanto os trabalhadores, avulsos, parceiros, arrendatários, posseiros, não terão destino senão tornar a vender sua força de trabalho onde e a quem, interessar." De modo que, segundo a FETARN, a solução desse problema se encontraria na implantação da reforma agrária na região: "Em consequência após a construção da Barragem, vamos encontrar a mesma estrutura latifundiária super valorizada, indo de encontro a mensagem nº 33, de 1964, quando estabelece no item 14: 'Impossibilitado de ter acesso à terra própria, além da produtividade reduzida, o trabalhador rural não cria para si condições de melhoria de padrão de vida. Não introduz práticas novas, não absorve qualquer técnica

ca tendente a aumentar a produtividade. Sem possuir terra não pode exigir a concessão de facilidade creditícia de assistência técnica ... A experiência universal mostra que a modificação da estrutura agrária dos países que realizaram reforma agrária bem sucedidas, cria condições novas para o trabalho rural e força a modificação dos sistemas creditícios, assistência e de mecanização'."

Assim, a partir de 1979, os trabalhadores da região (via FETARN) seguem desenvolvendo todo um processo de resistência ao projeto, principalmente, através de divulgação de notas e documentos na imprensa, nos quais exigiriam dois pontos básicos: 1º) a reformulação do projeto (inclusive, enviando outro ofício ao Ministro do Interior, Mário Andreazza); e 2º) a implantação da reforma agrária na região.<sup>17</sup>

Sem embargo, a luta de classes se manifesta concretamente e de forma inequívoca na região, em 1981. Isto porque, nesse ano, o feitiço voltou-se contra o feiticeiro, ou seja, ruiu a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.<sup>18</sup> E assim, um deslocamento de 1,5 milhão de metros cúbicos de areia provocou um grande prejuízo nas obras da barragem, no Açú, arrastando uma perfuradora e destruindo um serviço de cinco meses (em pouco mais de 30 minutos). Esse "deslizamento da terra foi ao longo de 40 metros de comprimento e ocorreu às 17 hs 10 minutos, no instante em que havia 150 homens trabalhando em cima da barragem. Em

---

17. Ver anexos.

18. Ver anexos.

1980, no mês de dezembro, já tinha havido deslizamento, mas este foi de maior proporção. O deslizamento ocorreu no que os técnicos chamam de 'região de montante', isto é, do meio da barragem prá frente." (Diário de Natal - 16.12.81). Por conseguinte, isso acarretaria o atraso da conclusão da obra em pelo menos 6 meses.<sup>19</sup>

O fato supracitado, de imediato, provocou um grande pânico na população do Vale do Açu,<sup>20</sup> contribuindo assim para o êxodo na área atingida pela bacia de inundação. Ao mesmo tempo, acendeu nos trabalhadores a chama para o desencadeamento de todo um processo mais consistente de resistência à construção da barragem. De modo que os trabalhadores foram às ruas numa demonstração política de protesto contra a barragem e todas as suas consequências.<sup>21</sup>

As manifestações dos trabalhadores do Vale do Açu se iniciaram em Açu, depois, atingiram outros municípios. De modo que uma série de atos públicos foi cumprida, principalmente, nos municípios mais atingidos pelo projeto: Açu, Ipanguaçu e São Rafael. Nos atos públicos, os trabalhadores levavam faixas e car-

---

19. Após o desmoronamento da barragem, a previsão do DNOCS era de que iria concluí-la totalmente e inaugurá-la no dia 30 de outubro de 1982. E realmente, sua inauguração foi anunciada, em outubro do ano passado, no jornal da "fantástica" Rede Globo. Contudo, até o presente ano, não vimos nenhuma notícia nesse sentido. Por outro lado, técnicos na sede do DNOCS, mesmo atualmente, continuam a afirmar que o projeto se encontra em estágio "rudimentar" de implantação. Daí deduzirmos que provavelmente, a barragem não esteja totalmente concluída.

tazes, nos quais exigiam a paralização das obras da barragem, a fim de dar tranquilidade ao povo do Vale do Açu e distribuíam um documento impresso. Nesse documento, os trabalhadores faziam sérias denúncias às empresas construtoras, como a de que o material usado nos aterros do maciço central, logo a base mais importante da gigantesca construção, tinha sido de qualidade inferior. Daí perguntavam: "Quem é que pensou somente em medidas econômicas? Quem trocou o material de Cr\$ 50,00 por um outro de Cr\$ 12,00? Quanto cada um ganhou nessa chantagem, nesta escandalosa enrolada, nesse jogo sujo de interesses pessoais? Quem aprovou o uso do material colocado no maciço central e que foi coberto para não ser visto? Além do mais, havia uma acusação dirigida ao DNOCS e à Construtora Andrade Gutierrez, e a seguinte advertência: ' Não queiram que todos avancem em cima de vocês e obriguem a paralização total'." (Tribuna do Norte - 17.01.82)

Contudo, mesmo ocorrendo a suspensão das obras em janeiro de 1982, as mobilizações continuaram. Vale aqui ressaltar, que essas mobilizações, embora fossem feitas pelas entidades sindicais do Baixo Açu, com o apoio da FETARN, tinham a participação efetiva de diversos segmentos da comunidade tais como: igreja (com destaque para o Pe. Canindé de Açu), Clubes de Serviços, políticos e outras associações classistas. Portanto, a manifestação da luta de classes estava visível à olho nú, no Vale do Açu.

---

20. Ver anexos.

21. Ver anexos.

Entretanto, mesmo não dispondo de dados recentes, tudo indica que perdura a luta de classes na região. Isto porque deverá sair uma nova reformulação do projeto até o final desse primeiro trimestre (1983),<sup>22</sup> o que indica que as contradições locais ainda não foram resolvidas. Nesse sentido, basta atentar-se para o comentário de um técnico do DNOCS sobre o projeto e sua inserção na nova configuração política do País: "a abertura política é uma coisa boa para o País. Mas, com a abertura as coisas se tornaram mais difíceis para o DNOCS. Por exemplo, hoje em dia, o DNOCS tem que ponderar, não pode mais fazer uma de saopropriação sumária."

Até aqui fica claro que o prosseguimento do processo de implantação do Projeto Baixo Açu dependerá, sobretudo, do desenvolvimento dialético da luta de classes na região, que, em última análise, expressará a vitória ou derrota dos trabalhadores rurais. Contudo, além dos fatores de ordem física, e política como a luta de classes na região, temos que destacar que a defasagem no cronograma do processo de implantação do projeto (e provavelmente, a não construção da Nova São Rafael), tem como ponto central de explicação as próprias contradições do processo de acumulação de capital no País e, portanto, da sociedade brasileira, vistas anteriormente.

Em suma, vimos neste capítulo, que a intervenção do Estado sob a forma do Projeto Baixo Açu do DNOCS tem significado na região do Vale do Açu, todo um processo de acumulação primitiva que, contraditoriamente, tem propiciado as condições pa-

22. Vale ressaltar, que o Projeto Baixo Açu já sofreu três reformulações.

ra a manifestação da luta de classes na região. E que, a resolução da luta de classes no Vale do Açu definirá tanto a sorte dos trabalhadores, como as forças que representam o capital na expressão do prosseguimento do processo de implantação do projeto.

Temos que enfatizar aqui que a questão do Projeto Baixo Açu no Vale do Açu, da irrigação como um processo de modernização da agricultura no Nordeste e da própria agricultura como um todo, por serem produto das contradições do padrão de reprodução do capital no País, só se resolverão a partir da resolução das contradições do mesmo e, por conseguinte, a partir da resolução das próprias contradições da sociedade brasileira.

Vale acrescentar que, em virtude do aprofundamento da crise brasileira e da nova configuração política do País em tempo de "abertura" (e mesmo com um Nordeste pedessista), o Programa de Irrigação do Nordeste sofrerá um arrefecimento ~~bem~~ mais acentuado, na medida em que, com o "Projeto Nordesteão", toda a ênfase do governo será voltada para o desenvolvimento do programa de pequena irrigação.

### CONCLUSÃO

Vimos que a nossa investigação versou sobre um tipo particular de intervenção do Estado na agricultura, assumida na forma de irrigação, na zona semi-árida nordestina, área sob a égide do DNDCS. E que os objetivos fundamentais de nosso estudo consistiam tanto no entendimento do papel da intervenção do Estado sob a forma do Programa de Irrigação do Nordeste, no processo de acumulação de capital no País, bem como na compreensão e demonstração das implicações sócio-econômico-políticas da intervenção do Estado sob a forma do Projeto Baixo Açu na região do Vale do Açu.

Sem embargo, vimos que certos estudos desenvolvidos sobre o fenômeno da irrigação no Nordeste, mesmo constatando algumas repercussões sócio-econômicas, ficaram somente no nível da aparência, sem, contudo, perceberem a essência mesma, isto é, suas razões e suas causas, na medida em que não estabeleceram nenhuma relação entre os aspectos apontados e as condições de valorização do capital no País. Por outro lado, é verdade também que surgiram tentativas de se entender a irrigação sob uma perspectiva histórica. Contudo, tais tentativas se mostraram insatisfatórias. Isto porque, se de um lado, em que pese ter-se detectado um processo de exploração do trabalhador com a irrigação, não havia uma delimitação histórica no trabalho que indicasse os determinantes históricos para a emergência da mesma. Além disso, toda a explicação do processo convergia para a ques

tão do autoritarismo. Entretanto, não estabelecia-se qualquer relação entre o autoritarismo e seu significado para com a economia brasileira e, em particular, para com a irrigação. De modo que tal análise centrava-se somente no plano político e, portanto, abstraiu os demais planos; de outro lado, não obstante ter-se dado um grande salto, que foi o de tentar entender a irrigação sob o prisma do processo de acumulação de capital no País, tal tentativa frustrou-se por razões metodológicas, principalmente, pela idealização da "Lei Geral".

Portanto, vimos que foi no sentido de recuperar a dimensão histórica da irrigação no Nordeste, que procuramos pôr no centro de nossa análise as condições de valorização do capital no País e, ao mesmo tempo, o papel que tem jogado o Estado nesse processo. Pois, só assim, é que poderíamos compreender tanto as condições que impuseram a emergência da irrigação no Nordeste e o próprio caso do Projeto Baixo Açu. A partir daí, procuramos sustentar a tese de que a irrigação se constitui uma tendência modernizante, na medida em que expressa a expansão do capital no campo.

Já no plano teórico chegamos as seguintes conclusões: 1º) que o capital expressa a definição do capitalismo, na medida em que constitui uma relação social de produção e dominação por expressar a subordinação do trabalho ao capital; 2º) que a produção de mais-valia consiste na lei absoluta do modo de produção capitalista; 3º) que a tendência à acumulação no capitalismo é ao mesmo tempo uma tendência à modernização, isto é, é a própria tendência ao desenvolvimento das forças produtivas da

sociedade; 4º) que a tendência à modernização é uma tendência inerente à acumulação; e que a tendência à elevação da composição orgânica do capital e do aumento da produtividade do trabalho é ao mesmo tempo uma tendência à ampliação do exército industrial de reserva e aumento da exploração do trabalhador; 5º) que a lei da tendência decrescente da taxa de lucro evidencia as próprias contradições do capitalismo, as quais têm sua base na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e suas próprias relações de produção. Assim, essa contradição faz com que a acumulação capitalista se manifeste como um processo cíclico, isto é, de ascensão e queda da economia, cujo determinante é a taxa geral de lucro; 6º) que tanto nas fases de pico como nas de baixa do ciclo econômico, o capital requer introduções tecnológicas no processo produtivo; 7º) que existe uma diferença entre a produção na indústria e a produção na agricultura, na medida em que apresentam distintas relações sociais de produção; 8º) que a natureza do Estado e seu papel histórico reside no fato de que ele é expressão do produto de contradições irreconciliáveis de classes. E que na sociedade atual, o Estado é a própria expressão da classe burguesa. Por conseguinte, toda intervenção do Estado é sempre uma arma fundamental com que a classe capitalista busca contrarrestar a tendência decrescente da taxa geral de lucro na economia. E que, o Estado é impelido à intervir na economia, na medida em que expressa a consciência do capital social global. Por fim, que é no sentido de favorecer o processo de acumulação de capital que o Estado busca criar todas as condições para o processo de desvalorização do capital constante e do capital variável na economia.

Vimos também que o processo de acumulação de capital no País, durante o chamado "milagre brasileiro", exigiu a modernização da agricultura nordestina e de algumas outras regiões. E que a modernização via Programa Nacional de Irrigação, que expressou a intervenção do Estado na agricultura, foi antes de tudo, uma forma de se tentar aumentar a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, uma forma de tentar contrarrestar a tendência decrescente da taxa geral de lucro na economia brasileira. E isto foi expressão da necessidade da própria expansão do capital no campo. E que o Estado como forma de garantir o processo de acumulação e, ao mesmo tempo, abrir campos de inversão para o capital, procurou desenvolver medidas de política econômica, que viabilizassem totalmente o processo de modernização na agricultura através do incentivo à irrigação, tanto na fase de auge do ciclo - via PPI -, quanto na de baixa do ciclo - via II PND. Contudo, o não avanço do II PND (produto da disputa interburguesa) acarretou sérias implicações no desenvolvimento do Programa de Irrigação do Nordeste.

Sobre o processo de modernização na agricultura nordestina, destacamos as seguintes conclusões: 1º) que o grande eixo do Programa Nacional de Irrigação centra-se no Nordeste; 2º) que a irrigação na agricultura nordestina expressa a expansão do capital no campo, a qual se manifesta sob a forma de agroindústrias; 3º) que a Intervenção do Estado sob a forma do DNOCS via Programa de Irrigação, nada mais é que uma forma de atender às necessidades de valorização do grande capital monopólico indus-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
Rua Aprígio Veloso, 832 - Tel. (81) 321 7227-4 355  
58 100 - Campina Grande - Paraíba

trial (nativo e/ou estrangeiro). E que, atualmente, o DNOCS espelha uma ampliação da classe dominante no Nordeste Semi-Árido, cuja fração hegemônica se constitui na grande burguesia industrial (nativa/estrangeira); 4º) que a irrigação no Nordeste não é sinônimo de um amplo processo de modernização; 5º) que a orientação do DNOCS, no sentido de que a irrigação na agricultura nordestina privilegia as culturas de exportação, deverá agravar ainda mais a situação do mercado interno; 6º) que o II PND foi a tentativa do Estado no sentido de dar continuidade ao processo de modernização na agricultura nordestina e brasileira, e assim contribuir para a recuperação da taxa de lucro e reversão da baixa do ciclo econômico no País. Contudo, tal tentativa foi obstaculada pela contradição interburguesa, que não é mais do que produto do padrão de reprodução do capital vigente no Brasil. Por isso, o Programa de Irrigação do Nordeste não tem atendido na velocidade necessária às necessidades requeridas pelo processo de acumulação de capital no País.

Afirmamos ainda que a irrigação na agricultura nordestina não tem se constituído num fator contrarrestante da taxa geral de lucro na economia brasileira. E que a irrigação ao contrário de ser um "Pólo" de desenvolvimento, tem expressado na agricultura do Nordeste (Semi-Árido), um verdadeiro "Pólo", no qual se irradia um grande processo de proletarianização e de piora das condições de vida dos trabalhadores rurais, onde os projetos de irrigação têm sido implantados.

Por fim, vimos que a intervenção do Estado sob a forma do Projeto Baixo Açu do DNOCS tem significado na região do

Vale do Açu, todo um processo de acumulação primitiva, que, con-  
traditoriamente, tem propiciado as condições para manifestação  
da luta de classes. E que da resolução da luta de classes na re-  
gião se definirá tanto a vitória ou derrota dos trabalhadores ru-  
rais. E que, em virtude do aprofundamento da crise brasileira ,  
tudo indica que a ênfase governamental estará voltada para o  
desenvolvimento da pequena irrigação.

Em suma, podemos afirmar que a questão do Projeto Bai-  
xo Açu, da irrigação como um processo de modernização na agri-  
cultura nordestina, da agricultura como um todo e da própria e-  
conomia brasileira, só se resolverão a partir da resolução das  
contradições da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Tereza, Projeto Baixo Açu: Benefício para quem? in: RN Econômico. Ano X Nº 108 Dezembro/79 e Janeiro/80.

AUED, Idaletto Malvezzi. Nas Pegadas do Valor (Projetos Irrigados do Nordeste no Movimento Geral de Acumulação Capitalista no Brasil). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 1980.

BERNARDO, Mari' Stela Bezerra. Capitalismo e Relações de Produção no Campo - Os Projetos de Irrigação no Nordeste. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Novembro. 1978.

BETANZOS, Oscar & BURSZTYN, Marcel. Que culpa tiene el tomate que esta tranquilo en la mata... Resumo de Pesquisa. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 1979. mimeo.

---

Estado e Agricultura: Estudo da Ação do DNOCS em Sumé - PB. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 1980. mimeo.

Brasil - MINTER - GEIDA - Programa Plurianual de Irrigação. Brasília, 1971.

Brasil, Secretaria de Planejamento da Presidência da República. II PND. Brasília, 1975.

CLINE, William R. Análise de Custo e Benefício de Irrigação no Nordeste. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro . 1972. mimeo.

COELHO, Jorge. Considerações em Torno do Programa de Agricultura Irrigada na Zona Semi-Árida do Nordeste. SUDENE. 1974. mimeo

DADOS BÁSICOS. Projeto Baixo Açu. Fonte: DNOCS - SERETE. 1973 . mimeo.

DIÁRIO DE NATAL - Rio Grande do Norte (vários).

DNOCS - MINTER. Os perímetros irrigados garantem a produtividade que as agroindústrias exigem. 1980. mimeo.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 4ªed. 1978.

Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba (FIPLAN) - Coordenadoria de Estudos e Pesquisa (CEP). Estudo das Repercussões Sócio-Econômicas do Perímetro Irrigado de Sumé - PB. João Pessoa. 1978.

GOSENDE, Sérgio A.A. Política de Irrigação, Ministério do Interior. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Diretoria de Planejamento e Coordenação Geral. Departamento de Informática. Brasília. 1980.

GRAZIANO, José da Silva. O que é a Questão Agrária . Coleção Primeiros Passos. Nº 18 4ª ed. Editora Brasiliense. 1981.

HALL, Antony. Irrigação Contra Seca: O Caso do Nordeste Brasileiro. Tese de doutorado Drougjt and Irrigation in North-East Brazil, Institute of Latin American Studies, Universidade de Glasgow. Escócia. 1976. mimeo.

LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo. Editora HUCITEC. 1979.

MARX, Karl. O Capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. GB. Civilização Brasileira.

MELO NETO, João Cabral de. Antologia Poética. Editora Sabiá . Rio, 1967.

MINTER - SUDENE/DDL/DC - ESPLAR. Estudo das Repercussões Sócio-Econômicas do Projeto Morada Nova. Fortaleza. 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

O POTI - Rio Grande do Norte (vários).

O VALE, Ano II, número 7, janeiro de 1980.

PONTES, José Oswaldo & CARNEIRO, José Adolmar Dantas. Causas e Efeitos do Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido. in: Revista Econômica do Nordeste. Nº2 Abril/Junho Volume 10. 1979.

QUÉIROZ, Rachel de. Terra in: Seleta. Riode Janeiro. mimeo.

REBOUÇAS, Osmundo Evangelista et alii. Desenvolvimento do Nordeste: Diagnóstico e Sugestões de Políticas - Relatório Síntese in: Revista Econômica do Nordeste Nº 2 Abril/Junho Volume 10. 1979.

SINGER, Paul. A Crise do "Milagre". Interpretação Crítica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra 3ªed . 1977.

SOUZA, Nilson Araújo de. Crisis y lucha de clases en Brasil - 1974/1979. Universidad Nacional Autónoma de México. Facultad Nacional de Economía. División de Estudios de Postgrado. Departamento de Doctorado. México, DF julio de 1980.

\_\_\_\_\_ A Crise Econômica: O Povo tem a saída.  
São Paulo. Editora Quilombo. 1982.

TRIBUNA DO NORTE - Rio Grande do Norte (vários).

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
 Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
 Rua Aprígio Veloso, 882 - Tel (083) 321-7222-R 355  
 58.100 - Campina Grande - Paraíba

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DIRETORIA DE IRRIGAÇÃO DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO RESUMO DOS CONTRATOS DE PRODUÇÃO POR PROJETO							
PROJETO	PRODUTO	ACRO-INDÚSTRIA	ÁREA (ha)	VALOR ESTIMADO (Cr\$)	PRODUÇÃO ESPERADA (ton.)	PREÇO MÉDIO ESTIMADO (Cr\$/Kg)	OBSERVAÇÃO
MINTER				DNOCS			
2ª DIRETORIA REGIONAL				64.030.000,00			
Curu-Paraipaba	Cana de açúcar	Cia. Agro-Industrial do Vale do Curú	500 a 2000	27.000.000,00	200.000	0,13	— Preço estabelecido pelo I.A.A. para as safras 1977, 1978 e 1979.
Curu - Paraipaba	Mandioca	Cajubrás	240	4.000.000,00	6.000	0,70	— Preço: até 31/12/78
Curu - Paraipaba	Leite (in natura)	Cooperativa Agrícola Mista de Maranguape		10.530.000,00	2.450.000 (L)	4,30	— Contrato firmado de nov/1978 a dez/1979.
Morada Nova	Algodão	COCENTRAL		13.500.000,00	1.500	9,00	
Forquilha, Aires de Souza, Icó-Lima Campos, Curu-Recuperação, Quixabinha e Jaguaruana.	Algodão	COCENTRAL		9.000.000,00	1.000	9,00	
3ª DIRETORIA REGIONAL				46.171.050,00			
Boa Vista	Tomate	CICANORTE	81	3.883.950,00	2.835	1,37	
São Gonçalo	Tomate	CAIBE	75	2.362.500,00	1.875	1,26	
São Gonçalo	Tomate	ROSA	75	2.362.500,00	1.875	1,26	
Itans/Sabugi	Tomate	PALMEIRON	150	6.877.500,00	5.250	1,31	
Moxotó	Tomate	CICANORTE	230	9.867.000,00	6.900	1,43	
Custódia	Tomate	CICANORTE	101	5.090.400,00	3.535	1,44	
Sumé	Tomate	PEIXE	160	7.545.600,00	5.760	1,31	
Engº Arcoverde	Tomate	CICANORTE	75	3.780.000,00	3.000	1,26	
Cruzeta	Tomate	CICANORTE	120	4.401.600,00	3.360	1,31	
4ª DIRETORIA REGIONAL				14.385.459,00			
Vaza Barris	Tomate	Frutos Tropicais	400	9.000.000,00	10.000,0	0,90	
" "	Guar	CELANESE	54,25	396.459,00	97,65	4,06	
" "	Abóbora	AGROCERES	60	588.000,00	8,4	70,00	Semente
" "	Pepino	"	30	330.000,00	3,0	110,00	Semente
" "	Quiabo	"	70	1.330.000,00	70,0	19,00	Semente
" "	Sorgo	"	200	2.000.000,00	400,0	5,00	
Jucurici	Pepino	AGROCERES	30	396.000,00	3,6	110,00	Semente
" "	Abóbora	"	10	105.000,00	1,5	70,00	Semente
" "	Melancia	"	10	60.000,00	1,0	60,00	Semente
" "	Quiabo	"	15	180.000,00	12,0	19,00	Semente

# Trabalhadores rurais apelam a Geisel

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte encaminhou, ontem, um expediente ao Presidente Ernesto Geisel, externando preocupação quanto à concretização, nos termos em que está projetada, da barragem do Vale do Açú. O documento é assinado pelo presidente José Francisco da Silva, pelo secretário Francisco Ferreira da Silva e pelo tesoureiro José Luiz de Azevedo. Os trabalhadores na agricultura expõem os seguintes motivos de preocupação ao Presidente da República: a)

Desde o anúncio do projeto, os pequenos produtores da área estão enfrentando dificuldades com a adoção de medidas restritivas ao crédito; b) Estão destinados a bacia de irrigação mais de 91 mil hectares, mas a previsão é do aproveitamento de 22 mil; c) Para a área está prevista uma população de 40 mil habitantes, mas só haverá disponibilidade para pouco mais de 10 mil vagas no mercado de trabalho; e) experiências semelhantes no Ceará e no Paraíba resultaram em fracasso.

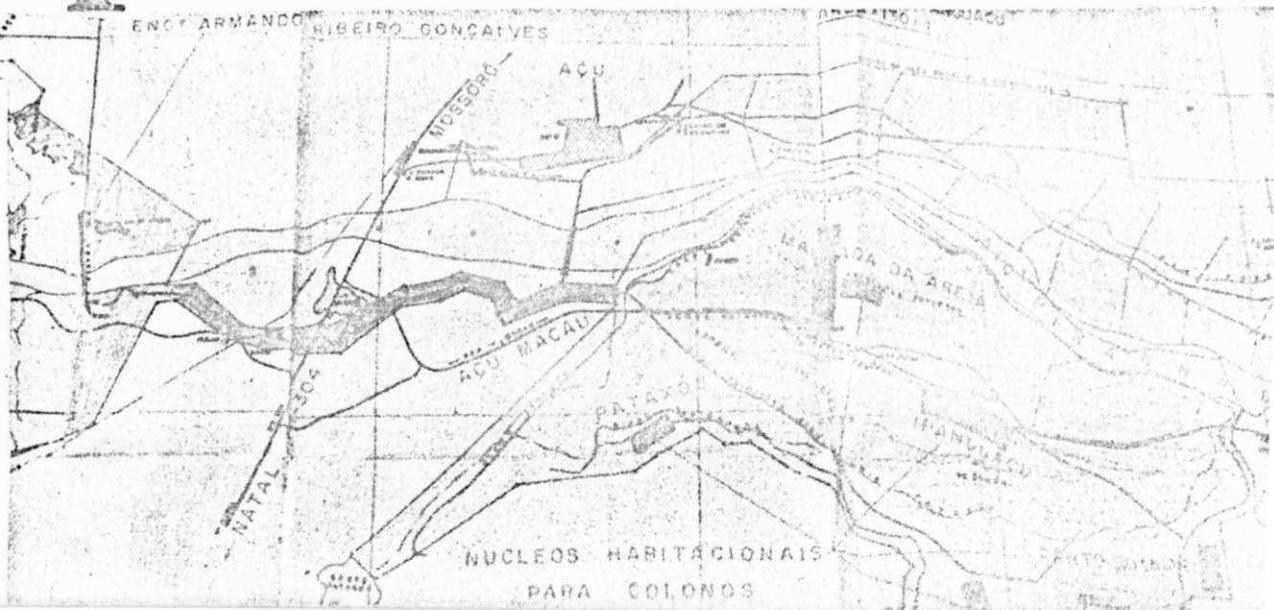
## Açú pede ao Governo lugar digno e justo para o homem

Alguns meses depois de ser entregue ao Ministro do Interior da época, Rangel Reis, o documento do povo do Açú pedindo a revisão do projeto da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Baixo-Açú, é liberado para ser publicado.

No documento, de dez laudas, elaborado sob a orientação da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social na gestão anterior, pede entre outras coisas, nas suas conclusões, um melhor posicionamento para o homem, para um melhor crescimento e uma promoção mais coerente em todos os movimentos da evolução do projeto.

Defende ainda que a população, em momento algum, seja marginalizada do processo, como vem sendo feito pelos técnicos do Dnocs e que seja posto em destaque os objetivos de fixação do homem a terra, eliminando-se os altos índices de êxodo rural.

Na íntegra, este é o documento que está no Ministério do Interior fixando a posição do povo do Vale, dos seus líderes e de suas instituições representativas.



# FETARN defende Reforma Agrária no Vale do Açu

uma nota apresentando o que considera equívocos do DNOCS quanto à política de desapropriação no Vale do Açu foi divulgada ontem pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Norte. A FETARN defende a aplicação da Reforma Agrária no Vale do Açu. Eis a íntegra do documento:

## NOTA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte (FETARN), tomou conhecimento do noticiário publicado no jornal "O Dia" de Natal, edição de 18.08.79, "Sobre Mão de 91 Mil Hectares de terra no Vale do Açu" ou "DNOCS Reduz área do Açu", de acordo com o Código do Diretor-Geral do DNOCS do Brasil S/A, para efeito de exclusão dos créditos de "custeio" ou "insumo", na área de irrigação do Vale do Açu, excluída de tais atividades desde o ano de 1975, considerada de utilidade pública em decorrer do Decreto 76.046, de 29.07.75, e exclusão de 91.440 hectares da execução do projeto alcança os municípios de Açu, Ipanguassu, Afonso Celso, Carnaubais Alto do Rodrigues e Pendências de acordo com o comunicado ao Banco do Brasil S/A DNOCS.

Corre-nos da leitura do texto do comunicado, que o Diretor-Geral do DNOCS, na alínea "a" de seu expediente, reportou-se à área de 67.036 hectares que serão atingidos "pela bacia hidrográfica e faixa seca do acude pública Eng. Armando Ribeiro Gonçalves", enquanto mais adiante nos diz que a liberação da área às atividades bancárias se deve à caducidade do Decreto 76.046 "já que decorrido 02 (dois) anos de sua publicação INTERESSE SOCIAL..." (texto em destaque é nosso).

Por último, e mais sintomático, é o fato de que o Sr. Diretor do DNOCS, ao revelar melhor das revelações: é que desde o DNOCS se destinem verbas em futuro recente, "a delimitação da referida área voltará a ser estudada", embora com prioridade para as situações às margens do Rio Açu, no Município de Carnaubais ALTA BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL" (texto em destaque é nosso).

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura, ora subscritora, através de diversos documentos enviados à Presidência da República, ou ainda aos Ministérios do Interior e da Agricultura, tem acentuado a necessidade de reformulação do Projeto Baixo Açu, sendo esta a oportunidade de aplicação do Estatuto da Terra na área, com distribuição de terra aos trabalhadores rurais residentes na região, tornando-se — e somente dessa forma — produtivos de fatores de desenvolvimento sócio-econômico, os 92.476,84 hectares antes excluídos da operacionalidade do projeto.

Mais recentemente, em documento dado a conhecimento da Igreja, através de suas Dioceses de Natal e Mossoró, esta Federação voltou a lembrar os critérios e a necessidade de distribuição de imóveis rurais desapropriados, consoante o disposto nos arts. 24 e 25 do Estatuto da Terra, tal o conceito de "propriedade familiar" contido no inciso II, art. 4º, daquele diploma. E sabemos que, no caso do Projeto Baixo Açu, a área a ser desapropriada foi declarada de utilidade pública e interesse social.

Daí a oportunidade de aplicação do Estatuto da Terra, para fins de Reforma Agrária.

Neste aspecto reside o equívoco maior que o Comunicado comete aos trabalhadores rurais. Em liberar a área de 91.440,84 hectares aos créditos, por considerar "caduco" o Decreto 76.046, dado haver decorrido 02 anos de sua publicação, omitiu-se propositalmente o caráter de utilidade pública implícita na desapropriação e consecução do Projeto Baixo Açu e ainda nos fins que pretende, para a região. Pelo visto, a REFORMA AGRÁRIA de conformidade com as preocupações do Estatuto da Terra, jamais passou pela cabeça de quantos formularam tal Projeto Baixo Açu.

A desapropriação por interesse social e por necessidade pública é um dos meios a ser utilizados pelo poder público, para a consecução da Reforma Agrária, segundo o disposto no art. 2º, inciso III, do Decreto 55.891.

Relativamente ao Projeto Baixo Açu, a área a ser desapropriada foi declarada de utilidade pública e interesse social. Por isso mesmo, a consideração de caducidade do Decreto 76.046, pelo caráter de "interesse social" não pode prevalecer. É que, para os efeitos de Reforma Agrária o caráter de "utilidade pública" permanece, enquanto a distribuição das terras não pode deixar de seguir os princípios já consignados no Estatuto da Terra e legislação complementar.

A verdade brota com tanta clareza que ao final do Comunicado, o DNOCS se propõe — desde que volte a cogitar da desapropriação da área — ao dar preferência "AOS TABULEIROS E COM BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL". Como se vê, as preocupações do DNOCS na região são outras e não a das populações dos trabalhadores rurais atingida e que deveria ter prioridade na colonização da área beneficiada.

Em não pretender dar curso à Reforma Agrária, mais fácil e cômodo e realmente liberar a área aos créditos para "os empresários rurais ali situados..."

Por tudo isto, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte renova suas preocupações e esperança de que, somente com a implantação da Reforma Agrária Massiva, poderão os trabalhadores rurais tornarem o Vale do Açu em área altamente produtiva e socialmente rentável. É o que os técnicos não podem entender.

Natal, 21 de agosto de 1979

JOSE FRANCISCO DA SILVA  
Presidente

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA  
Secretário

JOSÉ LUIZ DE AZEVEDO  
Tesoureiro

22-12-81

DIÁRIO DE NATAL

# refeitos intranquilos com barragem

*Os municípios temem problemas em caso de inverno e exigem explicações definitivas ao Dnocs*

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
Rua Aprígio Veloso, 882 - Tel. (083) 321-7222-R 355  
58.100 - Campina Grande - Paraíba

Quarta-feira, 30/12/81

DIÁRIO DE NATAL

# População em pânico com Barragem

*Dnocs não ouve protestos, não apresenta explicações e não recebe líderes comunitários de Açu*

O POTI

17-01-82

# Temor da barragem provoca êxodo

*Falta de explicações para desmoronamento da barragem do Açu leva muitos a deixarem a região*

# Barragem ruiu e ninguém sabe ainda a causa

Um deslocamento de cerca de dois milhões de metros cúbicos de areia e barro destruiu anteontem, em um espaço de trinta minutos, cerca de metade de todo o trabalho até agora executado na barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em Açú. O desmoronamento, que atingiu uma extensão de meio quilômetro, não tinha até ontem à noite qualquer explicação técnica, nem da parte do DNOCS nem da construtora responsável pela obra, a Andrade Julierrez.

Ao anoitecer da terça-feira, a parte central da barragem, de trinta metros de altura, começou

a desmoronar. Meia hora depois, cerca de 500 metros do paredão estavam desfeitos. Ontem o diretor-geral do DNOCS, José Osvaldo Pontes esteve no local, mas nada informou à reportagem, alegando que o acidente ainda estava sendo analisado pelos engenheiros.

A barragem, que deverá represar o rio Açú, inundando numa área maior do que a baía da Guanabara, foi definida pelo DNOCS em 1975, mas sua construção somente se iniciou três anos depois, diante da forte reação da imprensa, do clero e da população. (Página 6).



Metade de toda a barragem ruiu em trinta minutos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
Rua Aprígio Veloso, 882 Tel (083) 321-7222-R 355  
58.100 - Campina Grande - Paraíba

# DNOCS silencia sobre barragem

## Uma semana depois, nada se sabe sobre o estranho acidente no rio Açú

Uma semana de reuniões e levantamentos topográficos e de sondagem não foi suficiente para os técnicos do Dnocs, da Construtora Andrade Gutierrez e da Hidroterra detectarem as causas do deslizamento de 1,5 milhão de metros cúbicos de terra na parede da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em construção no rio Açú, ocorrido há dez dias. Ontem, quando se esperava uma informação oficial sobre as origens do acidente e os prejuízos decorrentes, o engenheiro Clovis Gonçalves, diretor regional da Comirga/Dnocs, apenas transmitiu a opinião dos engenheiros Vitor Melo, Costa Nunes, Ismar Ferraz, João Batista e Alfred Maraner, este americano, todos do Dnocs, e que se reuniram na última segunda-feira em Açú para concluir que "a barragem é tecnicamente viável".

Segundo Clovis, o levantamento efetuado pela comissão de engenheiros que apura as causas do deslizamento revela ter havido "um escorregamento da berna de montante", com o material argiloso utilizado na obra e atingido pelo deslocamento, sendo totalmente recuperado. Os engenheiros, que participaram da reunião no início da semana, no canteiro de obras da Andrade Gutierrez, são considerados por Gonçalves como "as maiores autoridades em barragens", tendo recomendado aos responsáveis pela construção da Barragem, além de "outras ações complementares que irão permitir o lado conclusivo", a abertura de 25 poços de um metro de diâmetro ao longo da área acidentada, para possibilitar aos técnicos, "altamente especializados em barragens", uma análise profunda da situação da barragem.

"Serão coletadas amostras dentro dos poços, para análise e, conhecidos os resultados os técnicos terão condições de identificar as causas do deslizamento, partindo para um reprojeto", explicou Clovis Gonçalves.



Afundamento da barragem ainda é mistério

Roda Viva Cassiano Arruda Câmara

### BARRAGEM

Baseadas em informações do DNOCS, algumas autoridades estão afirmando que a Barragem Engenheiro Ribeiro Gonçalves estará concluída em outubro. A afirmação é uma temeridade. No Açú, até as pedras já sabem que todo o trabalho realizado até aqui foi em vão. Que tudo terá de ser refeito.

• E não se sabe ao menos quando se vai recomeçar os trabalhos.

D. Natal  
24-12-81

1-01-82 BARRAGEM D. Natal  
Finalmente, a chamada grande imprensa registra alguma coisa em torno do "acidente" que culminou com a síndrome da Barragem do Açú: O "Globo", na sua edição de terça-feira, fez um registro de 40 linhas sobre o assunto.

Poli, 7-3-82

### COLORIDO

No caso da síndrome da Barragem do Açú, chegou-se a uma desculpa colorida: a rejeição do barro vermelho à argila preta.

• Enquanto o povo fica branco de medo.

## Barragem: técnicos não sabem ainda as causas

D. NATAL

19-12-81

Passadas 72 horas do ocorrido, ainda não surgiu qualquer fato novo que pudesse esclarecer as causas do deslocamento de 1,5 bilhão de metros cúbicos de areia e barro - e a consequente destruição de cerca de 500 metros - da parede da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em construção no Rio Açú. E, pelas informações fornecidas pelo engenheiro Clóvis Gonçalves, diretor da Comirga - Comissão de Irrigação do Rio Grande do Norte, os esclarecimentos vão demorar mais alguns dias, não restando sequer esperanças que eles venham à tona, antes do Natal.

Segundo Clóvis, uma comissão de técnicos da Andrade Gutierrez, responsável pela obra, e da Hidroterra, continuam efetuando, conjuntamente, um levantamento topográfico e de sondagem do local, trabalho que deverá ser concluído até amanhã. Na segunda-feira, os técnicos

vão se reunir com diretores do Dnocs, vindos de Fortaleza, apresentando os dados coletados, para, em seguida, concluir os resultados dos estudos iniciados na manhã da última quarta.

Mas, como Clóvis Gonçalves aventou a possibilidade de serem solicitados outros exames, os resultados finais dos levantamentos que apuram o desmoronamento da parede da barragem do rio Açú deverão demorar mais outra semana. A Comirga não sabe também a quanto somam, (nem por estimativas) os prejuízos decorrentes do deslizamento de toneladas de metros cúbicos do material argiloso empregado na obra, nem tão pouco quem arcará com os mesmos, se a Construtora Andrade Gutierrez, executora do projeto, ou Governo Federal, responsável pelo projeto.

Uma coisa é certa, asseverou Gonçalves: "Vamos cumprir rigorosamente as recomendações da comissão".

# Permanece mistério sobre o acidente na barragem

Texto: Orlando Rodrigues

Apesar do apelo do governador Lavoisier Maia ao diretor-geral do Dnoes, engenheiro José Osvaldo Pontes, para paralisar os serviços de construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no rio Açú, ate que se detectassem as causas do deslizamento de terra ocorrido a 15 de dezembro passado, a obra segue seu ritmo normal. Ontem, o coordenador da Comirga/RN - Comissão de Irrigação, engenheiro Clóvis Gonçalves, afirmou que foram paralisados apenas os trabalhos do maciço central, exatamente a parte afetada, onde as máquinas já retiraram o material imprestável, prosseguindo os trabalhos de abertura dos três sangradouros, com a utilização de dinamite, e a concretagem da torre de tomada d'água.

A revelação da Comirga, confirmando as declarações do engenheiro Niênio Gontijo, da construtora Andrade Gutierrez, responsável pela execução da obra, e publicadas pelo Diário de Natal há duas semanas,

conflita com a "decisão" de Osvaldo Pontes respaldando o apelo do governador Lavoisier Maia, feito, em Açú, três semanas depois do acidente.

Lavoisier, na ocasião, depois de exigir "o preto no branco" sobre os ocorrido, pediu ao diretor geral do Dnoes que suspendesse todos os trabalhos executados na barragem, tendo, de pronto, recebido a garantia de Pontes.

## O MISTERIOSO LAUDO

Mas, enquanto é retomado o ritmo de trabalho na obra, o laudo dos técnicos da Tecnosolo, para apurar as causas do deslizamento, continua envolto em denso mistério. No dia seguinte ao acidente, o mistério se evidenciava com a presença, do diretor-geral do Dnoes, Osvaldo Pontes, no local e sua recusa em prestar declarações à imprensa sobre o ocorrido. Pontes, na ocasião, prometeu distribuir "ainda hoje" (15 de dezembro) uma "nota esclarecedora", que, chegada às re-

dações dos jornais natalenses ao entardecer, nada acrescentava ao que já havia sido divulgado no mesmo dia pelo Diário de Natal.

Depois foi prometido um laudo pra até final de dezembro, o que terminou não acontecendo, permanecendo, assim, o mistério em torno do arrombamento em seco da barragem.

Resta agora esperar para o próximo dia dez, prazo dado pela Tecnosolo para concluir e entregar o laudo ao diretor-geral Jo Dnoes. O laudo, segundo Clóvis Gonçalves, vai determinar apenas as causas do acidente, mas os prejuízos (e a quem caberá a responsabilidade), somente virão à tona com o reprojeto da barragem, sem prazo determinado ainda para elaboração, entrega e divulgação. Segundo o coordenador da Comirga, a direção geral do Dnoes considera como parâmetro principal a segurança da barragem (e o laudo vai dizer se o projeto é viável ou não), e não o prazo. "Vamos seguir rigorosamente as recomendações dos consultores" asseverou Gonçalves.

## Angústia e desespero na região do Açú

"A angústia, e até certo ponto o desespero, tomou conta da região. Os agricultores, não souberam a notícia da desapropriação de 22 mil hectares de terra para implantação de um projeto de irrigação e a destruição de uma cidade - São Rafael - para o nascimento da barragem denominada "Ribeiro Gonçalves" que será maior do que Orós, no Ceará, e duas vezes superior à Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro". Em 19 de janeiro de 1977, o jornalista João Batista Machado fazia essas observações para o Diário de Natal, depois de cobrir, durante três dias, o I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açú, promovido pelo Dnoes e com apoio do Governo Tarcísio Maia.

Hoje, cinco anos depois, a angústia e o desespero continuam, e em proporções maiores, porque formou-se a essa situação, consequência dos baixos preços pagos pelas terras indenizadas, o desmoronamento da parede da represa, em uma extensão de 500 metros, e a demora do Dnoes em revelar a verdade sobre o acidente. Há pânico na região e grande parte da população pensa em deixar o Vale do Açú, caso concluam a barragem - num êxodo rural sem precedentes, na história do Brasil. Agora, como presidente do Centro Açúense de Natal, Machado voltou recentemente a Açú onde nasceu, e sentiu o drama de seus conterrâneos. E apelará para o Governador Lavoisier Maia levar, o mais rápido possível, o Ministro do

Interior Mário Andreazza, a barragem, como meio de tranqüilizar as populações de Açú, Ipanguassu, Pendências, Carnaúba e Alto do Rodrigues, ou seja 200 mil pessoas que vivem abaixo da Armando Ribeiro Gonçalves, cujo futuro estará à mercê dos dois bilhões e quatrocentos milhões de metros cúbicos de água que a represa armazenará quando totalmente concluída.

Machado diz que fala na condição de presidente do Centro Açúense de Natal: "Estive recentemente no Açú e observei o pânico na cidade e na região, em relação ao grave acidente. A barragem nasceu para ser um instrumento do desenvolvimento do Vale e agora não deve se transformar em uma maldição" - afirma. O governador Lavoisier Maia também já exortou sua preocupação, quando da visita que fez à obra, depois do acidente, e exigiu o preto no branco sobre o caso, tranqüilizando a população. Agora, mesmo sabendo que o Governador já fez convite ao Ministro Andreazza para visitar o local, faço, em nome dos meus conterrâneos, um apelo para que o chefe do Executivo continue insistindo junto ao Ministro para que ele venha mesmo e explique o que ocorreu na Armando Ribeiro Gonçalves. O povo do Vale quer tão somente a verdade, ou seja, se a barragem foi construída, para ser um instrumento do desenvolvimento do Vale do Açú e não uma maldição".

## SÍGNO DO SIGILO

Para o jornalista João Batista

Machado, o projeto Baixo Açú já nasceu sob o signo do sigilo, porque os técnicos do Dnoes, principalmente os que participaram do Simpósio, em 1977, em Açú, não souberam explicá-lo ao povo: "Implantaram o projeto com pouquíssimas discussões, sem ouvir a população, suas lideranças" - observa. Segundo ele, o pânico começou com as indenizações de terra, aumentando agora com o arrombamento em seco da barragem.

Machado considera o problema de extrema gravidade, mas faz uma ressalva: "A situação merece reflexão, porém, não deve ser encarado com radicalismo, pois está acima das questões políticas do Estado".



Machado: é preciso refletir

# Barragem do Açú continua a

No fim da tarde de sábado, após um grande estrondo, mais 200 metros da barragem **ruir**

**desmoronaram**

parede da barragem Armando Ribeiro Alves, em construção no rio Açú e que cerca de 500 metros destruídos, há 45 sem que se saiba ainda as causas do dano, continua ruindo, aumentando o risco no Vale e a desconfiança quanto à conclusão da obra. A notícia do novo acidente de terra é voz corrente na região e, segundo o vigário geral do Açú, Francisco Canindé, foi confirmada no último final de semana por operários que trabalham na represa e que, diante de mais um grave acidente, temem voltar ao local de trabalho.

De acordo com o padre Canindé, alguns operários da construtora Andrade e Sá, responsável pela obra, disseram que ao entardecer do último sábado, ao fim da jornada de trabalho semanal se realizava, ouviu-se um grande estrondo no local, "como se fosse uma explosão de dinamite". Na sequência, ruíram mais 200 metros da parede e surgiram grandes rachaduras em diversos locais próximo ao eixo central.

O assunto dominante no Vale, desde o início do ano, é o novo deslizamento da barragem.

O que se fala, o que se ouve, é que a barragem caiu em grande parte e está se movendo e cedendo em vários locais", afirmou o vigário de Açú. De São Rafael, o padre Vicente, vigário local, ligou para Canindé afirmando que a notícia sobre o novo deslizamento já havia chegado à cidade, levada por operários que trabalham na obra.

O padre Canindé disse que ontem pela manhã, foi à barragem do Açú, como é de costume, mas devido à grande movimentação de máquinas pesadas no local, retirando o material do primeiro



**Desmoronamentos estão destruindo toda a barragem**

deslizamento, não teve condições de dimensionar o recente desmoronamento.

Contudo, constatou (depois de informado por um operário) que um dos 20 poços perfurados na base da parede "estava com uma profundidade de quatro metros de água, o que revela, claramente, a existência de grande lençol subterrâneo - e de mais dúvidas sobre a segurança da obra", afirmou o vigário.

## BEM QUE SE AVISOU

Houve um tempo — há muito pouco tempo — em que muitas vezes se fizeram ouvir em alto e bom som, defendendo a todo custo a queima de etapas e o apressamento do início da construção da Barragem Engenheiro Ribeiro Gonçalves, no Vale do Açú, para — com isso — tornar a obra irreversível.

O Diário de Natal, mesmo às custas de sacrifícios de ordem financeira, preferiu manter-se fiel às suas próprias convicções. E tratou de questionar o assunto, enfocando vários ângulos, deixando inúmeras perguntas no ar.

As respostas que faltaram estão começando a surgir agora, quando já não existe possibilidade de recuo.

E estão surgindo da maneira mais cruel.

O ecólogo Vasconcelos Sobrinho denunciou, aqui pelo Diário os problemas de formação geológica da região, e chegou a pintar um quadro negro da situação.

Agora, com um segundo acidente geológico de grandes proporções, é provável que muitos já concordem na necessidade de se ter feito estudos mais aprofundados do problema e do exame de soluções que não deixassem margem aos riscos que se está correndo, e onde os maiores prejuízos são de ordem financeira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
Rua Aprígio Veloso 832 - 1º - 1383) 321-7222-R 355  
58-100 - Tambaú Grande - Paraíba

DIÁRIO DE NATAL  
19.12.81  
RODA VIVA

Cassiano Arruda Câmara

# Ministro visita obras da barragem do Açú

O Ministro do Interior, Mário Andreazza chega amanhã ao Vale do Açú para uma visita de inspeção à barragem Armando Ribeiro Gonçalves quando constatará os danos provocados pelo deslizamento do maciço central da barragem ocorrido a 15 de dezembro passado, e ouvirá dos consultores do DNOCS, Costa Nunes e Vital de Melo, relato completo sobre o acidente, sendo entregue na ocasião ao Ministro laudo indicando as causas do ocorrido.

Presentes à inspeção, o governador Lavoisier Maia, o diretor geral do DNOCS, engenheiro José Osvaldo Pontes, o diretor local do órgão, Clóvis Gonçalves, além da comissão de acompanhamento formado pelos secretários do Planejamento, da Agricultura, dos Transportes e Obras Públicas e do Trabalho e Bem Estar Social.

## CONCLUSÃO

A chegada do Ministro está prevista para às 13:50 horas em Açú, quando Mário Andreazza será recepcionado pelo governador Lavoisier Maia e autoridades locais. Às 14 horas o Ministro e sua comitiva se deslocarão até a barragem, estando prevista a chegada ao local do acidente por volta das 14:30 horas.

O diretor local do DNOCS, Clóvis Gonçalves, diz que após a entrega do laudo será providenciado um replanejamento para que a parte acidentada da barragem volte às obras a curto prazo podendo ser ainda a barragem concluída até o final do ano. Disse ainda que com o replanejamento a obra será

concluída em completa segurança trazendo tranquilidade aos habitantes do Vale do Açú.

## RECURSOS MINISTERIAIS

Após a entrega do laudo e inspeção da barragem o Diretor Geral do DNOCS, engenheiro José Osvaldo Pontes, reinvidicará ao Ministério do Interior recursos para que a obra seja concluída no mais breve espaço de tempo possível. Às 15:30 a comitiva ministerial estará deixando a barragem em direção ao campo de pouso de Açú decolando em seguida com destino a Recife.

Questionado sobre a possibilidade das obras da barragem virem a ser paralisadas definitivamente, o diretor local do DNOCS afirmou que esta possibilidade não existe mais, pois com os estudos que foram feitos no local asseguram total segurança para a continuação da obra.

## LAUDO

O laudo técnico somente será divulgado na quarta-feira, após o Ministro tomar conhecimento. Mas, já se sabe que o problema do deslizamento é técnico, afastando-se a possibilidade de problema geológico o que seria de solução mais difícil.

Sendo problema técnico, a responsabilidade recai sobre a construtora Andrade Gutierrez. Também ainda não se sabe qual a causa principal do problema, se a utilização de material de segunda categoria, ou cálculos irregulares. Com a divulgação do laudo, o povo saberá realmente as causas do acidente.

# Figueiredo quer saber o que houve com barragem do Açú

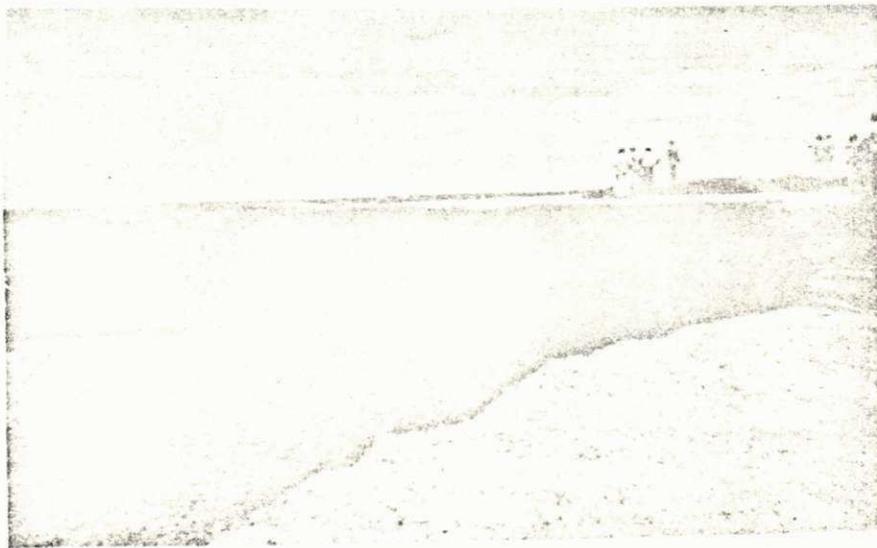
O Presidente João Figueiredo vai convocar nos próximos dias o Ministro do Interior, Mário Andreazza, para saber o que ocorreu na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Açú, porque "o Presidente ficou impressionado com o depoimento que prestei a ele", segundo informou o Senador Dinarte Mariz.

De acordo com o Senador Mariz, "o Presidente anotou o que lhe dis-

se. Fiz ver a ele que o Governo dele não poderia admitir correr o risco de ser responsável por um desastre que pode ser responsável pela morte de 190 mil pessoas do Estado. Disse a ele que achava não ser mais possível continuar a construção da barragem, no mesmo local, pois isso é uma loucura".

Do ponto de vista do Senador, "se a barragem tivesse cheia teria ocorrido uma catástrofe. Como é que

agora mandam técnicos para lá para examinar, se são os mesmos técnicos, mesmos engenheiros mesma direção para construir no mesmo local? O Rio Grande do Norte precisa fazer uma advertência às autoridades, para que não se diga que o Estado, no Congresso e pelas demais autoridades, ficou omissivo na reclamação de um risco sério. É uma loucura insistir na construção", concluiu o Senador.



O deslizamento já tem laudo

# RODA VIVA

## SINDROME DO AÇU

A síndrome da Barragem Engenheiro Ribeiro Gonçalves, no Vale do Açú, representa, com toda certeza — mesmo com os números não sendo revelados — o maior prejuízo de dinheiro, registrado em 400 anos de história do rio Grande do Norte.

O dinheiro público sumiu debaixo da terra.

Mas, este fato não parece ter sensibilizado a média dos norte-riograndenses, geralmente intolerantes com quaisquer deslizes cometidos por alguns dos seus filhos.

Por que essa ansiosa antecipada de culpas e responsabilidades no caso da barragem?

Uma explicação para a insensibilidade de nossa opinião pública, talvez seja pelo fato de não existir nenhum norte-riograndense envolvido diretamente no prejuízo.

A decisão da construção foi tomada fora de nossas fronteiras, a fiscalização idem, e a empresa construtora é também de fora.

Isso confirma aquele velho refrão que vivemos repetindo: "aqui se gasta 200 para impedir que o vizinho fature 20".

O caso serve para completar o raciocínio: mas, se alguém de fora estiver tomando 2.000 de um irmão nosso, seremos incapazes de investir 2, para saber, questionar, indagar ou apurar responsabilidades em defesa de coisas nossas. Que nos dizem respeito.

Cassiano Arruda Câmara

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
RDT - Rua do Veloso 832 - Tel. (33) 321 722-11.355  
58.100 - Campina Grande - Paraíba

### AÇU

No momento em que a Barragem do Açú volta a ser rediscutida cumpre lembrar o interesse demonstrado ao Governo Brasileiro pela United Brands, para instalar ali um projeto de cultura de banana. A multinacional se compromete a exportar um mínimo de 20 milhões de dólares por ano, em troca de três mil hectares de terra.

\*Representaria mais do que o total do algodão exportado pelo Estado, uma cultura feita — há séculos — em mais de um milhão de hectares de terra.

D. Natal - 5-2-82

## Centro Açuense vê laudo 4-3-82 falho e quer culpados D. Natal

"Só espero que o processo judicial apure a verdade, pois os culpados estão na cidade do Açú: a Andrade Gutierrez, que executa, e o DNOCS, que fiscaliza a obra". A declaração é do jornalista João Bastita Machado, presidente do Centro Açuense de Natal ao comentar o laudo divulgado ontem obre as causas do acidente ocorrido em dezembro na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Pelo documento, entregue ontem ao Ministro Mário Andreazza, do Interior, "as causas do deslizamento de parte do talude de montante foi a insuficiência do material argiloso preto para resistir, nas condições em que foi projetado, às solicitações produzidas pelo peso da terra que sobre o mesmo material foi colocado, embora seja adequado como elemento válido de impermeabilização". Segundo Machado, o fato do Ministro Andreazza ter mandado instaurar processo prova que o resultado do laudo não o satisfaz.

### PADROEIRO

O presidente do Centro Açuense, irritado com os resultados do laudo, disse esperar "que não incriminem o padroeiro de Açú, São João Batista, mas agradeceu ao Ministro ter vindo à cidade e ter assegurado que a barragem será construída dentro dos padrões de segurança". Lamentou, porém, que "este incidente tenha, infelizmente, desacreditado a barragem perante o Açú e todo o Va-

le". Ele fez questão de frisar que o Centro Açuense nada tem contra a construção da barragem, "pelo contrário, achamos que ela vai beneficiar toda a região. Somos contra o malogro do que seria a redenção de Vale, mas que quase foi a sua destruição por culpa dos engenheiros da Gutierrez e da fiscalização do DNOCS, que, infelizmente, colocou a barragem em xeque-mate".

Afirmando que o laudo provou o que "os leigos do Açú já tinham dito", isto é que colocaram material indevido na barragem, Machado disse que o documento é tão confuso que "o DNOCS dá um laudo e a Gutierrez dá outro. Eu lamento isso, porque pelo que se sabe essa empresa construtora é uma das maiores do país e isso depõe contra ela. Ela mesma deveria querer apurar os fatos porque um acidente desses depõe contra a sua honorabilidade". O jornalista enfatizou ainda que o Departamento Nacional de Obras contra a Seca nunca debateu o projeto "e mandaram para Açú técnicos que não tinham nenhum poder de decisão. Lamento profundamente que a barragem tenha nascido sob o signo da insegurança, motivado pela utilização de material indevido pela construtora, nas vistas da fiscalização do DNOCS". E finalizou: O meu povo quer apenas duas coisas: a verdade e que sejam punidos os responsáveis até para salvaguardar a honrabilidade da empresa e do DNOCS".

# Barragem revolta população

*querem explicações, garantias de vida e nomes dos responsáveis*

AÇU - Revoltada a atemorizada - por cima descrente nas palavras dos técnicos de que não haverá problemas futuros para o Vale do Açu - é como se encontra hoje a população deste município. A 76 quilômetros de Mossoró e a 200 de Natal, com a construção da barragem "Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves" após o acidente ocorrido há 15 dias, levando 500 a 600 metros da obra sem ainda qualquer reserva de água.

A intranquilidade dos habitantes do Vale do Açu é facilmente percebida nas conversas com líderes comunitários, estudantes, trabalhadores rurais. Aos sábados, dia da feira tradicional da cidade líder da região, torna-se mais visível a preocupação, principalmente dos mais antigos que lembram ter o pe. Ibiapiana, um sacerdote falecido que prestou muitos serviços ao Açu, segundo as quais a construção de uma grande barragem "a cidade viraria uma cama de baleia".

Vivendo o terrível drama e temendo pelo futuro de suas vidas ante o silêncio do DNOCS que ainda não ofereceu nenhuma explicação oficial sobre o acidente com a barragem, os açuenses deram o seu rasgo de protesto - na véspera do Natal, pouco antes da missa do galo - saindo às ruas com faixas e cartazes, protestando contra o prosseguimento da obra e o descaso das autoridades diante do perigo que acham estão correndo.

"A barragem é uma maldição. E agora dr. Lavoisier?", "queremos que respeitem as nossas vidas", "todos unidos na luta contra a barragem", "fora com a Gutierrez", "cadê os políticos do Açu?" São alguns dos protestos que invadem a cidade nos muros da matriz de São João Batista, da Prefeitura Municipal e de outros prédios públicos e particulares. A pichação das paredes ocorreu no dia anterior à concentração.

Nessa onda de protesto, a população do Vale do Açu, particularmente desta cidade, conta com uma grande aliada. A Igreja. A Paróquia de Açu, pelo vigário pe. Francisco Canindé dos Santos, tem dado forças para que os habitantes gritem contra o perigo que lhes ronda, "pois aqui ninguém acredita mais que a obra tenha segurança", como afirma o sacerdote.

Para que creiam nas palavras dos técnicos, os moradores do Açu, a exceção do Prefeito Sebastião Alves Martins que diz não ter porque duvidar da engenharia, fazem um desafio às autoridades que desafiou em um verdadeiro teste de São Tomé. "Os diretores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - devem fazer casas nas costas da barragem, residências para o Ministro Andreazza e até para o Presidente da República", como declara a coordenadora municipal do Mobral, d. Zuleide de Sá Leitão.

## REPETIÇÃO

O acidente ocorrido com a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves não é o primeiro e nem o segundo. "Historicamente, temos conhecimento de dois, mas uma fonte que eu não devo revelar me informou que outros já se registraram. Deste jeito não dá mais para se ter confiança alguma", disse a "O Poti", ontem no começo da tarde, na casa paroquial, o pe. Canindé dos Santos apoiado por outras pessoas da comunidade.

- O que sempre se dizia era que a segurança era perfeita, mas isto não está ocorrendo. O que ocorre hoje é uma grande ameaça à vida do povo se não bastassem as injustiças praticadas quando da época da desapropriação. Por conta das indenizações irrisórias morreram até pequenos agricultores e muitos, ainda hoje, acham-se traumatizados. Não oferecer segurança a uma população em torno de 200 mil habitantes ou sequer dar-lhe o mínimo de satisfação é um ato irresponsável e de desumanidade - diz o vigário do Açu.

Pe. Canindé afirma que começou a descrever na seriedade do projeto a partir do momento em que o plano de irrigação foi tido pelos técnicos do DNOCS como caduco, atendendo-se apenas o da bacia hidráulica, que inundará São Rafael, fazendo desaparecer-la, e áreas adjacentes. "A

única palavra dada ao vale do Açu - foi de ironia, afirmando o DNOCS de que a população deveria dar-se por satisfeita por ser este projeto, o único, que desceu ao povo para discussão", afirmou.

## REDEÇÃO?

Açuense, médica residente no seridó, Zoraide de Sá Leitão Pinheiro, estranha que a barragem engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves seja apontada como a redenção do Nordeste quando está pondo em risco segundo ela, a vida de milhares de famílias. "Todo mundo percebe, e não é preciso entender de engenharia, que a barragem já é um risco mesmo sem água", comentou.

Na cidade, correm notícias de que alguns técnicos da empresa que executa a obra - a Andrade Gutierrez - teriam afirmado que com água na barragem o acidente não teria ocorrido, a parede não tinha desmoronado parcialmente, como se registrou há quinze dias. "Não acredito que eles tenham dito esta piada de mau-gosto, zombando ainda mais do clima de insegurança que vive a nossa população", desabafou a médica.

## IGREJA

O vigário do Açu, Pe. Canindé dos Santos, disse que não foi a Igreja a articuladora do movimento de protesto, véspera do Natal, porém confirmou que "a iniciativa do povo contou com o nosso apoio porque é preciso se gritar contra as injustiças e a luta iniciada desde 76 vai continuar, desde quando surgiram os primeiros questionamentos".

Amanhã, os zonais I e II da Arquidiocese de Natal (englobando as paróquias de Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, São Rafael, Ipanguaçú, Lages, Santana do Matos, Angicos, Afonso Bezerra e Pedro Avelino, contando com a participação da Paróquia do Açu - que é da Diocese de Mossoró - estarão reunidos em São Rafael discutindo a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Os protestos da comunidade açuense não ficaram apenas na passeata e na pichação dos muros. Foram lidas notas assinadas pela Comissão de Pastoral da Terra da Diocese de Mossoró, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Lavoura de Açu e da Pastoral da Juventude da Paróquia de Açu.

Pedindo explicações técnicas verdadeiras, indicação dos responsáveis pelos erros e não prosseguimento da barragem em situação de dúvidas, a Comissão Diocesana de Pastoral da Terra expediu a seguinte nota de solidariedade ao povo do Vale do Açú:

"É no Natal que Jesus Menino faz renascer a confiança e a esperança de libertação do seu povo. Animada por este espírito é que a Comissão Diocesana de Pastoral da Terra quer se fazer presente entre os companheiros e companheiras do Vale do Açú.

Se a situação do Vale já era intranquila, diante da determinação autoritária de construção de uma barragem, agora se apresenta de uma gravidade insuportável. Tudo isso motivado pela desinformação e o descaso com que as autoridades competentes se acostumaram a tratar o povo. Desconhecendo todas as formas de organização e de protesto da população a barragem foi decidida. Embora o povo, nunca tenha aceitado essa idéia, a barragem começou a ser construída. O que se viu foi a população expulsa de suas terras e as pessoas separadas de seus parentes e amigos. E antes mesmo de se saber para onde elas iam se via a barragem espalhando o agouro de suas imensas asas negras sobre o Vale.

E agora, mais uma vez, o povo é esquecido, desconsiderado. Diante da evidência do "afundamento" dessa monstruosidade, teimam os canais de informação competentes em querer ludibriar o povo, com falsas explicações técnicas ou a ausência delas.

Desta vez não. Vamos fazer valer nossa organização. Vamos fazer valer a nossa origem

de filhos de Deus em construção do Céu. Vamos exigir as explicações verdadeiras e não vamos aceitar novos erros que ponham em riscos as nossas vidas".

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por sua vez, assim se posicionou em torno do problema, também em uma nota ao povo:

"Desde o início das obras desta barragem, o Sindicato, de mãos dadas, unido à Igreja, tem se preocupado com a situação do trabalhador atingido pela barragem. Nossa primeira luta começou com a desapropriação, quando nossos trabalhadores perdiam suas terras em troca de uma indenização irrisória, pequenas demais, e muitas vezes, alguns nem a recebiam. Saíram de suas terras para perambular, para sofrer na cidade, à procura de um serviço avulso.

Unidos à população e aos trabalhadores de São Rafael, nós lutamos contra as injustiças que pesavam sobre todos eles. E o DNOCS não ouvia, não atendia às nossas reivindicações. E desse modo, muitas famílias de São Rafael foram expulsas ou mandadas para a Serra do Mel, onde sofrem, vivem passando fome, cada vez pior do que antes.

Por fim, ressaltamos o documento da entidade sindical a sua posição atual em relação ao problema criado pela Barragem Armando Ribeiro:

"Primeiro: em nome de todos os trabalhadores rurais da região, do Vale do Açú e da população de Açú, exigimos do DNOCS uma séria, justa e honesta explicação do ocorrido com a barragem, com o afundamento de uma grande parte da parede. Não queremos explicações teóricas, mas sim a verdade, tal qual como foi acontecido.

Segundo: não queremos mais e não aceitamos a reconstrução, visto que, já por duas vezes ela afundou, ameaçando nossas vidas, e só não causando uma catástrofe para nós, pelo fato dela estar seca. Por isso, mesmo com bonitas palavras dos engenheiros, nós não mais acreditamos que a barragem seja segura por toda vida, ficando sempre o medo em nossos corações. Se o solo não suporta ou não oferece condições, que o Governo ou o DNOCS pare, de uma vez por todas, a reconstrução da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Vale do Açú".

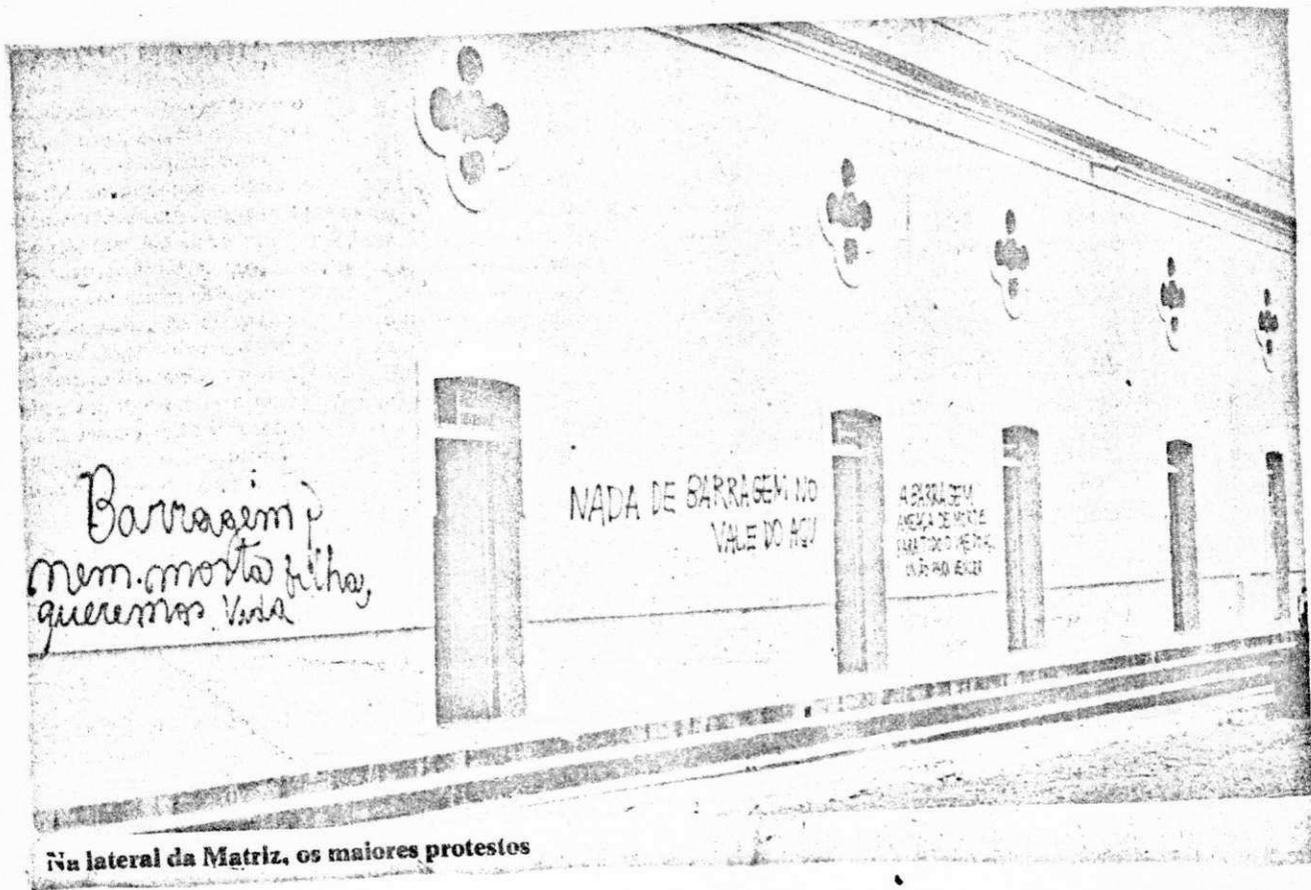
Numa nota-protesto, a Pastoral de Juventude da Paróquia de São João Batista expressou "seu repúdio contra o prosseguimento das obras e ao mesmo tempo exige uma explicação verdadeira sobre o acontecido que deixou toda população do Vale apavorada", acrescentando que "não iremos calar diante de uma situação que a cada momento que passa aumenta e ameaça a milhares de vidas humanas que irão pagar um preço muito alto pela ação criminosa do progresso em nossa região".

O medo da população do Vale do Açú é tão grande pelo futuro da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves que a região poderá sofrer um êxodo muito grande quando a obra estiver concluída, segundo profetizava o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Lavoura de Açú, José Antônio de Oliveira, um agricultor que reside no "sítio Linda Flor", que não se dispõe a continuar morando nas suas proximidades.

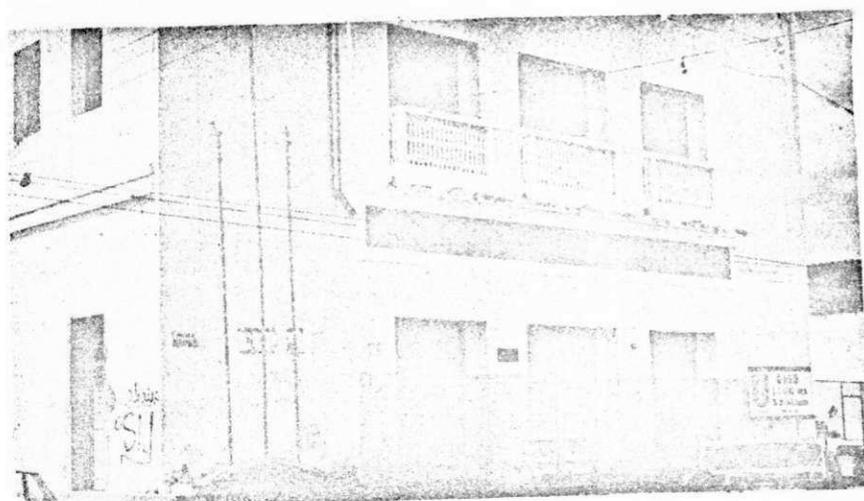
O senhor pode acreditar que, a estas alturas, ninguém deseja mais ficar no vale se a barragem for realmente concluída. O Sindicato está preocupado com a situação, principalmente com aqueles associados que moram na várzea. Eu mesmo me mudo. Não tenho coragem de enfrentar tamanho risco - afirma o dirigente sindical, que afirma não haver condições de segurança para a obra.

Como leigo, fez tal prognóstico baseado na existência de estudos realizados para a construção do "Oiticica", "ainda no tempo de seu Eurípedes, que hoje mora em João Pessoa, dizendo que não há sustentação de parede alguma", tanto é assim que a obra sequer chegou a ser iniciada, onde o DNOCS investiria, como na atual barragem, muito dinheiro.

O Pe. Francisco Canindé dos Santos também concorda com o presidente do Sindicato Rural de que o Rio Açú não oferece condições de fundamentação e complementa: "quando se toca no assunto, o DNOCS limita-se apenas a dizer que o "Oiticica é coisa do passado e tem que se andar agora para frente". Finalizando, pergunta o sacerdote: "por que não explicam o motivo dos cartões-de-mão - e papéis do DNOCS fazerem um amontoado lá pelo local onde será construído o Oiticica".



Na lateral da Matriz, os maiores protestos



O prédio da Prefeitura também não escapou



...ao prédio da Prefeitura, os protestos contra a Barragem.



Açu comanda o protesto do Vale contra a barragem



Por toda parte o protesto



Em todo o Vale do Açu, descrença e revolta

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 Pr-6-Reitoria Para Assuntos do Interior  
 Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
 Rua Ayrton Veloso 832 - 1 (83) 321 7222 - R 305  
 58.100 - Campina Grande - Paraíba

# A barragem do Açu está amaldiçoada

A afirmação é do ex-Governador Cortez Pereira, que vê na insistência um crime contra o bem comum

Interior

Quinta-feira, 31/12/81

DIÁRIO DE NATAL

## Igreja quer obras suspensas

*Até que acidente da Barragem tenha uma ampla e total explicação*

**AÇU** — A onda de protestos contra o prosseguimento da construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves será sequenciada se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-Dnocs não fizer a divulgação do laudo técnico, prometido para dentro de duas semanas, apontando as causas do acidente ocorrido há 20 dias com o desmoronamento de parte de uma das paredes.

A comunidade açuense continua mobilizada para exigir dos setores responsáveis pelo projeto uma explicação convincente em relação ao problema. A cidade inteira está atemorizada e ninguém mais no Vale do Açu acredita que a obra possa oferecer, no futuro, segurança alguma para uma população de quase 200 mil pessoas, habitantes dos municípios da região.

Segunda-feira, São Rafael, cidade que será submersa pelas águas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, os zonais I e II da Arquidiocese de Natal —

contando também com a participação da paróquia de Açu, pertencente a jurisdição da Diocese de Mossoró — reuniram-se para discussão em torno do problema. Ao final saiu uma nota que define o posicionamento da Igreja do RN em torno do caso.

### NOVOS PROTESTOS

Uma movimentação muito maior que a realizada na véspera do Natal, que contou com o apoio da paróquia de Açu e a solidariedade da Comissão Diocesana de Pastoral da Terra, será realizada nesta cidade, se persistir o silêncio da área oficial em relação ao acidente da barragem, onde foram levados 500 a 600 metros.

O posicionamento da Igreja não mudou a respeito da construção da obra, particularmente com o tratamento considerado desumano dado aos habitantes do Vale do Açu informou o Bispo Coadjutor da Diocese de Mossoró, D. José Freire de Oliveira Neto, dizendo que uma nota

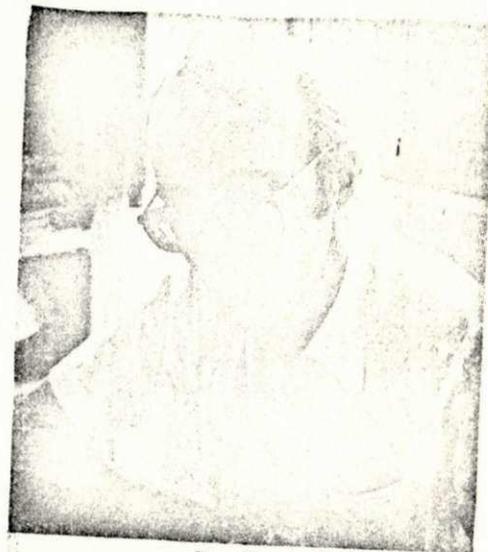
ta oficial seria distribuída à imprensa em que todas as posições fixadas são esclarecidas devidamente.

### MEDO

Quem hoje chega a Açu, cidade líder do vale, percebe facilmente no rosto de cada um dos seus moradores a imagem do medo depois que ocorreu o segundo acidente de grandes proporções na construção da Barragem Engenheiro Armando Ribei-

ro Gonçalves. Os protestos partem de todos os setores da comunidade.

Os poetas populares esqueceram, por alguns dias o drama da seca, e na feira da cidade canta, o temor que toma conta do Vale do Açu, denunciando a insegurança da obra que, segundo toda a população — à exceção do prefeito Sebastião Alves Martins — é um sério risco à vida de milhares de pessoas.



Pe. Canindé dos Santos

# Povo pede fim da

# barragem maldita

Em ato público que reuniu ontem em Açú milhares de pessoas para protestar contra o prosseguimento da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o padre Francisco Canindé dos Santos, vigário local, fez graves acusações contra a construtora Andrade Gutierrez.

Segundo declarou, foi empregado no maciço central material inadequado, por ser mais barato.

Faixas com dizeres como "Não confiamos mais na palavra dos técnicos" apareciam durante a concentração, realizada por iniciativa da Igreja e dos sin-

dicatos rurais da região, que prometem outros atos públicos também em São Rafael, a cidade condenada a desaparecer sob a represa, Jucurutu, Ipanguassu, Alto do Rodrigues, Pendências e Carnaubais.

A represa projetada terá duas vezes o volume da Baía de Guanabara. Alvo de críticas desde que anunciado pelo DNOCS, há três anos, o projeto passou a ser considerado "obra maldita" a partir do afundamento de 500 metros da parede já construída sobre o leito do rio Açú, há um mês. (Pág. 5).

## BARRAGEM

*Pct 24-1-82*  
O deputado João Faustino é também de opinião de que enquanto a população da região não estiver tranquila e confiante, os trabalhos da barragem Armando Ribeiro Gonçalves não deverão prosseguir. Acha também que deve ser elaborado um novo projeto e que seja discutido pelo povo da região.

*To. Norte.*

*15-1-82*

## Protesto em Açú contra Barragem vai ser hoje

Em ato público que será realizado hoje em Açú pela manhã, o povo irá às ruas protestar contra a construção da Barragem Engenheiro Armando Gonçalves em decorrência do perigo que a obra passou a oferecer à população da área do Baixo Açú. Hoje completa um mês que ocorreu o desmoronamento, numa extensão de 500 metros, da parede da Barragem, que por sorte ainda não havia recebido água, uma vez que a obra se encontra em construção.

A partir deste desmoronamento, a população do Vale do Açú que já vinha questionando a importância da Barragem, ficou ainda mais amedrontada, diante do perigo que a obra passou a oferecer, em caso de arrombamento com ela completamente cheia depois de terminada. No ato público de hoje, marcada para às 9h da manhã, na praça em

frente da Matriz da cidade de Açú, o povo que se acha ameaçado e prejudicado com a construção, irá pedir ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) que modifique o projeto de sua responsabilidade.

### CONCENTRAÇÃO

Entidades de classe, Igreja e políticos estarão presentes hoje ao ato público em Açú, numa manifestação popular de protesto contra a obra, que esperam reunir milhares de pessoas durante o acontecimento. Este será o primeiro ato público depois do desmoronamento da parede da Barragem, que afetou toda a estrutura da obra. Os atos públicos estão sendo programados até fevereiro, em outras cidades da região, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetarn), Igreja e Sindicatos rurais. Os outros atos públicos serão realizados nas cidades de Jucurutú e Ipanguassu (dia 31) e em São Rafael (dia 1.º).

Quarta-feira, 13/01/82

DIÁRIO DE NATAL

# Atos públicos condenam a barragem

*Associações rurais saem na sexta-feira às ruas contra a construção e lembrando o clima de intranquilidade*

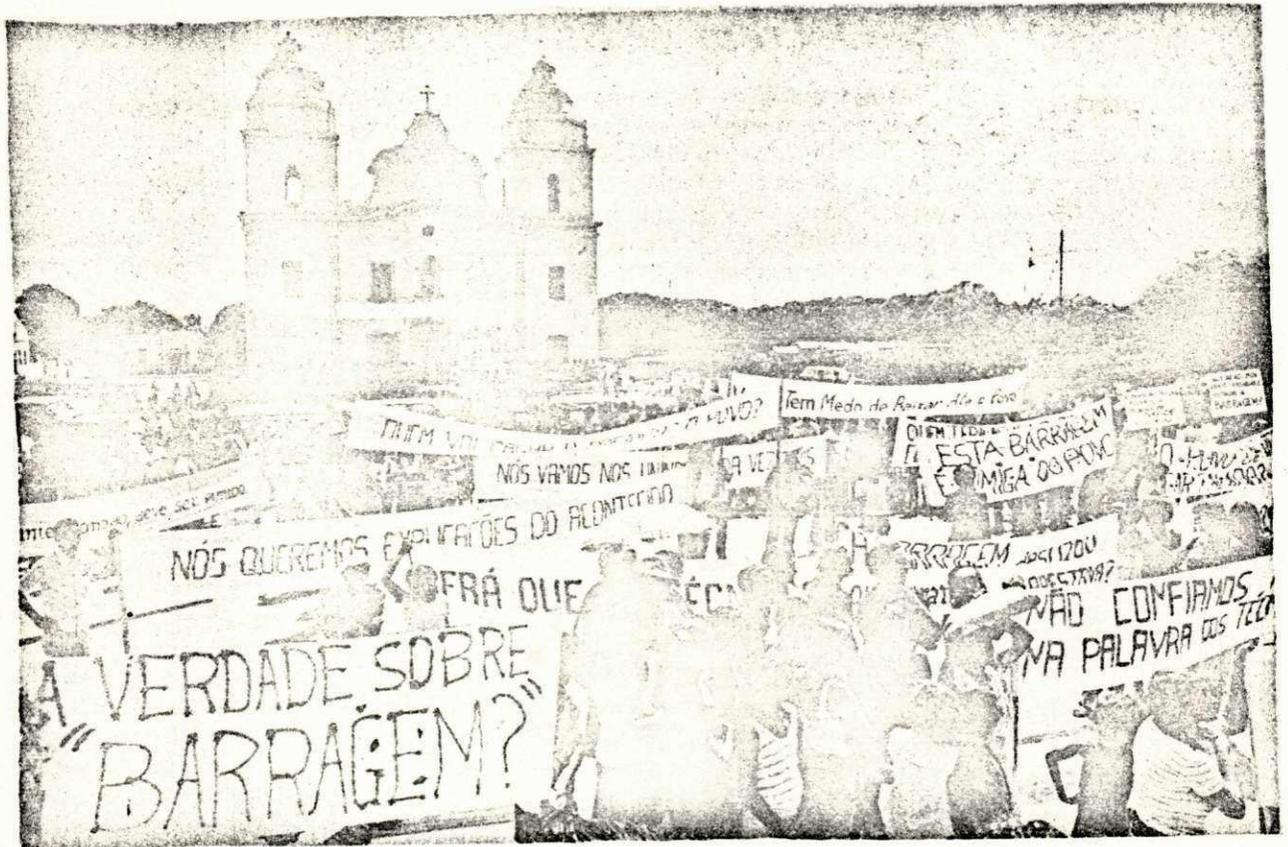
DIÁRIO DE NATAL

Sábado 16/01/82

Cid

# Milhares protestam contra barragem

*Ato público reuniu a população do Baixo Açu que exigiu a paralisação definitiva da obra*



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
Rua Aprígio Veloso, 832 - 51.221-301 7227-4315  
58.100 - Campina Grande - Paraíba

NATAL-RN - DOMINGO, 10 DE JANEIRO DE 1982

## Protestos afinal param a barragem

*meses antes do afundamento, a Gutierrez dizia ter executado em 9 meses um trabalho de dezoito*

O clamor geral que se levantou contra a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a partir do recente afundamento do maciço central, terminou levando a direção nacional do DNOCS a paralisar a obra, ainda que temporariamente. Essa decisão foi levada ao conhecimento público após 23 dias de inexplicável silêncio, em nota divulgada nos jornais de ontem.

Diversas vozes autorizadas, entre elas dois ex-governadores e o senador Dinarte Mariz, representante do Governo na Câmara Alta do País, pronunciaram-se de maneira veemente contra a continuidade da obra que, polêmica desde que foi anunciada pelo Ministério do Interior, há três anos, passou a constituir-se em ameaça concreta às populações do baixo Açu.

O Diário de Natal, que desde a divulgação do projeto da barragem apontou, repetidas vezes, seus pontos negativos, principalmente no tocante ao aspecto social (o bem comum, a que se referiu recentemente o ex-

governador Cortez Pereira), fez também o registro, em primeira mão, do desastre ocorrido há pouco menos de um mês e que agora o DNOCS reconhece como comprometedor de todo o projeto da obra e ameaça à tranquilidade da população.

A nota de ontem do DNOCS-COMIRGA/RN, além de referir-se à "suspensão de todos os trabalhos de construção do maciço central e da Barragem de fechamento", admite que terá que ser feito "o reprojeto do maciço central (...) de forma a garantir a segurança da obra e a tranquilidade da população". Entretanto, não seria a hora e a vez de se repensar todo o projeto da barragem, abordando de frente os seus pontos polêmicos e abrindo um amplo debate em torno de suas consequências - positivas e negativas - sobre a economia da região?

Dois meses antes de ocorrer o afundamento da barragem (a direção do DNOCS insiste em referir-se a "deslizamento"), a Construtora Andrade Gutierrez

divulgou, em uma revista bimensal que edita, "como se conseguiu executar em 9 meses um serviço que normalmente levaria 18 meses: o rebaixamento de um lençol freático de 27 metros, para permitir a escavação, tratamento das fundações e reaterro de um milhão de metros cúbicos de material arenoso".

A notícia, cuja chamada de capa referia-se a "uma obra com muita garra e criatividade", dizia também que "em Açu, surpreendentemente, o sub-solo desta região árida apresentou uma permeabilidade média tão alta quanto o sub-solo de angra dos Reis, onde se constrói a usina nuclear, em areia e sob constante ação da água do mar".

Teria a Andrade Gutierrez, na pressa de fazer 18 meses em nove, analisado todas essas características incomuns do sub-solo da região de Açu? Certamente não, do contrário não teria ocorrido o afundamento da barragem que, para sorte de todos, ocorreu prematuramente.

19-01-82

3ª feira

Barragem

# rotestos continuam no Açú



Protestos contra a Barragem

**AÇU** — Os protestos contra o prosseguimento da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves serão sequenciados pelo Vale do Açú, com a participação dos sindicatos rurais da Região e apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, através de manifestações idênticas a ser realizada em Açú, sexta-feira passada.

Uma série de atos públicos será cumprida pelos Municípios do Vale do Açú onde o clima de intranquilidade continua tomando conta dos habitantes após o desmoronamento de 500 metros da parede da barragem, há pouco mais de um mês. As concentrações contam com o apoio da Igreja, que se posiciona contrariamente à obra.

A próxima manifestação será dia 31, último domingo deste mês, em Ipanguaçu, contando com a participação da diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte e outros setores da comunidade. Será nos mesmos moldes da concentração de Açú com faixas de protesto, pedindo a suspensão da obra.

**MOBILIZAÇÃO**

dores. A população ipanguaçense — como de resto do Vale — teme que outro acidente ocorra com a barragem concluída e cheia de água, o que será uma catástrofe.

Também por ocasião da concentração do dia 31, além de faixas e cartazes, circulará um manifesto, como aconteceu em Açú, protestando

contra o andamento da obra. Os presidentes dos sindicatos rurais explicam que não se trata de movimento subversivo, "mas de defesa das nossas vidas e das nossas famílias".

### ROTEIRO

Depois de Ipanguaçu, será a vez de São Rafael que desaparecerá com a implantação do projeto onde, os sindicatos rurais, esperam realizar a maior concentração de protesto contra o andamento dos serviços de construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Toda a população será estimulada a participar do ato público.

A série de manifestações populares contra a barragem terá seu roteiro concluído no Município do Jucurutu cujas terras também serão parcialmente utilizadas pelo projeto. Toda a população do Vale do Açú deseja a suspensão definitiva da obra e

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior  
Coordenação Setorial de Pós-Graduação  
Rua Ayrídio Veloso, 882 - Tel. (083) 321-7222-4-355  
58 100 - Tamboim Grande - Paraíba